



Retórica e Semiótica

Antonio Vicente Seraphim Pietroforte

Série: Produção Acadêmica Premiada

Retórica e Semiótica

Antonio Vicente Seraphim Pietroforte

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

São Paulo, Junho de 2008

Série: Produção Acadêmica Premiada

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITORA: Profa. Dra. Suely Vilela

VICE-REITOR: Prof. Dr. Franco Maria Lajolo

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR: Prof. Dr. Gabriel Cohn

VICE-DIRETORA: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Eliana Bento da Silva Amatuzzi Barros – MTb 35.814

Projeto Gráfico

Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35.815

Diagramação

Erbert A. Silva – MTb 35.870

COMISSÃO DE PUBLICAÇÃO ON-LINE

Presidente - Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

Membros

DA - Profa. Dra. Rose Satiko Gitirana Hikiji

DF - Prof. Dr. Vladimir Safatle

DH - Profa. Mary Anne Junqueira (titular)

DH - Prof. Rafael de Bivar Marquese (suplente)

DL - Prof. Dr. Marcello Modesto dos Santos

DLCV - Prof. Dr. Waldemar Ferreira Netto

DLM - Profa. Dra. Roberta Barni

DLO - Prof. Dr. Paulo Daniel Elias Farah

DS - Profa. Dra. Márcia Lima

DTLLC - Prof. Dr. Marcus Mazzari

STI - Maurício Pereira Nunes

SCS - Dorli Hiroko Yamaoka

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P626 Pietroforte, Antonio Vicente Seraphim
Retórica e semiótica / Antonio Vicente Seraphim Pietroforte. - São Paulo :
Serviço de Comunicação Social. FFLCH/USP, 2008
177 p. (Produção Acadêmica Premiada)

Originalmente apresentada como tese do autor (Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001).

1. Semiótica. 2. Retórica. 3. Lingüística (Teoria; Análise). I. Título. II. Série.

ISBN 978-85-7506-155-8

21ª CDD 401.41

Introdução	09
Capítulo 01	
Os prolegômenos a uma teoria da linguagem	19
A língua é uma forma e não uma substância	21
A determinação da forma da língua	23
A definição de sentido	27
A teoria semiótica	29
Tensão e significação	33
A enunciação	37
Teoria lingüística e teoria semiótica	39
Capítulo 02	
A função poética da linguagem	43
A projeção do princípio de equivalência do eixo da seleção sobre o eixo da combinação ...	45
A retórica literária	49
As figuras de linguagem e a <i>virtus elocutionis</i> do <i>ornatus</i>	53
A arte retórica e a teoria semiótica	57
Capítulo 03	
Os dois planos da linguagem	67
O Plano da Expressão	69
O Plano do Conteúdo	97
Capítulo 04	
A textualização	129
A forma da língua e a produção de sentido	133
A formação da expressão	135
A formação do conteúdo	145
A formação do texto	149
O semi-simbolismo	155
A formação do sentido	163
Conclusão	171
Bibliografia	175

Resumo

Nosso trabalho consiste em uma análise da Retórica do ponto de vista da Semiótica. A Retórica, em sentido lato, pode ser definida como a arte do discurso em geral. Na sistematização que a Retórica faz do seu objeto, ela separa pensamento de linguagem, descrevendo cinco fases da elaboração do discurso: a *inventio*, a *dispositio*, a *elocutio*, a *memoria* e a *pronuntiatio*. A seleção dos pensamentos colocados em discurso é feita na *inventio* e a sua combinação é feita na *dispositio*. A conversão em linguagem do material das fases anteriores é feita na *elocutio*. A *memoria* trata da memorização do discurso e a *pronuntiatio* trata de sua declamação. A Semiótica, contrariamente à Retórica, não faz a distinção entre linguagem e pensamento. Para a Semiótica, o discurso não é o resultado da conversão do pensamento em linguagem, mas o patamar final de um percurso de geração do sentido. Em seu ponto de vista, a significação é estudada em uma perspectiva gerativa, que é formalizada no modelo teórico do percurso gerativo do sentido, que é descrito em três níveis de análise: o nível fundamental, o nível narrativo e o nível discursivo. No nível discursivo, o discurso é estudado como o produto de uma enunciação. Aproximando a Retórica da Semiótica, é possível estudar a *elocutio* com o aparato teórico do nível discursivo, analisando a *elocutio* não como o resultado de uma conversão do pensamento em linguagem, mas como o resultado de mecanismos sistemáticos do discurso. Determinar esses mecanismos é o tema principal de nosso trabalho.

Para realizar essa tarefa, foi definido um *corpus* de textos literários. No uso poético da linguagem há uma exploração intensa dos mecanismos de construção do discurso, que os torna mais evidentes que em outros usos. Assim, nosso trabalho incide no estudo das figuras de linguagem e nos mecanismos semióticos responsáveis pela sua produção.

Palavras-chave: Sistema - Discurso - Texto - Plano de Expressão - Plano de Conteúdo

Abstract

What I present here is an analysis of the Rhetoric from a semiotic point of view. Rhetoric is, to a large extent, defined as the art of discourse. When systematizing its object, Rhetoric separates language and thought, and describes five phases for the elaboration of discourse: the *inventio*, the *dispositio*, the *elocutio*, the *memoria*, and the *pronuntiatio*. The selection of the thoughts, before they are put in discourse, is made at the *inventio*, whereas their combination is made at the *dispositio*. Then, the material from these two first phases is converted into language at the *elocutio*. As for the two last phases, the discourse is memorized at the *memoria* and declaimed at the *pronuntiatio*. Semiotics, differently from Rhetoric, does not distinguish between language and thought. From a semiotic point of view, discourse is not the result of a conversion of thought into language. It is rather the ending level of the generation of meaning. The meaning production is then studied from a generative perspective, which understands the course of the meaning generation as divided in three levels: the fundamental, the narrative and the discursive. At

this last one, discourse is studied as the product of an enunciation. By approximating Rhetoric and Semiotics, it is possible to study the *elocutio* as the theoretical apparatus of the discursive level, the *elocutio* is then analyzed as the result of systematic mechanisms of the discourse, rather than the result of a conversion of thought into language. Determining those mechanisms is the main goal of this work.

In order to achieve this task, I established a *corpus* of literary texts. The mechanisms for the discourse construction are intensely explored when language is poetically used. Since that is the reason why they are so evident in those cases, this work does focus on the use of figures of speech, as well as on the semiotic mechanisms involved in their production.

Keywords: System - Discourse - Text - Plane of Expression - Plane of Content

Introdução

Em uma das notas de *As astúcias da enunciação* (Fiorin, 1996: 56), J. L. Fiorin distingue, pelo menos, cinco objetos de estudo estabelecidos pela lingüística dos séculos XIX e XX: a *langue*, a competência, a mudança lingüística, a variação lingüística e o uso lingüístico.

O objeto *langue* é definido por F. Saussure. Entendendo a lingüística moderna como a lingüística científica que começa no século XIX, pode-se pensar em F. Saussure e no *Curso de Lingüística Geral* (Saussure, s.d.) como a primeira síntese de seus conceitos fundadores. Em seu curso, F. Saussure define a *langue* em oposição à *parole*. A *parole* tem um caráter individual, próprio de cada falante de uma língua, enquanto a *langue* tem um caráter sistemático, que garante a definição de uma língua:

Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas.
(Saussure, s.d.: 23)

Assim, F. Saussure encaminha a definição de *langue* como um sistema de signos (Saussure, s.d.: 24) verbais, de modo que a Lingüística é a ciência que estuda esse sistema de signos. De acordo com F. Saussure:

Pode-se, então, conceber *uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social*; ela constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral; chamá-la-emos de *Semiologia* (do grego *sêmeion*, “signo”). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Lingüística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Lingüística e esta se achará deessarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos.
(Saussure, s.d.: 24)

Como em todo recorte, porém, a parte não isolada foi determinante em outros pontos de vista. Alguns deles são bem distintos do estudo da *langue*: para M. Bakhtin, a realidade lingüística é a realidade dos falantes, e para N. Chomsky, a competência é biológica.

O conceito de competência proposto por N. Chomsky inaugura o outro objeto da lingüística comentado por J. F. Fiorin. Do mesmo modo que o conceito de *langue* dificilmente pode ser desvinculado do de *parole*, já que se trata de conceptualizar a dicotomia, a noção de competência torna-se completa articulada com o conceito de *performance*. Nas preliminares metodológicas dos *Aspectos da teoria da sintaxe* (Chomsky, 1975), N. Chomsky faz “uma distinção fundamental entre competência (o conhecimento que o falante-ouvinte possui da sua língua) e *performance* (o uso efetivo da língua em situações concretas)” (Chomsky, 1975: 84).

Essa definição data de 1965 e, embora a gramática gerativa a preserve como referência, uma tradição de pesquisas cuida de suas transformações conceituais. Considerando a língua como uma com-

petência inata ao falante, há na teoria gramatical de N. Chomsky um diálogo da Lingüística com a Biologia e a Psicologia Cognitiva. Isso fundamenta a proposta de uma psicolingüística inspirada em sua teoria gramatical. Buscando os fundamentos biológicos da linguagem na observação de seus distúrbios, os psicolingüistas localizaram áreas cerebrais responsáveis pelo léxico e pela sintaxe (Slobin, 1980: 159-183).

Nesses estudos, porém, há uma biologização da linguagem que leva a uma desatenção com os conteúdos que ganham sentido no uso da língua. Essa desatenção, não pelos mesmos motivos, também se encontra no modelo de F. Saussure. Para F. Saussure, a língua é um sistema de signos, o que tem como consequência o desenvolvimento de uma metalinguagem cujo objeto é uma formalização.

Em seu *Marxismo e filosofia da linguagem* (Bakhtin, 1988), M. Bakhtin aponta outro aspecto da língua não isolado nem por N. Chomsky e nem por F. Saussure. M. Bakhtin problematiza o aspecto ideológico da língua (Bakhtin, 1988: 31-46). Propor um sistema formal como a *langue* e uma competência psico-biológica para explicar a linguagem verbal descuida do que essa linguagem propriamente trata em sua práxis.

Ainda na tradição de pesquisas inaugurada por F. Saussure, a dicotomia *langue vs. parole* sofreu transformações conceituais ao longo dos estudos lingüísticos. A mais significativa delas é o conceito de norma proposto por E. Coseriu. No primeiro dos cinco estudos reunidos na *Teoria da linguagem e lingüística geral* (Coseriu, 1987), E. Coseriu comenta as insuficiências da dicotomia saussuriana e propõe uma nova relação conceitual articulando *langue vs. parole* em *sistema vs. norma vs. fala*. Afirmando que “a língua, no sentido amplo do termo, não é apenas sistema funcional, mas também realização normal” (Coseriu, 1987: 54), o autor redefine o estudo do objeto *langue* e estabelece um novo objeto para a lingüística porque isola, no fenômeno língua, um sistema funcional de suas realizações normais. A noção de língua coletiva é substituída por uma noção de sistema coletivo e de realizações grupais de normas diferentes, de modo que o estudo dessas normas e de suas relações com o sistema demarca um novo objeto de estudos.

O conceito de norma aponta para um outro aspecto da linguagem: o das variações lingüísticas, que depois foram sistematizadas em quatro tipos de variantes: as diatópicas, as diastráticas, as diafásicas e as diacrônicas. As diatópicas dizem respeito às variantes regionais do uso da língua, as diastráticas, às dos grupos sociais de falantes, as diafásicas, às situações de uso formal ou informal do discurso, e as diacrônicas, às diferenças históricas que, em um determinado grupo, aparecem na faixa etária dos falantes. Esse tipo de estudo reconheceu no fenômeno da língua o papel social dos falantes. As variantes diatópicas são também geográficas, as variantes diacrônicas são também históricas e as variantes diastráticas e diafásicas são também sociológicas. Assim sendo, os estudos lingüísticos fundam, no estudo da variação lingüística, uma tradição sociolingüística, que observa com mais atenção as relações entre a língua e os ambientes sociais em que ela se realiza.

As variantes diacrônicas, embora redimensionadas na sociolingüística, remetem diretamente à mudança lingüística, o outro objeto definido no início deste texto. Se até agora a atenção foi direcionada ao período pós-saussuriano, o estudo da mudança lingüística leva diretamente à lingüística do século XIX e à dicotomia de Saussure *sincronia vs. diacronia*. A tentativa de reconstrução do indo-europeu e a teoria dos troncos lingüísticos definem outra tradição de pesquisas lingüísticas. É a partir dela que se estabelecem os primeiros modelos científicos dessa ciência, já que o estudo dos metaplasmos e a formu-

lação de leis fonéticas dá conta da sistematização dos fenômenos de mudança lingüística, não se limitando a oferecer apenas um levantamento descritivo deles. Além do mais, essa lingüística não estuda apenas mudanças fonético-fonológicas, pois sua metodologia é estendida à semântica na procura de leis que expliquem também as transformações lingüísticas nesse domínio (Breal, 1992).

Dirigindo o enfoque para o estabelecimento do uso lingüístico como objeto de estudos, é oportuno recorrer aos trabalhos de A. J. Greimas. Em sua *Semântica estrutural* (Greimas, s.d.) há, no mínimo, dois recortes epistemológicos que dirigem boa parte dos estudos lingüísticos contemporâneos. O primeiro diz respeito ao domínio da semântica como uma ciência. Diz o autor “que esta metalíngua transcritiva ou descritiva não apenas serve ao estudo de qualquer significante, mas também que ela própria é indiferente à escolha da língua natural utilizada” (Greimas, s.d.: 23). Desvinculando o estudo do plano do conteúdo do plano da expressão, A. J. Greimas define um domínio teórico em que é possível a uma teoria semiótica elaborar o modelo do percurso gerativo do sentido.

O segundo recorte diz respeito ao salto epistemológico que permite a entrada no domínio do transfrástico nas pesquisas lingüísticas. Ao analisar o lexema *tête* no tópico significação manifestada (Greimas, s.d.: 57-92) da sua *Semântica estrutural* (Greimas, s.d.), o autor conclui que seu sentido decorre de um núcleo sêmico comum a todas as suas ocorrências, mas também de sentidos oriundos do texto no qual o lexema se realiza. Sistematizando esses sentidos textuais em classemas, o modelo de análise lexical transforma-se também em análise textual, ou seja, transfrástico. Ambas as noções, tanto a da independência do estudo do plano do conteúdo, quanto a do texto responsável pelo sentido, servem de base para os posteriores estudos semióticos que se desenvolvem em torno das idéias de A. J. Greimas.

No entanto, qual é a pertinência dos estudos semióticos para tratar do objeto uso lingüístico? Para L. Hjelmslev, deve-se considerar um processo e um uso no tratamento das questões lingüísticas. Para ele, o uso lingüístico é “uma substância que manifesta um esquema lingüístico” (Hjelmslev, 1975: 113), ou seja, é “o conjunto dos hábitos lingüísticos de uma dada sociedade” (Greimas e Courtés, s.d.: 481), e o processo lingüístico é a realização de um sistema lingüístico (Hjelmslev, 1975: 8). Valendo-se da terminologia proposta por L. Hjelmslev, o que é descrito pela Semiótica no percurso gerativo do sentido é um processo de significação, e não um uso, ou seja, um conjunto de hábitos semióticos de uma dada sociedade. Redefinindo então, uso por processo lingüístico, pode-se considerar que o modelo do percurso gerativo do sentido, quando define um nível discursivo em que se analisa a enunciação, pode explicar esse processo se a Semiótica for aplicada aos estudos lingüísticos, desde que se considere a enunciação lingüística como a realização de um processo lingüístico. Além disso, ainda no mesmo nível discursivo, podem-se também solucionar as questões sobre a ideologia apontadas por M. Bakhtin.

Em linhas gerais, o modelo do percurso gerativo do sentido busca explicar a geração do sentido a partir da definição de três níveis semióticos no plano do conteúdo dos textos: um nível fundamental, em que uma categoria semântica mínima é responsável pela organização global do sentido; um nível narrativo, em que as relações de junção entre um sujeito e um objeto narrativos são explicados em um esquema narrativo canônico; e um nível discursivo, em que um sujeito de enunciação assume a produção de um enunciado que, a partir de então, poderá manifestar-se, já fora do domínio teórico do percurso gerativo do sentido, no plano da expressão de qualquer sistema semiótico.

Detendo-se no nível discursivo, é necessário descrevê-lo com mais precisão. De acordo com o *Dicionário de semiótica* (Greimas e Courtés, s.d.: 208):

As estruturas discursivas, menos profundas, são encarregadas de retomar as estruturas semióticas de superfície e de “colocá-las em discurso”, fazendo-as passar pela instância da enunciação. Elas se acham por enquanto muito mais elaboradas que as estruturas semióticas: sendo assim, não se pode indicar seus componentes a não ser como domínios em vias de exploração. Distinguir-se-ão por enquanto: o componente sintático — ou sintaxe discursiva — encarregado da discursivização das estruturas narrativas que comporta os três subcomponentes actorialização, tempo-ralização e espacialização (campos que a lógica temporal e a espacial já estão em parte explorando); o componente semântico — ou semântica discursiva — com os seus subcomponentes tematização e figurativização, que visam a produzir discursos abstratos ou figurativos. Nota-se que, com a produção de discursos figurativos, o percurso gerativo procura produzir discursos figurativos, mas que ele deve ser considerado como a forma semanticamente mais concreta e sintaxicamente mais fina das articulações da significação; a textualização e a manifestação do discurso — o assinalamos — podem intervir a qualquer momento da geração.

Na instância da enunciação, há a instauração do sujeito da enunciação (Greimas e Courtés, s.d.: 147):

Por outro lado, se a enunciação é o lugar de exercício da competência semiótica, é ao mesmo tempo a instância da instauração do sujeito (da enunciação). O lugar que se pode denominar “ego hic et nunc” é, antes da sua articulação, semioticamente vazio e semanticamente (enquanto depósito de sentido) demasiado cheio: é a projeção (através dos procedimentos aqui reunidos sob o nome de *debreagem*), para fora dessa instância, tanto dos actantes do enunciado quanto das coordenadas espaço-temporais, que constitui o sujeito da enunciação por tudo aquilo que ele não é; é a rejeição (através dos procedimentos denominados *embreagem*) das mesmas categorias, destinada a recobrir o lugar imaginário da enunciação, que confere ao sujeito o estatuto ilusório do ser. O conjunto dos procedimentos capazes de instituir o discurso como um espaço e um tempo, povoado de sujeitos outros que não o enunciador, constitui assim para nós a competência discursiva no sentido estrito. Se se acrescenta a isso o depósito das figuras do mundo e das configurações discursivas que permite ao sujeito da enunciação exercer seu saber-fazer figurativo, os conteúdos da competência discursiva — no sentido lato desse termo — se encontram provisoria-mente esboçados.

A enunciação é, portanto, a instância discursiva em que o enunciado é produzido por meio de um sujeito da enunciação. Articulados desse modo, a enunciação refere-se à produção do discurso e o enunciado, ao seu produto. Em *As astúcias da enunciação* (Fiorin, 1996), J. L. Fiorin demonstra que a categoria semântica *aproximação vs. distanciamento*, aplicada às relações entre a instância da enunciação e a do enunciado, pode sistematizar a utilização dessas categorias pessoais, temporais e espaciais e explicar os seus efeitos de sentido (Fiorin, 1996: 99-101, 226-229, 289-290). Quanto às relações entre o enunciador e o enunciatário, diz o autor que:

O primeiro realiza um fazer persuasivo, isto é, procura fazer com que o segundo aceite o que ele diz, enquanto o enunciatário realiza um fazer interpretativo.
(Fiorin, 1989: 40)

Dessa maneira, os procedimentos argumentativos com os quais o enunciador se relaciona com o enunciatário estão marcados no enunciado, sujeitos à mesma sistematização proposta pelo autor, já que a actorialização, a temporalização e a espacialização têm também valor de argumentação. A organização desses conceitos explica aquilo que a Semiótica define como a sintaxe do nível discursivo, justamente

porque é “de ordem relacional, ou seja, é um conjunto de regras que rege o encadeamento das formas de conteúdo na sucessão do discurso.” (Fiorin, 1989: 18). O investimento dessas formas do nível discursivo define a sua semântica.

O modelo sistematiza a organização semântica do discurso com dois conceitos básicos: figura e tema. Em sua *Teoria semiótica do texto*, D.L.P. de Barros, ao expor os conceitos básicos da Semiótica, define figura como “um elemento da semântica discursiva que se relaciona com um elemento do mundo natural” (Barros, 1990: 87), responsável pelos efeitos de sentido de realidade, e tema como “um elemento da semântica discursiva que não remete a elemento do mundo natural, e sim às categorias ‘lingüísticas’ ou ‘semióticas’ que o organizam” (Barros, 1990: 90). Desse modo, em todo texto, há, pelo menos, um tema responsável por sua coerência semântica, que pode ou não ser recoberto por figuras.

Essa semântica define um domínio da linguagem no qual podem ser encontrados os conteúdos ideológicos veiculados pelo discurso na práxis lingüística (Fiorin, 1988: 19), já que é nesse aspecto do discurso que as formações ideológicas se manifestam em percursos temático e figurativos.

O processo lingüístico, definido assim pela Semiótica, tem, então, dois aspectos: um sintático que descreve as relações sistemáticas da enunciação, e um semântico que descreve a veiculação ideológica da práxis lingüística.

Essa abordagem semiótica do processo lingüístico é capaz ainda de reinterpretar a concepção de retórica como a “arte do discurso em geral” (Lausberg, 1993: 75). Ocupando-se do mesmo objeto, porém redefinindo-o em outra metalinguagem, a Semiótica é capaz de explicar as figuras de linguagem isoladas pela retórica no *ornatus* e redimensioná-las como mecanismos discursivos.

Em seus *Elementos de análise do discurso*, J. L. Fiorin isola algumas figuras de pensamento e as explica como efeitos de sentido gerados por oposições engendradas pelo enunciador entre a enunciação e o enunciado (Fiorin, 1989: 54-62). São, portanto, fenômenos de sintaxe discursiva. Isola também outras figuras de pensamento e as explica como efeitos de sentido oriundos da organização entre temas e figuras (Fiorin, 1989: 88-91). São, agora, fenômenos de semântica discursiva. Trata ainda a metáfora e a metonímia como processos discursivos e não como figuras de palavra (Fiorin, 1989: 86-88). Não isolou, porém, nenhuma figura de construção. Essas últimas estão comprometidas com o plano da expressão, portanto, estão em um domínio fora dos limites do percurso gerativo do sentido utilizado pelo autor em suas demonstrações.

Do mesmo modo que as primeiras formulações conceituais de F. Saussure e de N. Chomsky sofreram consideráveis modificações, as de A. J. Greimas também. Como problematizado pela Semiótica, há textos em que, devido a uma organização do plano da expressão, “a expressão produz sentido” (Barros, 1990: 81). Buscando uma construção teórica para explicar esses fenômenos, a Semiótica elabora a teoria dos sistemas semi-simbólicos, alcançando assim o plano da expressão, além do percurso gerativo do sentido. Nessa teoria, a expressão “produz” sentido, quando uma organização em seu plano entra em relação com uma organização do plano do conteúdo (Barros, 1990: 80-82).

As figuras de construção têm, no mínimo, duas características semióticas: uma delas é a capacidade de produzir um efeito de sentido próprio de cada uma delas, e a outra é que esse efeito envolve uma organização no plano da expressão. Quando a Semiótica problematiza a expressão que “produz” senti-

do, não diz que ela o faz independentemente de seu conteúdo, e sim relacionada com ele (Barros, 1990: 81), o que autoriza a considerar que as figuras de construção podem ser descritas dentro do domínio teórico do semi-simbolismo.

Partindo do princípio de que as figuras de construção, assim como as figuras de pensamento e palavra, não são simples ornamentos ou desvios de um grau zero de linguagem denotativa, e sim mecanismos sistemáticos do discurso (Fiorin, 1989: 62), pode-se buscar descrever os mecanismos discursivos que atuam nas suas realizações lingüísticas. Desse modo, é possível definir o campo de pesquisa no qual se realiza este trabalho: trata-se de uma pesquisa em teoria do discurso que se utiliza dos resultados obtidos pela Semiótica nesse campo. Nos domínios da teoria do discurso, este trabalho investiga as figuras de construção e busca descrever os mecanismos discursivos responsáveis pelos seus efeitos de sentido.

Como nele são estudadas as figuras de construção, há a necessidade de investigar o plano da expressão, já que uma propriedade das figuras de construção é que elas se realizam também neste plano, contrariamente às figuras de palavra, que se realizam apenas no plano de conteúdo. Em seguida, deve-se compreender melhor o alcance do conceito de semi-simbolismo, já que é por meio dele que a Semiótica investiga as relações entre expressão e conteúdo.

Apesar de na totalidade do trabalho a teoria Semiótica estar presente em todos os capítulos como eixo teórico principal, os dois princípios que regem a análise dos resultados desta pesquisa estão nos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, de L. Hjelmslev (Hjelmslev, 1975). O primeiro deles, diz respeito à condução das pesquisas em Lingüística a partir da compreensão da linguagem definida em dois planos de realização (Hjelmslev, 1975: 63):

Partindo desse ponto de vista, será fácil organizar os domínios secundários da lingüística segundo um esquema judicioso e superar de uma vez por todas a subdivisão atual da gramática em fonética, morfologia, sintaxe, lexicografia e semântica, subdivisão pouco satisfatória, claudicante sob vários aspectos e cujos domínios em parte se sobrepõem.

Abordar a língua desse ponto de vista é vantajoso para uma pesquisa que tem como objeto de estudo as figuras de construção. Como esse tipo de figura de linguagem se realiza no plano de expressão e no plano de conteúdo, é possível isolar essas figuras em suas ocorrências e verificar o seu comportamento lingüístico em cada plano separadamente. Com essa separação, pode-se determinar o que é próprio da expressão do que é próprio do conteúdo na realização dessas figuras.

O segundo princípio diz respeito ao conceito de sentido. Valendo-se do princípio da isomorfia entre os planos de expressão e conteúdo, L. Hjelmslev admite que o conceito de sentido pode ser aplicado também aos domínios do plano da expressão (Hjelmslev, 1975: 60):

Sendo manifestamente a mesma a situação para a expressão e seu conteúdo, convém ressaltar este paralelismo pelo uso de uma mesma terminologia para a expressão e para o conteúdo. Seria possível assim falar de um *sentido da expressão*, e nada impede de fazê-lo, embora isso seja algo contrário ao habitual.

Assim, os resultados das pesquisas em Semiótica, válidos para o sentido do plano do conteúdo, podem ser aplicados ao sentido do plano da expressão.

Valendo-se dessas duas propostas de L. Hjelmslev e da Semiótica, este estudo das figuras de construção está disposto em quatro capítulos. No primeiro capítulo estão colocadas as balizas teóricas do trabalho. Nele, são discutidas as possibilidades de aplicação da Semiótica ao estudo dos sistemas semióticos verbais. Para isso, enfrentam-se algumas questões. Uma delas é recapitular as propostas de L. Hjelmslev à luz da Semiótica. Para L. Hjelmslev, a definição de língua é um sistema de relações, enquanto que a Semiótica trata, em seus domínios teóricos, da enunciação. Trata-se, portanto, de pontos de vista distintos, mas não inconciliáveis. Na medida em que a Semiótica recorre muitas vezes aos postulados de L. Hjelmslev para seu desenvolvimento, há uma linha teórica comum que garante a coerência dessas conciliações.

Outra questão diz respeito aos domínios do percurso gerativo do sentido. Aplicar a Semiótica aos estudos lingüísticos coloca em questão os domínios do percurso gerativo do sentido, que estão restritos ao sentido do plano de conteúdo. No entanto, quando o objeto de estudos é a língua, deve-se considerar também o seu plano de expressão.

No segundo capítulo está justificada a escolha do objeto de estudos e a definição do *corpus*. Para estudar as figuras de construção, o *corpus* mais apropriado é o discurso poético. Os efeitos de sentido poéticos, porém, não são considerados como realizando-se à parte dos mecanismos lingüísticos. Não se trata de estudar o poético enquanto uma forma isolada da forma da língua, mas de verificar quais os mecanismos lingüísticos capazes de realizar um efeito de sentido poético. Assim, considera-se que é a partir de uma forma lingüística que há a realização de uma forma poética, e não o contrário. Desse modo, busca-se delimitar um estudo de Lingüística, e não um estudo de Poética ou de Teoria Literária.

No terceiro capítulo, há uma descrição do plano da expressão seguida de uma descrição do plano do conteúdo, a partir das balizas teóricas demarcadas no primeiro capítulo. Seguindo a proposta de estudos de L. Hjelmslev, trata-se de uma descrição da língua organizada de acordo com o critério dos dois planos, e não de acordo com os níveis fonológico, morfológico, sintático, lexical e semântico. Isso fez-se necessário devido à natureza do objeto de estudos que se realiza tanto no plano de expressão quanto no plano de conteúdo. Com essa descrição é possível verificar, isoladamente em cada plano, os mecanismos discursivos responsáveis pela realização das figuras de construção.

Na análise de cada plano, separadamente, verifica-se como uma rede de elementos lingüísticos - uma rede fonológica para a expressão e uma rede semântica para o conteúdo - é discursivizada, ou seja, qual a relação entre o sistema e o processo lingüísticos. Como no capítulo três os dois planos estão isolados, no capítulo quatro discute-se a correlação dos dois planos para a formação do texto verbal. Embora as figuras de construção possam ser analisadas separadamente em cada um dos planos da linguagem, é no texto que elas produzem os seus efeitos de sentido, por isso, o objetivo das descrições feitas no capítulo três é preparar a resolução do trabalho, desenvolvida no capítulo quatro.

CAPÍTULO 01

Os prolegômenos a uma teoria da linguagem

Cumprir notar que definimos as coisas e não os termos; as distinções estabelecidas nada têm a recear, portanto, de certos termos ambíguos, que não têm correspondência entre duas línguas. Assim, em alemão, *Sprache* quer dizer “língua” e “linguagem”; *Rede* corresponde aproximadamente a “palavra”, mas acrescentando-lhe o sentido especial de “discurso”. Em latim, *sermo* significa antes “linguagem” e “fala”, enquanto *lingua* significa a língua, e assim por diante. (...); eis porque toda definição a propósito de um termo é vã; é um mau método partir dos termos para definir as coisas.
(Ferdinand de Saussure)

Uma das páginas mais belas da Lingüística, com certeza, é o trecho inicial dos *Prolegômenos a uma teoria da linguagm*:

A linguagem - a fala humana - é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela o seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. Mas é também o recurso último e indispensável do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta com a existência, e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador. Antes mesmo do primeiro despertar de nossa consciência, as palavras já resoavam a nossa volta, prontas para envolver os primeiros germes frágeis de nosso pensamento e a nos acompanhar inseparavelmente através da vida, desde as mais humildes ocupações da vida cotidiana aos momentos mais sublimes e mais íntimos dos quais a vida de todos os dias retira, graças às lembranças encarnadas pela linguagem, força e calor. A linguagem não é um simples acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento; para o indivíduo, ela é o tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho. Para o bem e para o mal, a fala é a marca da personalidade, da terra natal e da nação, o título da nobreza da humanidade. O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas.

(Hjelmslev, 1975: 1-2)

Partindo das realizações da linguagem em seus múltiplos aspectos, L. Hjelmslev demonstra que, nessa multiplicidade, a linguagem é tomada em sua transcendência, ou seja, como reflexo dessa multiplicidade. Em seu ponto de vista, toda a alteridade, que forma esses múltiplos aspectos, pode ser reunida em uma unidade desde que, ao invés de considerar a linguagem como reflexo dessa multiplicidade, passasse-se a considerá-la como fonte. Nessa unidade, toda a multiplicidade dos reflexos da linguagem teria as suas alteridades formadas a partir de uma mesma fonte, o que equivale a dizer que os usos da

linguagem emanam dela. Desse modo, a linguagem é uma formadora de sentidos, e não algo que traduz sentidos que já existem a priori. Isso equivale a dizer que, para L. Hjelmslv, a linguagem deve ser considerada de um ponto de vista imanente.

Isso não quer dizer que o “mundo” só existe na linguagem e que qualquer forma de materialidade física deve ser desconsiderada. Não é esse mundo material que a linguagem forma. O “mundo” que a linguagem forma é o “mundo” do sentido, já que ela nos mostra como esse “mundo” físico é transformado em um “mundo” de cultura humana. Por meio da linguagem, o homem domina o “mundo” e apropria-se dele.

A língua é uma forma e não uma substância

O título deste item é um postulado clássico de F. Saussure. Ele está enunciado assim no *Curso de lingüística geral*:

A língua é também comparável a uma folha de papel: o pensamento é o anverso e o som é o verso; não se pode cortar um sem cortar, ao mesmo tempo, o outro; assim tampouco, na língua, se poderia isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som; só se chegaria a isso por uma abstração cujo resultado seria fazer Psicologia pura ou Fonologia pura.

A Lingüística trabalha, pois, no terreno limítrofe onde os elementos das duas ordens se combinam; esta combinação produz uma forma, não uma substância.

(Saussure, s. d.: 131).

Algumas linhas antes, F. Saussure explica como forma e substância estão articuladas:

Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua. (...) A substância fônica não é mais fixa, nem mais rígida; não é um molde a cujas formas o pensamento deve necessariamente acomodar-se, mas uma matéria plástica que se divide, por sua vez, em partes distintas, para fornecer os significantes dos quais o pensamento tem necessidade. Podemos, então, representar o fato lingüístico em seu conjunto, isto é, a língua, como uma série de subdivisões contíguas marcadas simultaneamente sobre o plano indefinido das idéias confusas e sobre o plano não menos indeterminado dos sons. (...) O papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das idéias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitação recíproca de unidades. (...) Não há, pois, nem materialização do pensamento, nem espiritualização de sons; trata-se, antes, do fato, de certo modo misterioso, de o “pensamento-som” implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas.

(Saussure, s. d.: 130-131).

Na proposta de F. Saussure, portanto, a língua é tratada, nos termos de L. Hjelmslev, em uma perspectiva transcendental. Para o primeiro, a substância, tanto fônica quanto conceitual, antecede à língua. Para ele, a forma da língua faz a intermediação de duas substâncias que são anteriores a ela, ou seja, existem a priori para que a língua possa realizar-se a posteriori.

Para L. Hjelmslev, coube a seguinte consideração para manter seu ponto de vista imanente:

(...) nada autoriza que se faça preceder a língua pela “substância do conteúdo” (pensamento) ou pela “substância da expressão” (cadeia fônica) ou o contrário, quer seja numa ordem temporal ou numa ordem hierárquica. Se conservarmos a terminologia de Saussure, temos então de nos dar conta - e justamente a partir de seus dados - de que a substância depende exclusivamente da forma

e que não se pode, em sentido algum, atribuir-lhe uma existência independente.
(Hjelmslev, 1975: 55).

Em seu trabalho, L. Hjelmslev inverte o sentido de uma articulação em que substância precede a forma para uma articulação em que a forma é que determina a substância. Se a língua não é “um simples reflexo” e sim “a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas” (Hjelmslev, 1975: 1), ela não pode ser o reflexo de quaisquer substâncias. Ela deve ser uma forma a partir da qual uma substância conceitual e uma substância fônica podem ser determinadas.

Em termos de análise, essa inversão teórica tem a propriedade de desvincular a língua de uma perspectiva que a toma como reflexo de uma “fonologia pura” e de uma “psicologia pura”. No ponto de vista de L. Hjelmslev, é a língua que forma uma fonologia e uma semântica, de modo que o objeto de estudos “Língua” adquire um especificidade própria. Tomada como fonte, e não como reflexo, a forma da língua passa a ser estudada com um fim em si mesma, e não como um meio para a realização de um objeto cuja especificidade está fora de seus domínios (Hjelmslev, 1975: 2).

Para ser fiel ao ponto de vista da imanência, é necessário que se considere uma forma por meio da qual essa imanência funcione. Determinar essa forma é, por isso, o objetivo de uma teoria da linguagem que adote os prolegômenos de L. Hjelmslev.

A determinação da forma da língua

Uma teoria da linguagem que pretenda sistematizar a forma imanente da língua deve trazer definições de como se pretende sistematizar esta forma.

Partindo de uma análise do plano da expressão, pode-se considerar uma forma de expressão na qual devem ser isolados dois tipos de formantes: formantes discretos e formantes contínuos. A adoção desses dois tipos de formantes justifica-se por meio de uma investigação sobre a natureza dos planos da linguagem. Tanto no plano da expressão quanto no plano do conteúdo é possível isolar formantes discretos, que permitem verificar as articulações entre elementos lingüísticos. O fato de ser possível definir um elemento lingüístico já autoriza a considerar formantes discretos. Além desse tipo de formante, há na língua fenômenos que não permitem esse tipo de análise, que opera buscando unidades elementares de formação. A curva entoativa, por exemplo, é um contínuo sonoro que não pode ser segmentado. Esse tipo de formante é um formante contínuo.

A partir destes versos do poema *Tema e variações*, de Manuel Bandeira, é possível precisar essas definições:

Sonhei ter sonhado
Que havia sonhado
Em sonho lembrei-me
De um sonho passado:
O de ter sonhado
Que estava sonhando.
(Bandeira, 1980: 192)

Observando o plano da expressão desse texto, constata-se que nele podem ser isolados formantes discretos. No primeiro verso, podem ser isoladas as unidades /s/, /o/, /ĩ/, /e/, /j/, /t/, /r/, /a/ e /d/. Sua substancialidade fônica apresenta-se formada por meio de unidades descontínuas, tradicionalmente definidas como fonemas. Trata-se daquilo que, em seus *Elementos de lingüística geral*, A. Martinet define como os elementos constituintes da segunda articulação da linguagem (Martinet, 1978: 12).

No entanto, há nessa forma da expressão um tipo de formante responsável pela continuidade da cadeia dos fonemas enunciados. Tratando-se de um formante contínuo, ele não pode ser definido como um elemento constituinte, já que o conceito de elemento requer a descontinuidade do objeto em definição. É mais adequado falar em uma modulação que caracteriza uma continuidade.

No plano de expressão, pode-se chamar essa continuidade de entonação. Recorrendo novamente a A. Martinet, pode-se verificar que, quando enunciados, os fonemas são dispostos em uma curva entonacional de carácter contínuo (Martinet, 1978: 19).

O mesmo procedimento analítico pode ser aplicado ao plano do conteúdo. No texto do mesmo

poema, podem-se isolar elementos discretos responsáveis pela formação da substancialidade dos conceitos enunciados nos versos. No primeiro verso, podem ser isolados os conceitos que formam o significado dos morfemas sonh- (radical), t- (radical do verbo ter), -a (vogal temática de 1ª conjugação que, na conjugação de sonhar, realiza-se em “e” na primeira pessoa do pretérito do indicativo), -e (vogal temática de 2ª conjugação), -i (cumulação de número singular, primeira pessoa, modo indicativo e pretérito perfeito), -d (particípio passado), -r (infinitivo), -o (gênero masculino) e -f (número singular). Nos textos de autores como A. J. Greimas, em sua *Semântica estrutural* (Greimas, s.d.: 57-74), e B. Pottier, em sua *Linguística geral - teoria e descrição* (Pottier, 1978: 69-78), por exemplo, esses elementos são definidos como sememas¹.

Assim como no plano da expressão, também no plano do conteúdo deve haver um formante contínuo responsável pela disposição desses elementos semânticos em um enunciado. Esse formante deve modular o conteúdo assim como a entonação modula a expressão em uma curva contínua².

Procurando um paralelismo entre a forma da expressão e a forma do conteúdo, parte-se do princípio de que há uma isomorfia entre essas duas formas. No *Dicionário de linguística*, organizado por J. Dubois e outros, há a seguinte definição de isomorfia:

Diz-se que há isomorfia entre duas estruturas de duas ordens diferentes de fatos quando ambas apresentam o mesmo tipo de relações combinatórias.

(Dubois e outros, s.d.: 354)

A forma do conteúdo é de uma ordem diferente daquela da forma da expressão. A forma do conteúdo determina uma substância conceitual, enquanto a forma da expressão determina uma substância sonora. No entanto, a estrutura da forma do conteúdo pode ser descrita com o mesmo tipo de relações combinatórias que a estrutura do plano da expressão. Um semema pode ser descrito com o mesmo tipo de relações combinatórias que um fonema. A definição de uma rede de fonemas, que está estruturada nas relações entre os traços distintivos que formam estes fonemas, é isomorfa à definição de uma rede de sememas, do mesmo modo estruturada nas relações entre os traços distintivos que formam estes sememas³.

L. Hjelmslev trata as estruturas do plano da expressão e do plano do conteúdo isomorficamente (Todorov e Ducrot, 1977: 31-34). Cabe recordar que, para o autor dos *Prolegômenos*, a língua deve ser descrita nesses dois planos da linguagem, e não por meio de níveis de análise, como são os procedimentos da fonologia, da morfologia, da lexicologia, da sintaxe e da semântica (Hjelmslev, 1975: 63).

¹ Aqui não é possível citar A. Martinet e falar em primeira articulação da linguagem (Martinet, 1978: 10-12). O monema de A. Martinet é um signo mínimo, portanto, uma grandeza constituída da expressão e conteúdo. Os sememas são unidades de conteúdo. Ao proceder assim, separando expressão de conteúdo, buscamos a fidelidade aos prolegômenos de L. Hjelmslev quando, ao definir esses dois conceitos, afirma que:

Partindo desse ponto de vista, será fácil organizar os domínios secundários da linguística segundo um esquema judicioso e superar de uma vez por todas a subdivisão atual da gramática em fonética, morfologia, sintaxe, lexicografia e semântica, subdivisão pouco satisfatória, claudicante sob vários aspectos e cujos domínios em parte se sobrepõem. (Hjelmslev, 1975:63).

² A teorização dos formantes contínuos do plano do conteúdo começa a ser feita a partir da *Semiótica das paixões*, de A. J. Greimas e J. Fontanille (Greimas e Fontanille, 1993: 1-20) e tem sido desenvolvida por J. M. Floch (Floch, 1995: 179) e C. Zilberberg e J. Fontanille (Zilberberg e Fontanille: 1998). Esse tópico é tratado com mais precisão no decorrer deste trabalho.

³ Essa isomorfia fica clara nos esquemas propostos por B. Pottier, que descreve o fonema - redefinido como femema - e o semema assim: femema = { fema 1, fema 2, ... fema n } (Pottier, 1978: 301) semema = { sema 1, sema 2, ... sema n } (Pottier, 1978: 29)

Para L. Hjelmslev, tanto a forma da expressão quanto a forma do conteúdo podem ser descritas por meio de constituintes e de caracterizantes. Os constituintes definem os formantes discretos da língua e os caracterizantes definem seus formantes contínuos. Os constituintes são as unidades formadas por um conjunto de traços distintivos, o que coincide com as definições de fonema e, em parte, com a definição de semema⁴. Os constituintes podem ser centrais ou marginais. São centrais aqueles que, além da possibilidade de realizarem-se sozinhos na estrutura em questão, funcionam como a base para a articulação dos marginais, já que estes últimos dependem da realização dos centrais para serem articulados. No plano da expressão, os centrais são as vogais e os marginais as consoantes. No plano do conteúdo, os centrais são os sememas dos radicais e os marginais são os sememas dos afixos⁵.

Os caracterizantes podem ser aproximados das definições de modulação apresentadas acima, quanto foi citada a segunda articulação da linguagem e a curva entonacional dos escritos de A. Martinet. Os caracterizantes podem ser intensos ou extensos. Os extensos descrevem os domínios de uma continuidade lingüística, enquanto que os intensos descrevem modulações na continuidade extensa. No plano da expressão⁶, os caracterizantes intensos são os acentos tônicos e os caracterizantes extensos as modulações entoativas. Tanto a acentuação quanto a modulação entoativa caracterizantes incidem sobre o processo de colocação dos fonemas descontínuos em uma curva contínua. Trata-se, portanto, do mesmo processo descrito na curva entonacional de A. Martinet, que pode ser descrita como uma modulação contínua demarcada por acentos tônicos⁷.

No plano do conteúdo, os caracterizantes intensos correspondem aos sememas das desinências nominais e os caracterizantes extensos correspondem aos sememas das desinências verbais. Mantendo o princípio da isomorfia entre os dois planos, pode-se verificar como essa relação é pensada. Se no plano da expressão o acentoônico é intenso, é porque ele tem um aspecto pontual. De modo contrário, a modulação entoativa é extensa porque ela tem um aspecto durativo. No plano do conteúdo, a mesma relação pode ser estabelecida entre as propriedades das desinências nominais e verbais. Os nomes são pontuais porque demarcam pessoas do discurso. Essas pessoas do discursivo, assim como os acentos tônicos na curva entoativa, são pontos intensos demarcados na extensão de uma ação. Como a ação tem um aspecto durativo, portanto extenso, as desinências verbais podem ser caracterizadas como extensas. A análise de uma oração, nesse ponto de vista, exemplifica essas considerações. Em “O aluno comprou o manual de Lingüística”, as desinências nominais caracterizam pessoas do discurso que são mantidas em relação pela concordância verbal e pela regência verbal, por isso o verbo funciona como o centro da oração. Em outras palavras, o verbo tem uma dominância que se estende por toda a oração, já que pela concordância ele se relaciona com o sujeito e pela regência ele se relaciona com os complementos verbais. Assim, o verbo é extenso e os nomes são intensos. Como as propriedades nominais e verbais dependem das desinências, são elas que realizam esses formantes caracterizantes.

⁴ L. Hjelmslev chama *cenema* o que foi definido aqui como fonema. A definição de semema abrange o que ele chama *plerema* e *morfema*. Os *pleremas* são os sememas lexicais, e os *morfemas* são os sememas gramaticais. A diferença não é só terminológica, ele envolve um substrato teórico mais profundo. Para L. Hjelmslev, os morfemas não são definidos como constituintes, eles são caracterizantes.

⁵ Sempre que necessário, são feitos os ajustes terminológicos para evitar confusão entre diferentes pontos de vista adotados pelos autores.

⁶ L. Hjelmslev chamou os caracterizantes do plano da expressão de *prosodemas*.

⁷ E. Sapir trata de questões aproximadas quando propõem níveis de análise da fala em seu texto “A fala como traço de personalidade” (Sapir: 1969: 63-78). O segundo nível de análise é chamado *dinâmica vocal*. A *dinâmica vocal* compreende a entonação, o ritmo, o manuseio musical e a fluência. Uma aproximação com a música é interessante. Considerando como musical uma melodia demarcada ritmicamente, a fala pode ser ouvida como se fosse essa música. Assim, os quatro componetes da *dinâmica vocal* podem ser compreendidos entre a melodia e o ritmo da fala, já que nessa musicalidade da fala deve estar compreendido o segundo nível de análise da fala proposto por E. Sapir. Melodia e ritmo também formam uma curva que pode ser aproximada da curva entonacional de A. Martinet. Há um problema, porém, em aproximar E. Sapir de L. Hjelmslev. E. Sapir não faz a diferença entre forma e substância, que é fundamental para a coerência teórica de L. Hjelmslev. No entanto, pode-se redefinir a *dinâmica vocal* nos termos da forma da expressão, que é o que se faz quando a *dinâmica vocal* é descrita em termos de caracterizantes deste plano.

Aqui, cabem as mesmas ressalvas que foram feitas no que diz respeito às questões de modulação do conteúdo. Os estudos de C. Zilberberg e J. Fontanille (Zilberberg e Fontanille, 1998) sobre este tópico têm, como substrato, a teoria semiótica de A. J. Greimas, posterior a L. Hjelmslev, e que, consequentemente, trazem uma concepção de língua diferente⁸. Para mostrar como L. Hjelmslev sistematiza a isomorfia entre as formas da expressão e do conteúdo, o que temos, por enquanto, é o suficiente para compreender este esquema (Carone, 1986: 44):

plano da expressão	cenemas (constituintes)	centrais (vogais) marginais (consoantes)
	prosodemas (caracterizantes)	extensos (modulação) intensos (acentos)
plano do conteúdo	pleremas (constituintes)	centrais (radicais) marginais (afixos)
	morfemas (caracterizantes)	extensos (verbais) intensos (nominais)

Afirmamos que a forma da língua pode ser sistematizada por meio de dois tipos de formantes: os discretos, que formam os seus elementos descontínuos, e os contínuos, que formam as modulações capazes de dispor esses elementos descontínuos em curvas contínuas. Aproximando-se da isomorfia de L. Hjelmslev, podem-se descrever os formantes descontínuos por meio dos constituintes e os descontínuos por meio dos caracterizantes. No entanto, para atualizar esse quadro teórico com os avanços da Semiótica, deve-se levar em consideração a definição de sentido que está nos *Prolegômenos* (Hjelmslev: 1975: 56-62) e os desenvolvimentos teóricos da Semiótica nos tópicos de tensão e significação (Fontanille e Zilberberg, 1998) e nos tópicos da enunciação (Fiorin, 1996). Deve-se, em seguida, demonstrar como fazer essa atualização.

⁸ A diferença principal está na sistematização da praxis enunciativa feita pela Semiótica. Em L. Hjelmslev, não há no conceito de estrutura a dinâmica que o conceito de práxis pressupõe. Além do mais, a Semiótica estuda o nível transfrástico, enquanto que a glossemática de L. Hjelmslev está circunscrita, basicamente, aos domínios da frase.

A definição de sentido

Em seus *Prolegômenos*, L. Hjelmslev apresenta a sua definição de sentido no tópico reservado às questões da expressão e do conteúdo (Hjelmslev, 1975: 51-64). Primeiro, ele define o sentido como um fator comum “que é uma grandeza que só se define pela função que a une ao princípio de estrutura da língua e a todos os fatores que fazem com que as línguas se distingam umas das outras” (Hjelmslev, 1975: 55- 56).

Esse princípio de estrutura da língua é aquele que “comporta a função semiótica e todas as funções que dela se pode deduzir - princípio que, enquanto tal, é naturalmente comum a todas as línguas, mas cuja execução é diferente em cada uma delas” (Hjelmslev, 1975: 55). A função semiótica é aquela que está “situada entre duas grandezas: expressão e conteúdo” (Hjelmslev, 1975: 53).

Em seguida, ele trata do sentido do conteúdo, quando, então, fica mais evidente o que é chamado fator comum. Seus dados são cinco frases em línguas distintas que têm o mesmo sentido do conteúdo⁹. De acordo com L. Hjelmslev, um mesmo sentido é formado segundo línguas diferentes. Há uma forma de conteúdo que se realiza de modo diferente em cada língua, dando forma a um sentido aproximadamente comum na “massa amorfa do pensamento” (Hjelmslev, 1975: 56- 57).

Seguindo o princípio da isomorfia entre os dois planos da linguagem, L. Hjelmslev define um sentido da expressão (Hjelmslev, 1975: 60). Determina esse sentido argumentando que, vocábulos de línguas diferentes, apesar de sentidos de conteúdo diferentes, são pronunciados de modo semelhante, apresentando, assim, o mesmo sentido de expressão¹⁰. Portanto, há uma forma de expressão que se realiza de modo diferente em cada língua, dando forma a um sentido aproximadamente comum na “massa amorfa do som”.

Concluindo, L. Hjelmslev nos diz que “é em razão da forma do conteúdo e da forma da expressão, e apenas em razão delas, que existem a substância do conteúdo e a substância da expressão, que surgem quando se projeta a forma sobre o sentido, tal como um fio esticado projeta a sua sombra sobre uma superfície contínua” (Hjelmslev, 1975: 61). Assim, ele mantém a fidelidade ao princípio da imanência da forma e define o sentido como o fator comum, tanto no plano da expressão quanto no plano do conteúdo.

Essa expansão dos domínios conceituais da definição de sentido permite que os dois planos da linguagem passem a ter em um comum a propriedade de ter sentido, o que permite, com os avanços da Semiótica no estudo do sentido do conteúdo, a possibilidade de um estudo do sentido da expressão. É preciso desenvolver essa proposta.

⁹ As cinco frases são:
jeg véd det ikke (dinamarquês)
I do not know (inglês)
je ne sais pas (francês)
en tieä (filândês)
naluvara (esquimó)
(Hjelmslev, 1975: 56).

¹⁰ Os vocábulos são:
got (inglês)
Gott (alemão)
godt (dinamarquês)
(Hjelmslev, 1975: 61).

A teoria semiótica

O termo Semiótica não define apenas um, mas diferentes domínios do saber¹¹. Trata-se, aqui, da Semiótica elaborada por Greimas e seus colaboradores. Essa Semiótica começa a ser pensada a partir da *Semântica estrutural*, de A. J. Greimas (Greimas, s.d.) e, atualmente, continua sendo desenvolvida em algumas frentes de pesquisa. Uma delas é a Semiótica Tensiva, elaborada, principalmente, por J. Fontanille e C. Zilberberg (Fontanille e Zilberberg, 1998).

No *Dicionário de semiótica* (Greimas e Courtés, s.d.), sentido tem a seguinte definição (Greimas e Courtés, s.d.: 416-417):

1. Propriedade comum a todas as semióticas, o conceito de sentido é indefinível. Intuitivamente ou ingenuamente, duas abordagens do sentido são possíveis: pode ser considerado quer como aquilo que permite as operações de paráfrase ou de transcodificação, quer como aquilo que fundamenta a atividade humana enquanto intencionalidade. Anteriormente à sua manifestação sob forma de significação articulada, nada poderia ser dito do sentido, a não ser que se façam intervir pressupostos metafísicos carregados de conseqüências.
2. L. Hjelmslev propõe uma definição operatória de sentido, identificando-o com o “material” primeiro, ou com o “suporte” graças ao qual qualquer semiótica, enquanto forma, se acha manifestada. Sentido torna-se, assim, sinônimo de “matéria” (o inglês “purport” subsume as duas palavras): uma e outra são empregadas indiferentemente, falando-se de dois “manifestantes”: o do plano da expressão e o do plano do conteúdo. O termo substância é em seguida utilizado para designar o sentido enquanto algo que é assumido por uma semiótica, o que permite distinguir então a substância do conteúdo da substância da expressão.

Teorizando sobre o sentido, a Semiótica faz uma abordagem diferente da de L. Hjelmslev. A Semiótica investiga os domínios do plano do conteúdo. A. J. Greimas define esse domínio quando trata da correlação entre significantes e significados na sua *Semântica estrutural* (Greimas, s.d.: 17-20). Para ele, o mesmo significado pode manifestar-se em ordens diferentes de significantes, já que a “definição de pintura ou música é de ordem do significante e não do significado. As significações que estão eventualmente aí contidas são simplesmente humanas” (Greimas, s.d.: 19). Isso posto, a semântica pode ser compreendida como uma linguagem:

Quando um crítico fala da pintura ou da música, pelo próprio fato de que fala, pressupõe ele a existência de um conjunto significativo “pintura”, “música”. Sua fala constitui-se pois, em relação ao que vê ou ouve, uma metalingua. Assim, qualquer que seja a natureza do significante ou o estatuto hierárquico do conjunto significativo considerado, o estatuto de sua significação se encontra situado num nível metalingüístico em relação ao conjunto estudado. Essa diferença de nível é ainda mais visível quando se trata do estudo de línguas naturais: assim o alemão ou o inglês podem ser estudados numa metalingua que utiliza o francês e vice-versa.

¹¹ Há, pelo menos, três semióticas. Chama-se Semiótica a lógica elaborada por C. S. Peirce (Peirce, 1977), chama-se Semiótica russa os estudos de I. Lótman e outros (Schnaiderman, 1979/ Lótman, 1981) e chama-se Semiótica o projeto de ciência de A. J. Greimas e seus colaboradores (Greimas e Courtés, s. d.: 409- 416).

Isso nos permite a formulação de um princípio de dimensão mais geral: diremos que esta metalíngua transcritiva ou descritiva não apenas serve ao estudo de qualquer conjunto significativo, mas também que ela própria é indiferente à escolha da língua natural utilizada.

(Greimas, s.d.: 23)

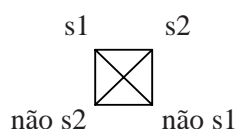
A Semiótica define o plano de expressão em um nível de manifestação e estuda o conteúdo isolado do plano da expressão. Portanto, a Semiótica não é uma teoria lingüística ou uma teoria sobre outras ordens de expressão quaisquer, seu objeto de estudos é a significação. Para A. J. Greimas, a Semiótica encarrega-se da construção de um modelo teórico que traduz a sua proposta de semântica como linguagem.

Na teoria padrão da Semiótica, o conteúdo pode ser formalizado em um percurso gerativo do sentido. Neste percurso, a Semiótica define três níveis homogêneos de análise, de modo que o sentido é gerado a partir de uma semântica fundamental e se realiza em um determinado discurso. Para a Semiótica, portanto, o sentido é investigado nos domínios do plano do conteúdo.

Para L. Hjelmslev, o sentido está definido tanto nos domínios da expressão quanto do conteúdo, de modo que os domínios de sua definição não estão restritos ao plano do conteúdo, como faz a Semiótica. Contudo, em L. Hjelmslev o sentido está identificado com a substância desses planos enquanto suporte de uma forma semiótica, enquanto a Semiótica estuda o sentido como um processo de formação de uma substância conceitual.

Esse processo de formação está sistematizado no percurso gerativo do sentido¹². Os três níveis homogêneos desse percurso são os níveis fundamental, narrativo e discursivo.

No nível fundamental é definida uma semântica fundamental (Greimas e Courtés, s. d.: 398-399), que estuda o mínimo de sentido articulado em um discurso. Para a Semiótica, essa semântica é sistematizada por meio de um modelo teórico próprio para o nível fundamental. Nesse modelo, define-se uma sintaxe, que organiza os investimentos semânticos nela articulados. Parte-se da definição de um eixo semântico formado por uma categoria semântica *s1* vs. *s2*. Sobre essas categorias, aplicam-se duas operações: uma operação de afirmação e uma de negação. Estas operações geram os termos afirmados na categoria *s1* e *s2* e os seus termos contraditórios *não s1* e *não s2*. Estes quatro termos simples contraem três relações: a relação de contrariedade entre *s1* vs. *s2*, e *não s1* vs. *não s2*; a relação de contraditoriedade entre *s1* e *não s1*, e *s2* e *não s2*; e a relação de complementaridade entre *não s2* e *s1*, e *não s1* e *s2*. A categoria semântica, as operações e seus resultados são sistematizados no modelo do quadrado semiótico:



Neste modelo há relações paradigmáticas e sintagmáticas. As paradigmáticas são definidas entre os termos simples *s1*, *s2*, *não s1* e *não s2*, e também entre os resultados das três relações. As sintagmáticas

¹² Quando a referência for a Semiótica, os domínios do sentido devem ser restritos ao sentido do conteúdo. Para evitar confusões entre as definições de A. J. Greimas e L. Hjelmslev, são feitas as devidas ressalvas sempre que necessário.

definem percursos dentro do quadrado de acordo com dois sintagmas: o sintagma $s1 \Rightarrow \text{n\~{a}o } s1 \Rightarrow s2$ e o sintagma $s2 \Rightarrow \text{n\~{a}o } s2 \Rightarrow s1$. Assim, dá-se conta tanto da disseminação paradigmática da categoria semântica quanto dos percursos sintagmáticos que descrevem as suas disposições no discurso.

Sobre essa sintaxe, articula-se uma semântica. Por meio das aplicações da Semiótica nos estudos de textos, demonstrou-se que há um inventário dessas categorias semânticas que deve ser levantado. O trabalho da Semiótica, porém, consagrou algumas como *opressão v. liberdade, identidade vs. alteridade, parcialidade vs. totalidade, natureza vs. cultura, vida vs. morte*, entre outras possíveis. No entanto, no *Dicionário de Semiótica* (Greimas e Courtés, s.d.), há a distinção de apenas duas na entrada em que se define a semântica fundamental:

Dado que um universo semântico pode articular-se de duas maneiras: quer como universo individual (uma “pessoa”), quer como universo social (uma “cultura”), é possível sugerir - a título de hipótese - a existência de duas espécies de universais semânticos - a categoria *vida/morte* e a categoria *natureza/cultura* -, cuja eficácia operatória parece incontestável.
(Greimas e Courtés, s. d.: 399)

Estas duas categorias podem ser classificadas de acordo com a categoria *interoceptividade vs. exteroceptividade*, de modo que a interoceptividade cobre o campo do universo individual articulado em *vida vs. morte* (Greimas e Courtés, s. d.: 239) e a exteroceptividade cobre o campo do universo social articulado em *natureza vs. cultura* (Greimas e Courtés, s. d.: 175- 176). Se estas duas categorias fazem parte de universais semânticos, as demais categorias levantadas pela Semiótica devem, quando colocadas em discurso, homologar-se com alguma delas.

Nessa semântica, propriamente mínima, construída por apenas uma categoria que fundamenta os campos definidos pelos universos “pessoal” e “cultural”, há reflexos da oposição *sujeito e objeto* e das possíveis relações entre eles. No universo “pessoal” deve haver a definição de um *sujeito* e no universo “cultural” deve haver a definição de *objetos*, caso contrário, não há nem “pessoa” e nem “cultura” para justificar estes universos. A Semiótica, no entanto, não discute essas relações no nível fundamental, ela define um nível narrativo para descrever *sujeito e objeto*. Esse é o segundo nível de análise do percurso gerativo do sentido (Greimas e Courtés, s. d.: 297- 302).

O nível narrativo é descrito por meio de uma sintaxe e de uma. Sua sintaxe é sistematizada no *esquema narrativo*. Uma narrativa simples é definida como uma seqüência formada pela transformação entre dois estados mediante um fazer. Estes dois estados e este fazer são definidos como *enunciados elementares*, que são de dois tipos: os *enunciados elementares de ser* e os *enunciados elementares de fazer*. Os de *ser* são de conjunção ou de disjunção com o *objeto*. Assim, a narrativa simples é descrita como uma seqüência $ser \bar{P} fazer \bar{P} ser$, que define um *programa narrativo*. Este programa descreve uma conjunção entre um *sujeito* e um *objeto* que é transformada em uma disjunção ou o processo inverso, diferenciando programas de perda de programas de aquisição, que são representados, respectivamente, assim:

$$(S \cap O) \rightarrow (S \cup O) \quad \text{e} \quad (S \cup O) \rightarrow (S \cap O)$$

Nas narrativas, formadas por mais de um *programa narrativo*, ele pode funcionar como um programa de base ou como um programa de uso. O programa de base descreve a ação principal do *sujeito*,

e os programas de uso as ações subordinadas a esta ação principal. Os programas de uso descrevem a aquisição da *competência* necessária para a realização da *performance* descrita no programa de base. A *competência* é sistematizada por meio da aquisição das modalidades narrativas *querer*, *dever*, *saber* e *poder*. Estas quatro modalidades formalizam os quadros da *competência* que deve ser adquirida para a realização da *performance*, de modo que elas traduzem, em seu poder de generalização, os diferentes programas de uso que um *sujeito* deve realizar para afirmar a sua *performance*.

A Semiótica descreve a organização sintática dos *programas narrativos* em um *esquema narrativo* composto por três *percursos narrativos*. O *sujeito* adquire o *querer* e/ou o *dever* por meio de um percurso de manipulação, durante a sua aquisição de *competência* ele adquire o *saber* e o *poder* para realizar a sua *performance* por meio de um percurso de ação e, por fim, é avaliado em um percurso de julgamento, que incide sobre o sucesso ou o fracasso de suas realizações. Portanto, o *esquema narrativo* é sistematizado na seqüência *manipulação* ⇒ *ação* ⇒ *julgamento*.

Na *manipulação*, um *sujeito-destinador* manipula um *sujeito-destinatário*, que na ação é o *sujeito* que se relaciona com o *objeto* e que é, no *julgamento*, o *sujeito-destinatário* que é avaliado pelo *sujeito-destinador* deste percurso. *Sujeito*, *objeto*, *destinador* e *destinatário* são definidos como os *actantes* do *esquema narrativo*.

Essa sintaxe recebe um investimento semântico quando os *actantes* são preenchidos por valores, colocados em circulação dentro do *esquema narrativo*. Um *valor* é definido, em Lingüística, como:

(...) o sentido de uma unidade definida pelas posições relativas dessa unidade no interior do sistema lingüístico.

(Dubois e outros, s.d.: 609)

Utilizando essa definição lingüística em Semiótica, um valor semântico pode ser definido dentro de um sistema que se encarrega de orientar o seu sentido, de modo que o *sujeito* narrativo entra em junções com estes *valores* porque eles estão inscritos nos *objetos*, definindo-os como *objetos* de *valor* reconhecidos pelo *sujeito*.

O *esquema narrativo* padrão é formalizado, basicamente, em torno do *objeto* de *valor* reconhecido pelo *sujeito*. No entanto, a Semiótica das paixões (Greimas e Fontanille, 1993) mostrou a possibilidade de uma formalização maior em torno do *sujeito*. De fato, quando a narratividade é descrita em termos de conjunções e disjunções com um *objeto* de *valor*, a Semiótica descreve “estados de coisas” e não formaliza os “estados de alma” do *sujeito* narrativo. Com a teoria das paixões, a Semiótica consegue descrever quando um *sujeito*, embora com os quadros completos de sua *competência*, não realiza a *performance* ou, mesmo tendo-a realizado, continua insistindo na mesma *ação*¹⁴.

A Semiótica das paixões, entretanto, não traz progressos teóricos apenas no estudo dos “estados de alma”. Há, entre seus desenvolvimentos, a sistematização das tensões responsáveis pelas modulações contínuas dos elementos discretos do conteúdo (Greimas e Fontanille, 1993: 14- 20).

¹⁴ O primeiro é o caso da paixão do orgulhoso quando desafiado, e o segundo é o caso da avareza. A paixão é definida por um excedente modal (Greimas e Fontanille, 1993: 62- 63), o *sujeito* apaixonado age em função desse excedente que pode ser da ordem de qualquer uma das quatro modalidades. Assim, o *sujeito* constrói um simulacro de sua competência e age de acordo com ele.

Tensão e significação

A Semiótica das paixões coloca em discussão o modelo padrão do percurso gerativo do sentido. Uma das características do modelo deste percurso é que ele trabalha com grandezas discretas em seus três níveis de análise. Na *Semiótica das paixões* (Greimas e Fontanille, 1993), os autores propõem-se trabalhar, também, com grandezas contínuas (Greimas e Fontanille, 1993: 9-20). Além das grandezas discretas, definidas pela Semiótica anterior ao trabalho sobre as paixões, os autores dirigem sua atenção para grandezas contínuas:

A lingüística frástica, em alguns de seus desenvolvimentos que interessam à semiótica, percebeu que o predicado era suscetível de ser sobredeterminado — modificado e confundido ao mesmo tempo — de duas maneiras diferentes: pela modalização e pela aspectualização. A modalização — ao menos como foi desenvolvida pela semiótica no âmbito das modalidades da competência — poderia eventualmente dar conta da articulação descontínua da narratividade. Entretanto, a introdução, na teoria semiótica, do conceito de “estado modal”, mas sobretudo um exame mais atento do discurso, dava a imagem de uma “ondulação” contínua, capturável entre outras, sob a forma de variações de intensidade e de emaranhados de processos, que poderíamos considerar como sua “aspectualização”; em face da segmentação discreta dos estados, os emaranhados de processos e suas variantes de intensidade tornam indecisas as fronteiras entre estados e embaraçam com muita freqüência o efeito de descontinuidade. Ora, esse embaraço e essa ondulação não podem se explicar — seria fácil demais — pela complexidade de superfície dos discursos analisados, nem ser apresentados, sem outro exame, como simples “efeitos de sentido”. As considerações sobre a natureza dos estados e, mais particularmente, sobre sua instabilidade, unidas a uma reflexão mais geral sobre o estado do mundo, levam, pois, a interrogar sobre a concepção de conjunto do nível epistemológico profundo da teoria e a perguntar se, para além da percepção cognitiva da significação que a discretiza e a torna “compreensível”, não há lugar para a instauração de um horizonte de tensões mal esboçadas que, embora situando-se num aquém do sentido do “ser”, permitiria dar conta das manifestações “ondulatórias” insólitas reconhecidas no discurso.

(Greimas e Fontanille, 1993: 15)

Esse trabalho originou uma frente de pesquisa, chamada de Semiótica Tensiva. A tensividade é, na *Semiótica das paixões* (Greimas e Fontanille, 1993) definida assim:

A *tensividade*, fenômeno ampla e devidamente constatado, característica inseparável de todo desenrolar processual frástico ou discursivo, parecia poder ser dominada, num primeiro tempo, pela projeção das estruturas do descontínuo, com o risco apenas de adiar a construção de uma gramática aspectual que desse conta, ao mesmo tempo, de ondulações temporais e de sinuosidades espaciais. Entretanto, a urgência de completar a teoria das modalidades, equilibrando as modalidades do ser e uma interrogação insistente sobre a natureza dos estados, dinâmicos e inquietos, obrigava a enfrentar diretamente a problemática das paixões. Ora, um fato perturbador surgiu de imediato: não apenas o sujeito do discurso é suscetível de transformar-se em sujeito apaixonado, perturbando seu dizer cognitiva e pragmaticamente programado, mas também o sujeito do “dito” discursivo é capaz de interromper e de desviar sua própria racionalidade narrativa para emprestar um percurso passional, ou mesmo acompanhar o precedente, perturbando-o por suas pulsações discordantes. O fato é notó-

rio não tanto porque revela novas formas de disfuncionamento narrativo, mas porque mostra relativa autonomia das seqüências passionais do discurso, espécie de autodinâmica das tensões visível em seus efeitos, e sobretudo porque nos convida a situar o espaço tensivo no aquém do sujeito enunciante, e não apenas como o princípio regulador “tardio” de uma sintaxe aspectual. Uma vez admitido isso, o conceito de *tensividade* é suscetível de transcender a instância da enunciação discursiva propriamente dita e pode ser vertido por conta do imaginário epistemológico, em que ele encontra outras formulações, filosóficas ou científicas, já conhecidas; nisso ele poderá surgir como “simulacro tensivo”, como um dos postulados que originam o percurso gerativo do sentido. (Greimas e Fontanille, 1993: 17-18)

A tensividade é, portanto, uma grandeza contínua, que é sistematizada em termos de modulação, é não em termos de modalidade, como é o caso das grandezas discretas. A tensividade é, por isso, descrita por meio de curvas, e não por meio de elementos.

Os estudos e propostas de J. Fontanille e C. Zilberberg são a referência básica para um trabalho que considera a tensividade pertinente para uma teoria da linguagem. No texto *Tension et signification* (Fontanille e Zilberberg, 1998), são definidos os conceitos fundadores da Semiótica Tensiva. Se a Semiótica padrão trata do *valor*, a Semiótica tensiva trata do “valor do valor”, a *valência* (Fontanille e Zilberberg, 1998: 11- 27). A *valência* é definida pela tensão formada entre duas *profundidades*, uma *profundidade* intensa e uma *profundidade* extensa¹⁵. As *profundidades* descrevem gradientes que modulam grandezas contínuas. Ela é intensa quando interfere na concentração de sentido e é extensa quando interfere na sua difusão. De acordo com J. Fontanille e C. Zilberberg, essas considerações podem ser explicadas assim:

Quelques précisions théoriques et terminologiques s’imposent dès maintenant. Nous tentons d’articuler ici une “sémantique du continu”, qui puisse déboucher sur une sémiotique du continu, et qui serait susceptible de répondre de l’apparition du discontinu. Dans le plan de l’expression, les grandeurs continues correspondent à ce que Hjelmslev appelle les “exposants” (accents et intonation), et elles sont de l’ordre de l’intensité et de la quantité, dans la mesure où l’accent comme l’intonation peuvent affecter aussi bien la hauteur et la longueur des phonèmes (leur quantité ou leur extension) que l’énergie articulatoire (leur intensité).

Au nom de l’isomorphisme entre l’expression et le contenu, nous considérons que nous avons affaire, avec les valences, à des *gradients* d’intensité (par exemple, le gradient d’intensité affective) et des *gradients* d’extensité (par exemple, le gradient de la “fonctionnalité”, des rôles domestiques du chien, ou celui de la hiérarchie des genres et des espèces). L’intensité et l’extensité sont les fonctifs d’une fonction qu’on pourrait identifier comme la tonicité (tonique/atone), l’une, l’intensité, au titre de l’“énergie” qui rend la perception plus ou moins vive, l’autre, l’extensité, au titre des “morphologies quantitatives” du monde sensible, qui guident ou contraignent le flux d’attention du sujet de la perception.

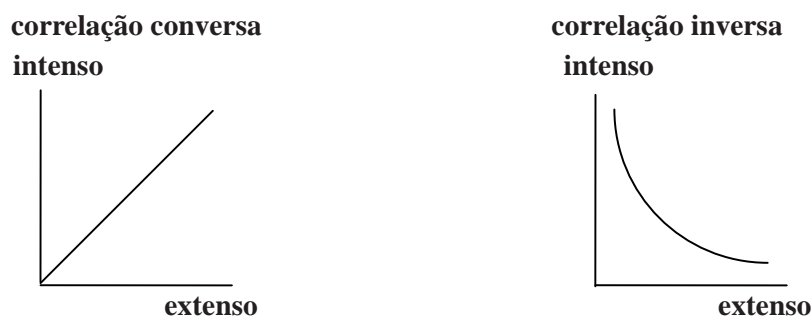
Dans l’espace tensif qui est leur domaine d’élection, ces gradients sont mis en perspective par la visée ou par la saisie d’un sujet perceptif. Cette orientation des gradients par rapport à un centre déictique et par rapport à un observateur les convertit en profondeurs sémantiques. Il s’agit bien

¹⁵ A terminologia proposta por J. Fontanille e C. Zilberberg é inspirada nos caracterizantes de L. Hjelmslev (Fontanille e Zilberberg, 1998: 14).

entendu de profondeurs articulant un espace mental plus ou moins abstrait, l'espace épistémologique de la catégorisation, mais isomorphe de celui de la perception, et directement dérivé de lui la profondeur sémantique obéit en effet à la même définition que la profondeur figurative; seul le degré d'abstraction change.

(Fontanille e Zilberberg, 1998: 14).

A relação tensiva entre as duas *profundidades* forma uma curva tensiva que pode ser de dois tipos: há uma relação conversiva quando a um aumento de intensidade corresponde um aumento de extensidade, e há uma relação inversa quando a um aumento de intensidade corresponde uma diminuição de extensidade (Fontanille e Zilberberg, 1998: 19). As duas curvas são representadas assim¹⁶:



Essa “estruturação fundamental” da tensividade é utilizada para rever os conceitos da Semiótica padrão sob o ponto de vista da Semiótica tensiva (Fontanille e Zilberberg, 1998).

No entanto, a recorrência aos conceitos de L. Hjelmslev para o desenvolvimento da teoria das tensões deve ser mais aprofundada. Se os constituintes são formantes descontínuos, que são dispostos em uma curva por formantes contínuos, pode-se descrever essa curva em termos tensivos, por isso a coerência em definir as *profundidades* em termos de caracterizantes intensos e extensos. Isso permite fazer três observações.

Em primeiro lugar, se há uma curva responsável pela disposição de constituintes, os caracterizantes passam a ser formantes responsáveis pela “colocação em discurso” destes constituintes. Assim, o conceito de sistema¹⁷ pode ser definido em termos de constituintes e o conceito de processo pode ser definido em termos de caracterizantes. No plano de expressão lingüístico¹⁸, por exemplo, há um sistema de fonemas constituintes que são caracterizados em um processo entoativo, enquanto no plano do conteúdo há um sistema de sememas constituintes que são caracterizados em um processo semiótico.

Em segundo lugar, deve-se saber que a definição de sentido, para L. Hjelmslev, abrange também o plano da expressão. Assim sendo, há um processo caracterizado em planos diferentes a partir de um mesmo modelo de forma. Portanto, há de considerar-se uma “colocação em discurso” também para o plano da expressão.

Em terceiro lugar, tratar essas questões em termos de sistema e processo deve, necessariamente, incluir uma discussão sobre a enunciação e o nível discursivo do percurso gerativo do sentido.

¹⁶ Essa notação resolve o problema que a representação das tensões em termos de categorias discretas causa. Se a tensão trata de grandezas contínuas, sua representação deve ser coerente com isso. Representar tensões com unidades discretas é tratá-las como grandezas descontínuas (Greimas e Fontanille, 1993: 41).

¹⁷ O conceito de sistema deve ser entendido, aqui, como sistema semiótico.

¹⁸ O sistema verbal é apenas um exemplo de sistema semiótico, que pode ser verbal, não verbal ou sincrético, quando articula os dois anteriores.

A enunciação

O nível discursivo é o nível de análise da significação em que as questões da *enunciação* são tratadas. A definição de *enunciação* (Greimas e Courtés, s. d.: 145- 148) é articulada com a definição de *enunciado* (Greimas e Courtés, s. d.: 148-150). A *enunciação* é a instância produtora do *enunciado*, de modo que ela se relaciona com ele de acordo com a relação produção-produto. Na *enunciação*, um *enunciador* relaciona-se com um *enunciatório* (Greimas e Courtés, s. d.: 150) na produção de um *enunciado*. Assim sendo, a *enunciação* deixa suas marcas no *enunciado* e, por meio delas, pode-se compreender a relação entre essas duas instâncias discursivas.

Como os demais níveis semióticos, o nível discursivo também é descrito em termos de uma sintaxe e de uma semântica. Na sua sintaxe, é analisada a colocação em *discurso* das categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço* (Fiorin, 1996). A combinação dessas colocações com as relações entre *enunciado-enunciação* e *enunciador-enunciatório* permite definir dois tipos de *enunciação*: a *enunciação-enunciada* e o *enunciado-enunciado*. Na *enunciação-enunciada*, a relação *enunciador-enunciatório* está explícita no *enunciado*, de modo que a categoria de *pessoa* realiza-se na relação *eu-tu*, a categoria de *tempo* realiza-se durante o *agora* e categoria de *espaço* realiza-se no *aqui*. No *enunciado-enunciado*, a relação *enunciador-enunciatório* esta implícita no **enunciado**, de modo que a categoria de *pessoa* realiza-se em torno do *ele*, a categoria de *tempo* realiza-se durante o *então* e categoria de *espaço* realiza-se no *lá*. Esquemáticamente, pode-se resumir essa sintaxe assim:

enunciação	categorias sintáticas (enunciador-enunciatório)	pessoa	tempo	espaço
enunciado	enunciação-enunciada	eu-tu	agora	aqui
	enunciado-enunciado	ele	então	lá

Essas categorias da sintaxe discursiva são reguladas pela oposição sêmica *aproximação* vs. *distanciamento*, de modo que na *enunciação-enunciada* há uma *aproximação* entre *enunciação* e *enunciado*, e no *enunciado-enunciado* há um *distanciamento* entre estas duas instâncias. (Fiorin: 1996: 99).

Na semântica discursiva, é descrita a colocação em discurso de conteúdos *temáticos* (Greimas e Courtés, s. d.: 453-454) e conteúdos *figurativos* (Greimas e Courtés, s. d.: 187-188). Com os *temas* (Greimas e Courtés, s. d.: 453), descrevem-se os conteúdos “mais abstratos”, que são aqueles que não referencializam o “mundo natural”. Com as *figuras* (Greimas e Courtés, s. d.: 184-185), descrevem-se conteúdos “mais concretos”, que são aqueles que referencializam o “mundo natural”. Há, portanto, *discursos temáticos* e *discursos figurativos*. Na articulação entre temas e figuras pode-se descrever, ainda, as relações entre a linguagem e a elaboração sociosemiótica¹⁹ de conteúdos ideológicos (Fiorin, 1988).

¹⁹ A sociosemiótica trata de estudar as conotações sociais e seus efeitos de sentido (Greimas e Courtés, s. d.: 439- 441).

Tratar a enunciação em um nível próprio coloca em relevo a questão do “dono” do *discurso*. As teorias lingüísticas estruturalistas, com a definição de língua como sistema, não incluem o *sujeito da enunciação* em seus modelos, de modo que, em uma descrição sistemática, não se questiona a práxis enunciativa. São teorias do sistema que, por isso mesmo, não descrevem o uso lingüístico. Na *enunciação*, a semiótica tem elaborado uma descrição dessa práxis enunciativa, fazendo, portanto, uma teorização do uso semiótico de um *discurso*.

Se é possível considerar os constituintes como formantes do sistema e os caracterizantes como formantes do uso, o nível discursivo é o nível teórico da semiótica em que essa caracterização pode ser tratada. Nessas aproximações, contudo, deve-se considerar que, enquanto L. Hjelmslev elabora uma teoria lingüística, A. J. Greimas, J. Fontanille e C. Zilberberg elaboram uma teoria semiótica. Isso coloca a questão sobre a transcendência e a imanência de seus objetos de estudo, que deve ser discutida com mais atenção.

Teoria lingüística e teoria semiótica

Enquanto para L. Hjelmslev há uma imanência da língua, de modo que os sentidos da expressão e do conteúdo são transcendentem em relação à forma lingüística, para A. J. Greimas há uma imanência do sentido que, uma vez formado no plano do conteúdo, relaciona-se com um plano de expressão, formando sistemas semióticos que são transcendentem em relação ao sentido. Se para L. Hjelmslev o sentido emana de língua, para A. J. Greimas o sistema semiótico verbal emana do sentido. Para o primeiro, é a forma da língua que se manifesta no sentido de um substância de expressão e no sentido de uma substância de conteúdo, para o segundo, há um sentido, de ordem humana, que pode se manifestar em diferentes planos de expressão.

Não se trata, evidentemente, de julgar quem tem razão, já que, para as razões de cada autor, suas escolhas são bem adequadas. Como ambos sabiam que “é o ponto de vista que cria o objeto” (Saussure, s.d.:15), o que é pertinente discutir é o alcance teórico de cada ponto de vista e como trabalhar com ambos sem prejudicar a coerência teórica do próprio estudo que se pretende.

Se a orientação deste trabalho seguir as propostas de L. Hjelmslev, o sentido deve ser transcendente à língua. Neste ponto de vista, o sentido, tanto no plano da expressão quanto no plano do conteúdo, é gerado a partir da forma da língua. Se essa forma for descrita de modo a dar conta do sistema da língua e de seu processo, por meio de definições apropriadas de constituintes e caracterizantes, tem-se um modelo imanente para a língua.

Para isso, pode-se partir do discurso e, em sua realização, buscar a construção de um sistema e a orientação de um processo. Como L. Hjelmslev considera o sentido manifestado nos dois planos da linguagem, pode-se definir um enunciador desse sentido nos dois planos também, e não só no plano do conteúdo, como faz a Semiótica. Esse enunciador constrói um enunciado no plano do conteúdo e outro no plano da expressão que, juntos, formam um enunciado lingüístico. Assim, os domínios do discurso são estendidos para o plano da expressão e, conseqüentemente, os da enunciação e os do enunciado também²⁰. Desse modo, toda a teoria do nível discursivo pode ser aplicada tanto na descrição da enunciação da expressão quanto na enunciação do conteúdo lingüísticos. Deve-se, então, demonstrar como isso pode ser feito no decorrer deste trabalho.

²⁰ Numa perspectiva lingüística, nosso objeto coincide com o que a Semiótica define como sistema semiótico verbal. Considerar que o sentido emana da língua implica que é por meio da definição de um sistema semiótico que o sentido é gerado, e não o contrário. Isso quer dizer que, se a imanência é da língua nos sistemas verbais, há a possibilidade de considerar-se uma imanência da música ou das artes plásticas, por exemplo, nos sistemas semióticos não-verbais. Retoma-se essa questão mais adiante.

CAPÍTULO 02

A função poética da linguagem

Essa vivência de uma nova ordem durante a temporalidade da fruição artística não é algo alienante, mas, ao contrário, altamente revolucionário, porque indica ao homem que a alteração do que é estabelecido pode ser feita.

(José Luiz Fiorin)

Publicado em 1960, o artigo *Lingüística e poética* (Jakobson, s. d.: 118-162), de R. Jakobson, é um clássico tanto para os estudos de Teoria da Literatura quanto para a Lingüística. Nele, além de exposição da teoria das funções da linguagem, há a demonstração da proposta de Jakobson de que “a função poética projeta o princípio de equivalência do eixo da seleção sobre o eixo da combinação” (Jakobson, s. d.: 130). Se esses tópicos são aqueles que evidenciaram a importância do texto, há ainda nele comentários a respeito das relações entre o poético e o lingüístico que merecem a mesma atenção dada às funções da linguagem por, pelo menos, dois motivos. Primeiro, porque neles se justifica a pertinência de uma função poética entre os demais usos da linguagem; segundo, porque mesmo que a teoria das funções da linguagem possa ter sido modificada, esses princípios justificam outras abordagens da língua por meio da poesia.

Um dos comentários diz respeito aos domínios do lingüístico e de suas relações com o poético:

A insistência em manter a Poética separada da Lingüística se justifica somente quando o campo da Lingüística pareça estar absolutamente restringido, como, por exemplo, quando a sentença é considerada, por certos lingüístas, como a mais alta construção analisável, ou quando o escopo da Lingüística se confina à gramática ou unicamente a questões não-semânticas de forma externa ou ainda ao inventário dos recursos denotativos sem referência às variações livres.

(Jakobson, s. d.: 121- 122)

A Semiótica, quando define um nível discursivo para o estudo da enunciação, coloca-se fora daquilo que, para Jakobson, define um campo absolutamente restrito para a Lingüística. A Semiótica é uma teoria da significação, no entanto, ela é relevante para a Lingüística quando o sistema semiótico estudado é o sistema verbal. Quando a significação se dá por meio da linguagem verbal, a enunciação responde pela sua organização transfrástica, que, para R. Jakobson, não deve estar fora dos domínios dos estudos lingüísticos. Além do mais, a semântica do nível discursivo não está restrita apenas aos discursos denotativos. Desse modo, em termos de limites entre campos de estudo, nada há que desautorize uma abordagem semiótica da linguagem verbal por meio de seu uso poético.

O próprio autor, em outro comentário, justifica uma abordagem do lingüístico por meio do poético:

O pendor (*Eins-fellung*) para a mensagem como tal, o enfoque da mensagem por ela própria, eis a função *poética* da linguagem. Essa função não pode ser estudada de maneira proveitosa desvinculada dos problemas gerais da linguagem, e, por outro lado, o escrutínio da linguagem exige consideração

minuciosa da sua função poética. Qualquer tentativa de reduzir a esfera da função poética à poesia ou de confinar a poesia à função poética seria uma simplificação excessiva e enganadora. A função poética não é a única função da arte verbal, mas tão somente a função dominante, determinante, ao passo que, em todas as outras atividades verbais, ela funciona como um constituinte acessório, subsidiário.

(Jakobson, s. d.: 127- 128)

Por que R. Jakobson considera tão importante o poético para o escrutínio da linguagem? Nesse seu comentário, ele sugere, no mínimo, dois motivos. O primeiro deles pode ser afirmado a partir da definição da função poética. Nessa função, há um enfoque da mensagem por ela própria, o que quer dizer que, nesse uso discursivo, deve-se destacar procedimentos lingüísticos que garantam esse enfoque. Assim, a função poética pressupõe uma exploração das potencialidades formais da linguagem mais que outro uso lingüístico, para que a mensagem seja destacada entre seus demais usos.

O segundo motivo é que o enfoque na mensagem não desvincula o poético do lingüístico. Como afirma R. Jakobson, a função poética “não é a única função da arte verbal, mas tão somente a função dominante, determinante, ao passo que, em todas as outras atividades verbais, ela funciona como um constituinte acessório, subsidiário” (Jakobson, s. d.: 128). Isso quer dizer que a função poética não é uma forma poética que usa a forma lingüística como sua substância, mas quer dizer que, na função poética, há um uso específico da forma lingüística. Nesse uso, há uma intensificação de procedimentos que, nas outras atividades verbais, também estão presentes.

Assim, o exame do lingüístico por meio de seu uso poético permite verificar procedimentos lingüísticos que, em outros usos, não seriam tão visíveis para o observador dos fenômenos da linguagem. Desse modo, pode-se fazer o exame minucioso, próprio do escrutínio a que se refere R. Jakobson em seu comentário.

A projeção do princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação

Tratando das relações entre o poético e o lingüístico, R. Jakobson não poderia deixar de definir essas relações. Em seu texto *Lingüística e poética* (Jakobson, s. d.: 118-162), o autor examina essas relações tanto no plano da expressão quanto no plano do conteúdo, além de examinar as relações entre os dois planos. Cuidando ora de formas fonológicas, ora de formas semânticas, e ainda de formas textuais, R. Jakobson orienta-se sempre por um mesmo critério (Jakobson, s.d.: 129- 130):

Qual é o critério lingüístico empírico da função poética? Em particular, qual é o característico indispensável, inerente a toda obra poética? Para responder a esta pergunta, devemos recordar os dois modos básicos de arranjo utilizados no comportamento verbal, *seleção* e *combinação*. Se “criança” for o tema da mensagem, o que fala seleciona, entre os nomes existentes, mais ou menos semelhantes, palavras como criança, guri(a), garoto(a), menino(a), todos eles equivalentes entre si, sob certo aspecto e então para comentar o tema, ele pode escolher um dos verbos semanticamente cognatos — dorme, cochila, cabeceia, dormita. Ambas as palavras escolhidas se combinam na cadeia verbal. A seleção é feita em base de equivalência, semelhança e dessemelhança, sinonímia e antonímia, ao passo que a combinação, a construção da seqüência, se baseia na contigüidade. *A função poética projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação.* A equivalência é promovida à condição de recurso constitutivo da seqüência.

Nessa citação, encontra-se uma das definições mais conhecidas da lingüística, que é justamente a que orienta R. Jakobson nas análises poéticas que faz em seu artigo. O que representa a projeção do princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação?

Em todo ato de fala, com dominância da função poética ou de outra função qualquer, há uma seleção de elementos lingüísticos e uma combinação deles. Na terminologia de F. Saussure, trata-se da dicotomia paradigma vs. sintagma (Saussure, s. d.: 142-147). Que acontece quando a equivalência da seleção orienta a combinação da seqüência? Realiza-se na linguagem a iteração de elementos lingüísticos. É por meio dessa iteração que se pode verificar uma equivalência na combinação.

Em seu texto, R. Jakobson mostra como essa equivalência orienta tanto o plano da expressão quanto o plano do conteúdo dos textos poéticos. Pode-se utilizar, como exemplo, o poema 3, de Catulo, na tradução de João Angelo Oliva (Catulo, 1996: 70):

Podeis chorar, ó Vênus, ó Cupidos,
e quantos homens mais sensíveis vivam:
morreu o pássaro de minha amiga,
o pássaro, delícias da menina,
que bem mais que seus olhos ela amava,
pois era mel e tanto a conhecia
quanto a filha conhece a própria mãe
e de seu colo nunca se movia

mas saltitando em torno aqui e ali
somente a ela sempre pipiava.
Agora vai por via escura lá
de onde, dizem, ninguém voltou jamais.
Ah! malditas, vós, trevas más do Orco
que devorais as belas coisas todas:
um pássaro tão belo me roubastes.
Ah, que maldade! Ah, pobre passarinho!
Por tua culpa os olhinhos dela estão
vermelhos e inchadinhos de chorar.

O plano da expressão do texto é formado por versos decassílabos, que ora são acentuados na quarta, na sexta e na última sílabas (vvv-v-vvv-)²¹, ora são acentuados na segunda, na sexta e na última sílabas (v-vvv-vvv-). Essa contagem só é possível porque, como nos ensina R. Jakobson:

Em poesia, uma sílaba é igualada a todas as outras sílabas da mesma seqüência; cada acento de palavra é considerado igual a qualquer outro acento de palavra, assim como ausência de acento iguala ausência de acento; longo (prosodicamente) iguala longo, breve iguala breve; fronteira de palavra iguala fronteira de palavra, ausência de fronteira iguala ausência de fronteira; pausa sintática iguala pausa sintática, ausência de pausa iguala ausência de pausa. As sílabas se convertem em unidades de medida, e o mesmo acontece com as moras ou acentos.

(Jakobson, s. d.: 130)

Essa equivalência permite articular iterações e, desse modo, pés de verso como o peônio quarto (vvv-) e o jâmbico (v-)²² podem ser formados e usados para organizar as seqüências de versos decassílabos.

O plano do conteúdo, por sua vez, é formado com equivalências semânticas. Nas palavras de R. Jakobson:

Em poesia, não apenas a seqüência fonológica, mas, de igual maneira, qualquer seqüência de unidades semânticas, tende a construir uma equação. A similaridade superposta à contigüidade comunica à poesia sua radical essência simbólica, múltíplice, polissêmica, belamente sugerida pela fórmula de Goethe, *Alles Vergängliche ist nur ein Gleichnis* (“Tudo quanto seja transitório não passa de símbolo”).

(Jakobson, s. d.: 149)

No poema de Catulo, há no mínimo duas leituras possíveis para o sentido da palavra “pássaro”, que pode ser entendida como a ave mas também como o falo. Isso é uma equivalência semântica construída no plano do conteúdo desse texto que, uma vez formada, pode ser repetida e manter a coerência semântica entre as duas leituras, bem como orientar a organização da seqüência dos conteúdos disseminados no texto.

Desse modo, uma prosódia e uma significação próprias são formadas em um uso particular, mas

²¹ Nessa notação, o “v” corresponde à sílaba átona e o “-” à sílaba tônica.

²² A terminologia dos pés de versos do sistema métrico greco-latino está sendo utilizada substituindo-se a sílaba longa pelo acento tônico e a sílaba breve pelo acento átono, como é de costume na análise de versos em línguas românicas.

não estranho ao aparato formal do sistema semiótico verbal, projetado no eixo da combinação. Nesse uso, o princípio de equivalência do eixo de seleção permite uma exploração de recursos lingüísticos capazes de gerar o efeito de sentido de poeticidade. Logo, se há o efeito de uma forma poética, ela é o resultado de uma operação sobre a forma lingüística, a partir de recursos imanentes do próprio sistema verbal.

A retórica literária

Embora muitos dos conceitos dos estudos literários façam referência à arte Retórica, essa disciplina não tem sua origem nos domínios do discurso poético, mas nos domínios dos discursos jurídico e político. Em seu estudo *A retórica antiga* (Cohen, 1975: 147-224), R. Barthes nos ensina que:

A retórica (como metalinguagem) nasceu do processo de pro-priedade. Por volta de 485 antes de J. C., dois tiranos sicilianos, Gelon e Hieron, fizeram deportações, transferências de população e expropriações, para povoar Siracusa e distribuir porções de terras aos mercenários; quando foram destronados por uma sublevação democrática e o povo quis voltar ao *status ante quo*, houve inúmeros processos, pois os direitos de propriedade eram ainda bastante obscuros e confusos. Tais processos eram de um tipo novo: mobilizavam grandes júris populares, diante dos quais, para convencer, era necessário sobretudo ser “eloqüente”. Essa eloqüência, participando simultaneamente da democracia e da demagogia, do judiciário e do político (o que se chamou depois de *deliberativo*), transformou-se rapidamente em objeto de ensino.

(Cohen, 1975: 151)

No entanto, esse ênfase no aspecto persuasivo da linguagem, que para R. Jakobson está dentro dos domínios da função apelativa, terminou por deslocar-se para o trabalho com a estetização da mensagem, ou seja, para os domínios da função poética. Como nos ensina T. Todorov, em suas *Teorias do símbolo* (Todorov, s. d.):

A democracia é a condição indispensável ao desenvolvimento da eloqüência; reciprocamente, a eloqüência é a qualidade superior do indivíduo que pertence a uma democracia: nenhum dos dois pode passar sem o outro. A eloqüência é “necessária”: eis o seu traço dominante, e, ao mesmo tempo, a explicação do seu sucesso.

(Todorov, s. d.: 57)

A eloqüência foi, portanto, brilhante, em circunstâncias tais que adivinhamos qual o tipo de mudança que causará o declínio: numa palavra, é a falta de liberdade, a evicção da democracia por um Estado forte, com leis bem estabelecidas, de direcção autoritária. Tal é o caso particular de Roma («Pom-peu, o primeiro, restringe essa liberdade e, por assim dizer, põe um freio à eloqüência», XXXVIII), tal é também a lei geral, que Tácito enuncia com todas as letras: «Não conhecemos a eloqüência em nenhuma nação que tenha sido limitada por um governo regular» (XL). Se a democracia desaparece, se é substituída por um governo forte que já não tem necessidade de deliberações públicas, para que serve a eloqüência?

(Todorov, s. d.: 58)

Numa democracia, a palavra podia ser eficaz. Numa monarquia (para abreviar), já não o pode ser (o poder pertence às instituições e não às assembleias); o seu ideal mudará, necessariamente: a melhor palavra será, agora, a que se considerar *bela*, O mesmo *Diálogo dos Oradores* contém, antes do debate sobre as causas da decadência da retórica, um outro diálogo em que Aper e Messafla comparam os méritos relativos da antiga e da nova eloqüência. Aper, defensor desta última, atribui-lhe qualidades em que se não pensava no tempo da eloqüência-instrumento: gosta dos discursos recen-

tes que são «brilhantes», «deslumbrantes», «belos» - e pouco se preocupa com a sua eficácia.
(Todorov, s. d.: 59)

Foi nesse momento histórico, portanto, que a arte retórica acabou concentrando-se nas figuras de linguagem e em seus efeitos de ornamentação. Assim, os limites entre a arte retórica e a arte poética tornam-se menos definidos:

Ora o discurso, que apreciamos em si próprio por causa das suas qualidades intrínsecas, da sua forma e beleza, existia já nos Romanos, mas não era a isso que eles chamavam eloquência; é, antes, aquilo a que hoje chamaríamos *literatura*. Aper, no diálogo de Tácito, revela a consciência desse deslocamento: «Agora, exigem até, no discurso, os ornatos da poesia, não aqueles que foram enegrecidos pela ferrugem de Accius ou de Pacuvius, mas os que se tiram do santuário de Horácio, de Virgílio e de Lucano» (XX). Era assim, com efeito, que se definia a poesia face à eloquência oratória: esta dominada pela preocupação de eficácia transitiva; aquela, admirada por si mesma, por causa do trabalho a que se submetiam as próprias palavras do discurso. Assim, quando Cícero queria distinguir os oradores dos poetas, dizia que estes últimos «se dedicam mais às palavras do que às idéias» (*O Orador*, XX, 68).

A nova eloquência em nada difere da literatura; o novo objecto da retórica coincide com a literatura. E se a palavra eloquente era outrora definida pela sua eficácia, agora, pelo contrário, é a palavra inútil — que não serve para nada — que vai ser louvada.

(Todorov, s. d.: 61)

A arte retórica, porém, enquanto uma reflexão sobre a linguagem, transcende os seus usos. O que T. Todorov demonstra é mais uma mudança de aplicação da arte retórica que uma modificação de seu modelo. Antes de ser uma Retórica jurídico-política ou literária, a Retórica é uma sistematização de procedimentos lingüísticos.

Em sua sistematização, a arte retórica considera cinco fases na elaboração do discurso: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *pronuntiatio* (Lausberg, 1993: 91-93). A respeito da *inventio*, R. Barthes nos ensina que:

A *inventio* é mais uma descoberta (dos argumentos) do que uma invenção propriamente. Tudo já existe, é necessário apenas encontrá-lo. É uma noção mais “extrativa”. Esse fato é reforçado pela designação de um “lugar” (Tópica) do qual podemos extrair os argumentos e ao qual devemos referi-los: a *inventio* é um caminho (*via argumentorum*). Essa idéia da *inventio* implica dois sentimentos: por um lado, uma confiança inabalável no poder de um método, de um caminho: se lançarmos a rede das formas argumentativas sobre o material com uma boa técnica, teremos certeza de colher o conteúdo de um excelente discurso; e por outro lado, a convicção de que o espontâneo, o ametódico não conduz a nada: ao poder da palavra final corresponde um nada da palavra original. O homem não pode falar se não concebeu sua palavra, e, para gerá-la, há uma *techné* especial, a *inventio*.

(Cohen, 1975: 183)

Uma vez descobertos os argumentos, há a necessidade de organizá-los em uma seqüência para garantir a sua ordenação, por isso, sobre o material selecionado na *inventio*, aplica-se a *dispositio*. De acordo com R. Barthes, pode-se definir a *dispositio* como:

(...) a ordenação das grandes partes do discurso (seja no sentido operatório, seja no passivo, reificado). A melhor tradução será talvez *composição*, recordando que a *compositio*, em latim, significa outra coisa: ela, diz respeito unicamente ao arranjo das palavras no interior da frase. A *conlocatio* designa a distribuição dos materiais no interior de cada parte. Segundo uma sintagmática aumentativa, temos pois: o nível da frase (*compositio*); o nível da parte (*conlocatio*); o nível do discurso (*dispositio*). (Cohen, 1975: 205)

Uma vez descobertos e ordenados, o material selecionado na *inventio* e combinado na *dispositio* está apto para ser convertido em discurso na *elocutio*. Sobre a *elocutio*, ensina R. Barthes que:

Uma vez encontrados e repartidos os argumentos maciçamente nas partes do discurso precisam “ser traduzidos em palavras”: é a função dessa terceira parte da *techné rethoriké*, que se chama *lexis* ou *elocutio*, à qual costumamos abusivamente reduzir a retórica, em razão do interesse dos modernos pelas figuras de retórica, parte (e frise-se bem apenas parte) da *elocutio*. (Cohen, 1975: 212)

A realização da *elocutio* é orientada pelas quatro *virtutes elocutionis*. De acordo com H. Lausberg:

As *virtutes elocutionis* são a concretização, aplicada à *elocutio*, da *virtus* geral do discurso partidário. A *virtus* central é, neste caso, o *aptum*. A isto se juntam, como *virtutes* retóricas, a *perspicuitas* e o *ornatus* e, como *virtus* gramatical, a *puritas*. — A *maiestas*, que vigora como *virtus* da poesia, pode ser considerada como *ornatus* poético.

Para a obtenção do sucesso da persuasão são sempre necessárias a *puritas*, como conformidade do discurso com o sistema linguístico da comunidade linguística, conformidade essa que permite um entendimento; a *perspicuitas*, como garantia pragmática da compreensibilidade da intenção concreta do discurso; o *aptum*, como ligação à situação. — O *ornatus* não é uma *virtus* imprescindível. A importância das quatro *virtutes* leva, às vezes, o orador a conflitos de obrigações. Mas, neste caso, a obrigação mais importante é o *aptum* (*lex potentior*), pois que, quer direta quer indiretamente, está canalizada para a própria finalidade do discurso.

(Lausberg, 1993: 119)

Há ainda, na sistematização da retórica, a *memoria* e a *pronuntiatio*. A primeira, diz respeito a técnicas de memorização do discurso por parte do orador, e a segunda, concerne à pronúncia e a elementos não verbais do discurso como a postura e os gestos do orador (Lausberg, 1993: 93).

Para a análise do discurso, a parte da Retórica que mais interessa é a *elocutio*, já que nela está prevista a conversão dos materiais da *inventio* e da *dispositio* em linguagem, e se nos objetivos da análise considera-se como pertinente o uso poético da linguagem, a parte de *elocutio* que se deve destacar é o *ornatus*. Embora considerado como uma *virtus* da qual se pode prescindir (Lausberg, 1993: 119), quando os objetivos da Retórica são modificados para a estetização da mensagem (Todorov, s. d.: 57-61), o *ornatus* torna-se uma *virtus* imprescindível.

Na sistematização que faz do *ornatus*, a arte retórica reserva para si uma teoria e uma sistematização das figuras de linguagem. Partindo de um suposto grau zero da linguagem, as figuras de linguagem promovem, aplicadas sobre esse grau zero, desvios responsáveis por efeitos de sentido de estetização do discurso. O *ornatus* promove, então, uma incidência na função poética da linguagem, de modo que as

figuras de linguagem podem ser analisadas como diversos resultados da projeção do princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação.

Se na função poética a linguagem tem seus recursos explorados com mais intensidade e evidência e a sistematização do *ornatus* compreende uma sistematização desses recursos, o estudo do *ornatus*, certamente, deve melhorar a análise da forma lingüística responsável pela imanência desses mesmos recursos.

As figuras de linguagem e a *virtus elocutionis* do *ornatus*

A Retórica, para fazer valer a sua sistematização do *ornatus*, postula um grau zero da linguagem. Para considerar as figuras de linguagem como desvios, deve-se definir um padrão de linguagem que funcione como uma referência para a determinação desses desvios. Nesse padrão, o discurso deve ser construído apenas com significados denotativos, e também deve ter uma distribuição linear, ou seja, com começo, meio e fim, orientados pelas relações de causa e consequência distribuídas no fluxo temporal, organizado, por sua vez, em um antes e um depois.

Com esse postulado, a *virtus* do *ornatus* realiza-se pela aplicação, sobre esse grau zero, das quatro categorias de alterações: a *adiectio*, a *detractio*, a *transmutatio* e a *immutatio* (Lausberg, 1993: 101).

Em seus *Elementos de retórica literária* (Lausberg, 1993), H. Lausberg apresenta esta definição de *immutatio*:

A *immutatio* é a substituição de, pelo menos, um elemento, que até agora pertenceu à totalidade, por um elemento, até agora, estranho à totalidade, p. ex., a substituição, na totalidade da frase, de um *verbum proprium* por um tropo.

(Lausberg, 1993: 102)

A aplicação da *immutatio* gera as figuras *in verbis singulis*, ou seja, as figuras de palavra. Por meio da *immutatio*, uma palavra é substituída por outra, alterando, assim, o sentido próprio da palavra (*verbum proprium et univocum*) para um outro sentido. O número das figuras de palavra pode variar de uma classificação para outra, no entanto, todas elas podem ser reduzidas a procedimentos metafóricos, como a comparação, a catacrese e a própria metáfora, ou a procedimentos metonímicos, como a sinédoque e a própria metonímia.

Quando as demais categorias de alterações são aplicadas, geram-se as figuras *in verbis coniunctis*, ou seja, as figuras de construção. De acordo com H. Lausberg, a *adiectio* tem esta definição:

A *adiectio* é o acréscimo à totalidade de, pelo menos, um elemento novo, que ainda não fez parte da totalidade.

(Lausberg, 1993: 101)

A *detractio* define-se:

A *detractio* é a supressão de, pelo menos, um elemento da totalidade.

(Lausberg, 1993: 102)

E a *transmutatio* apresenta a seguinte definição:

A *transmutatio* é, dentro da totalidade, a mudança de lugar de, pelo menos, um elemento.

(Lausberg, 1993: 102)

Desse modo, a *adiectio* produz anáforas, polissíndetos, aliteraões e rimas, a *detractio* produz elipses, zeugmas e assíndetos, e a *transmutatio* produz hipérbatos e quiasmos, por exemplo.

Nos quadros da Retórica, no que diz respeito às *figurae in verbis coniunctis*, às figuras de construção opõem-se as figuras de pensamento. As primeiras são consideradas *figurae elocutionis*, pertencendo, portanto, aos domínios da *elucutio*. As segundas, no entanto, são consideradas *figurae sententiae*:

As figuras de pensamento dizem respeito aos pensamentos (auxiliares), encontrados pelo sujeito falante para a elaboração da *materia* e, por conseguinte, são, em princípio, objecto da *inventio*. O seu tratamento escolar dentro do quadro da *elucutio* explica-se também pelo facto de serem respectivamente um processo indivisível a elaboração do pensamento e a formulação linguística, tal como a transformação em matéria literária da retórica em si, a qual provocou uma livre utilizabilidade de todos os meios artísticos.

(Lausberg, 1993: 216)

De acordo com essa definição, é necessário que se faça uma relação entre linguagem e pensamento, para se fazer uma relação entre a *inventio* e a *elucutio* dentro do sistema da Retórica. Sobre essa relação, podem ser aplicadas as quatro categorias da transformação e, assim, gerar as figuras de pensamento. Em seus *Elementos de retórica literária* (Lausberg, 1993), H. Lausberg apresenta os resultados dessa aplicação:

A *adiectio* aparece no domínio do pensamento, como amplificação alargante, como compreensibilidade semântica e como alargamento semântico.

(Lausberg, 1993: 216)

A *detractio*, no domínio do pensamento, chama-se *brevitas* e consiste na omissão de pensamentos, em princípio necessários para a finalidade da comunicação. Por isso, tende para a *obscuritas* contra a qual é utilizado o paradoxo como *remedium* provocatório.

(Lausberg, 1993: 242)

As *figurae per ordinem* abrangem, no domínio dos pensamentos, não só as *figurae per transmutationem*, que correspondem ao *ordo artificialis* e por conseguinte, o *hysteron proteron*, a *parenthesis*, a *praeoccursio*, o tipo *posterius* da *subnexio*, como também, além disso, a *subnexio* em geral, entendida como um fenómeno, cuja propriedade característica reside na ordenação dos pensamentos.

(Lausberg, 1993: 245)

A *immutatio* dos pensamentos pode dizer respeito ao conteúdo dos pensamentos, aos elementos da situação do discurso e à forma gramatical.

O tropo de pensamento (*sermonis mutatio*) é análogo ao tropo de palavra na medida em que é a substituição (*immutatio*) de um pensamento por outro pensamento.

(Lausberg, 1993: 246)

Desse modo, por meio da linguagem, a *adiectio* forma amplificaões de um mesmo pensamento, produzindo, por exemplo, uma hipérbole, em que o exagero em uma formulação linguística é interpretado como uma amplificação. A *detractio* forma omissões de pensamentos que poderiam estar expressos,

produzindo efeitos contrários aos produzidos pela *adiectio*. Um exemplo desse tipo de omissão é o eufemismo que, nas atenuações que produz nas formulações lingüísticas, omite parte de seus conteúdos.

A *transmutatio* reorganiza a ordem da exposição dos pensamentos. O *ordo artificialis* opõe-se ao *ordo naturalis*, que corresponde à ordenação dos fatos narrados de acordo com a sua sucessão histórica. Assim, o *ordo artificialis* corresponde a uma transgressão dessa ordem, realizando-se quando a narrativa é contada fora da ordem histórica de seus acontecimentos. O *hysteron proteron* corresponde ao *ordo artificialis* no qual se conta o final da narrativa em primeiro lugar; a *parenthesis* corresponde à intercalação de uma seqüência estranha à ordem histórica da narrativa; o *posterius* corresponde a “um esquema de relação de pensamentos, no qual, em frente dos pensamentos principais conglomerados” (Lausberg, 1993: 222) se colocam premissas conglomeradas; a *praeoccursio* corresponde ao *posterius* no qual a disposição dos pensamentos principais e das premissas é feita em forma de quiasmos; e a *subnexio* corresponde ao acréscimo de um ou mais pensamentos a um ou mais pensamentos, de modo que há uma subversão da ordem histórica da narrativa devido à disposição desses pensamentos colocados em discurso. Desse modo, *hysteron proteron*, *parenthesis*, *posterius*, *praeoccursio* e *subnexio* são fenômenos do *ordo artificialis*, que se realiza a partir de uma reordenação do *ordo naturalis*.

A *immutatio* promove trocas de um pensamento por outro. A alegoria e a parábola, por exemplo, correspondem à troca de uma pensamento por outro.

Assim, as figuras de pensamento são geradas quando a *inventio* e a *dispositio*, que para a Retórica são da ordem do pensamento, estão prontas para serem convertidas em discurso na *elocutio*, que por sua vez é da ordem da linguagem. No entanto, embora sendo figuras de pensamento, é na *elocutio* que se dá a sua materialização em linguagem, o que justifica a sua inclusão nessa parte da retórica e não nas suas demais partes.

A arte retórica e a teoria semiótica

Tratando do discurso, tanto a Retórica quanto a Semiótica trabalham com o mesmo objeto. Os seus métodos, no entanto, são diferentes. A retórica é uma técnica, ou seja, uma arte:

A Retórica não deixa de apresentar analogias com a Dialética, pois ambas tratam de questões que de algum modo são da competência comum de todos os homens, sem pertencerem ao domínio de uma ciência determinada. Todos os homens participam, até certo ponto, de uma e de outra; todos se empenham dentro de certos limites em submeter a exame ou defender uma tese, em apresentar uma defesa ou uma acusação. 2. A maioria das pessoas fazem-no um pouco ao acaso, sem discernimento; as restantes, por força de um hábito proveniente de uma disposição. Como de ambos os modos se alcança o fim almejado, é óbvio que se poderia chegar à mesma meta seguindo um método determinado. Atendendo a que são igualmente bem-sucedidos tanto os que procedem por hábito como os que atuam espontaneamente, é possível investigar teoricamente a causa do êxito. Ora, todos convirão facilmente ser esse o objetivo próprio de uma *Arte*.

(Aristóteles, s.d.: 29)

Diferentemente, a Semiótica tem uma aspiração científica, já que, como está definido no *Dicionário de semiótica*:

pode-se (...) encará-la ao mesmo tempo como lugar de elaboração de procedimentos, de construção de modelos e da escolha dos sistemas de representação, que regem o nível descritivo (isto é, o nível metalinguístico metodológico), mas também como lugar de controle da homogeneidade e da coerência desses procedimentos e modelos, ao mesmo tempo que de explicitação - sob forma de uma axiomática - dos indefiníveis e do fundamento de toda essa armação teórica (é o nível epistemológico propriamente dito). Nessa perspectiva, a semiótica será entendida quer como semiótica geral (insistindo, assim, na exigência que lhe é imposta de explicar a existência e o funcionamento de todas as semióticas particulares), quer como teoria semiótica, na medida em que é chamada a satisfazer as condições de cientificidade próprias de qualquer teoria, e em que ela se define, por isso, como uma metalinguagem.

(Greimas e Courtés, s.d.: 415)

Sem confundir esses métodos e sem negligenciar as suas determinações históricas, é possível estudar a Retórica com o aparato teórico da Semiótica. Isso quer dizer que é possível mostrar como a Semiótica define, em seu ponto de vista, as sistematizações que a Retórica faz sobre seu objeto.

Em primeiro lugar, a Semiótica não faz uma distinção entre linguagem e pensamento como a Retórica faz. Na elaboração do discurso, a *inventio* e a *dispositio* são da ordem do pensamento. Nos domínios da *inventio*, o orador escolhe os seus argumentos a partir de um repertório de argumentos. Lembrando novamente R. Barthes:

A *inventio* é mais uma descoberta (dos argumentos) do que uma invenção propriamente. Tudo já

existe, é necessário apenas encontrá-lo. É uma noção mais “extrativa”. Esse fato é reforçado pela designação de um “lugar” (Tópica) do qual podemos extrair os argumentos e ao qual devemos referi-los: a *inventio* é um caminho (*via argumentorum*).

(Cohen, 1975: 183)

Para a Semiótica, este lugar dos argumentos não pertence aos domínios do pensamento. A *inventio* pode ser tratada como uma seleção, ou seja, como um trabalho sobre um paradigma constituído por uma rede de argumentos. Esses argumentos, por sua vez, passam a ser formados pelo uso discursivo e acabam por constituir estereótipos argumentativos que orientam a *via argumentorum*.

Se a *inventio* incide em um paradigma, a *dispositio* incorre em um sintagma. A *dispositio* trata de combinação dos argumentos selecionados na *inventio*, de modo que essa ordem também é formada por padrões discursivamente determinados. Semioticamente, cada tipo de discurso estabelece uma ordem capaz de formar e orientar as suas partes.

Nesse ponto de vista, aquilo que é tratado na *inventio* e na *dispositio* nos domínios do pensamento, pela Retórica, pode ser tratado na teoria do discurso pela Semiótica. A *elocutio*, por sua vez, pode ser tratada na teoria da enunciação. Para a Semiótica, a enunciação produz o enunciado, ou seja, o produto final do discurso. Considerando a *elocutio* como a elaboração discursiva do material organizado na *inventio* e na *dispositio*, pode-se tratá-la como a Semiótica trata o enunciado.

Examinando agora as partes da *elocutio* como dados do enunciado, pode-se tratar as *virtutes elucutiones* como propriedades discursivas. A *puritas*, a *perspicuitas* e o *aptum* podem ser tratadas como valores sociosemioticamente determinados, já que o respeito às normas gramaticais, a clareza e a adequação dos discursos dependem de conotações sociais. O uso do *ornatus* também depende de determinações sociosemióticas, no entanto, esse uso advém de mecanismos discursivos capazes de produzir as figuras de linguagem que formam o escopo dessa parte da *elocutio*.

As figuras de linguagem, nesse ponto de vista, podem ser tratadas como mecanismos discursivos da produção do enunciado. Em seus *Elementos de análise do discurso* (Fiorin, 1989), J. L. Fiorin inicia essa sistematização semiótica:

Há duas instâncias no discurso: a do enunciado e a da enunciação. Não se pensa aqui na instância da enunciação pressuposta por todo enunciado (o falante), mas nas marcas deixadas pela enunciação no enunciado (por exemplo, pronomes pessoais e possessivos, adjetivos e advérbios apreciativos, dêiticos temporais e espaciais, verbos performativos). Há assim elementos do texto que remetem à instância da enunciação (o eu inscrito no discurso) e elementos que se referem à instância do enunciado (não eu). (...).

O enunciatador pode, em função de suas estratégias para fazer crer, construir discursos em que haja um acordo entre enunciado e enunciação ou discursos em que haja conflitos entre essas duas instâncias. É preciso sempre lembrar que a discordância entre enunciado e enunciação não é um desacordo entre um conteúdo manifestado e uma intenção comunicativa infável, uma vez que as únicas intenções do sujeito que se podem apreender estão inscritas no discurso. Isso quer dizer que o conflito pode estabelecer-se entre o enunciado e a enunciação enunciada, ou seja, as marcas deixadas pela enunciação no enunciado, os elementos do discurso que remetem ao eu que o organiza.

Esses dois modos de construir o discurso impõem duas maneiras distintas de ler. No caso de um acordo entre enunciado e enunciação, o discurso x deve ser lido como x; no caso oposto, o discurso x deve ser entendido como não x. É o caso, por exemplo, da ironia, quando o enunciador diz algo que deve ser compreendido como seu contrário.

Vamos descrever algumas figuras de pensamento. Antes, porém, cabe um lembrete. Como essas figuras retóricas são usadas como estratégia de persuasão, não há nenhum interesse em apreender figuras isoladas como fazem os manuais escolares. O que importa é mostrar sua função na economia geral de produção de sentido de um texto.

As oposições entre enunciado e enunciação podem ser de dois tipos: categóricas e graduais. Estas se expressam como mais ou menos; aquelas, como afirmação e negação. A partir daí, produzem-se vários tipos de relações.

(Fiorin, 1989: 55-56)

As oposições categóricas funcionam por meio de uma oposição entre a negação e a afirmação que se faz entre os conteúdos da enunciação e do enunciado. Quando se afirma no enunciado e se nega na enunciação, produz-se a *ironia*; quando se nega no enunciado e se afirma na enunciação, produz-se a *lítótes*; quando se afirma no enunciado e se nega explicitamente, e não implicitamente como na *ironia*, produz-se a *preterição*; e quando não se diz no enunciado e se diz na enunciação, produz-se a *reticência* (Fiorin, 1989: 56-60).

As oposições graduais funcionam por meio de uma gradação entre o que se atenua e o que se intensifica entre os conteúdos da enunciação e o enunciado. Quando se atenua no enunciado e se intensifica na enunciação, produz-se o *eufemismo*; e quando se intensifica no enunciado e se atenua na enunciação, produz-se a *hipérbole* (Fiorin, 1989: 60-62).

Essas seis figuras de pensamento são tratadas, assim, como figuras da sintaxe discursiva, já que elas são o resultado de relações entre a enunciação e o enunciado. J. L. Fiorin determina, também, figuras de pensamento que são próprias da semântica do discurso:

Já mostramos que algumas das chamadas figuras de pensamento são mecanismos de constituição do sentido pertencentes ao componente sintático do discurso. Outras são procedimentos que operam no componente semântico do discurso. Vamos agora analisar algumas destas.

O enunciador pode combinar figuras ou temas do discurso de tal maneira que chame a atenção do enunciatário para determinados aspectos da realidade que descreve ou explica. Os principais procedimentos de combinação de figuras ou temas (mecanismos de semântica discursiva) estudados pela retórica clássica são a antítese, o oxímoro e a prosopopéia.

(Fiorin, 1989: 88)

Quando há uma oposição entre dois percursos temáticos, de modo que para cada percurso temático há um respectivo percurso figurativo, produz-se a *antítese*; quando há uma oposição entre dois percursos temáticos que são recobertos por um só percurso figurativo, produz-se o oxímoro; e quando traços semânticos são modificados, como a atribuição de um traço /humano/ a uma pessoa do discurso que não possua usualmente esse traço, produz-se figuras como a *prosopopéia* (Fiorin, 1989: 88-91).

Além dessa descrição das figuras de pensamento, J. L. Fiorin trata das figuras de palavra:

Segundo a retórica clássica, que considera metáfora e metonímia como figuras de palavra, esses dois procedimentos retóricos definem-se da seguinte forma: metáfora é a substituição de uma palavra por outra, quando há uma relação de similaridade entre o termo de partida (substituído) e o de chegada (substituente); metonímia é a substituição de uma palavra por outra, quando há uma relação de contigüidade entre o termo substituído e o substituente.

Essas definições são insuficientes, pois metáfora e metonímia são procedimentos discursivos de constituição do sentido. Nelas o narrador rompe, de maneira calculada, as regras de combinatória das figuras, criando uma impertinência semântica, que produz novos sentidos. Assim, metáfora e metonímia não são a substituição de uma palavra por outra, mas uma outra possibilidade, criada pelo contexto, de leitura de um termo. Quando entre a possibilidade de leitura 1 e a 2 houver uma intersecção de traços semânticos, há uma metáfora; quando entre as duas possibilidades de leitura existir uma relação de inclusão, há uma metonímia.

(Fiorin, 1989: 86)

Nesse ponto de vista, metáfora e metonímia passam a ser consideradas como procedimentos discursivos, de modo que o procedimento metafórico produza a *metáfora*, a *catacrese* e a *comparação*, e o procedimento metonímico produza a *metonímia* e a *sinédoque*.

J. L. Fiorin, no entanto, não examina as figuras de construção. A teoria semiótica é uma teoria sobre o sentido do plano do conteúdo. Seu modelo, sistematizado no percurso gerativo do sentido, não teoriza sobre o plano da expressão. Tanto as figuras de pensamento quanto as figuras de palavra podem ser estudadas como fenômenos que ocorrem exclusivamente no plano do conteúdo, já as figuras de construção, além de uma realização no plano do conteúdo, realizam-se também no plano da expressão. Assim, elas ficam fora do escopo da teoria semiótica apresentada nos *Elementos de análise do discurso* (Fiorin, 1989), de J. L. Fiorin.

A teoria semiótica, porém, estuda o plano da expressão por meio do conceito de semi-simbolismo. Em 1985, o semioticista J. M. Floch publicou *Petites mythologie de l'oeil et de l'esprit*, no qual há seis estudos dedicados à exploração do conceito de semi-simbolismo. Por meio da Semiótica desenvolvida por A. J. Greimas e sua escola, J. M. Floch apresenta-nos a noção de semi-simbolismo, definida entre os conceitos de signo e símbolo propostos por F. Saussure (Saussure, s. d.: 82), e também entre os conceitos de expressão e conteúdo propostos por L. Hjelmslev (Hjelmslev, 1975: 53- 64).

O conceito de signo, em F. Saussure, foi pensado em uma teoria lingüística. Para o autor do *Curso de lingüística geral*, o signo define-se na relação entre um conceito e uma imagem acústica. No signo que forma a palavra “árvore”, por exemplo, há uma relação entre o conceito de árvore e a imagem sonora formada pela sequência de vogais e consoantes /árvore/. Ao conceito, F. Saussure chama significado, e à imagem acústica, significante. Embora partindo das línguas, F. Saussure expande o conceito de signo para outros domínios do sentido. Para ele, a Lingüística é a ciência do signo verbal, que por sua vez está inserida na Semiologia, a ciência geral dos signos (Saussure, s. d.: 24).

O que diferencia o signo do símbolo é a arbitrariedade que medeia a relação entre o significado e o significante. No signo, há arbitrariedade na relação entre o seu significado e o seu significante. Na palavra “árvore” não há uma motivação para que a cadeia sonora que forma o seu significante esteja relacionada com o conceito de /árvore/, o seu significado. Já, no caso do símbolo, a relação significante-significado é motivada, deixando, assim, de ser arbitrária. A “balança”, como significante do significado /justiça/, forma um símbolo, assim como a “caveira” pode ser um símbolo da morte.

L. Hjelmslev não organiza sua teoria da linguagem em termos de significante e significado, mas em termos de expressão e conteúdo (Hjelmslev, 1975: 53- 64). Para ele, a linguagem deve ser estudada em dois planos: um plano de conteúdo em que há a organização do sentido, e um plano de expressão em que há a organização dos componentes sonoros da linguagem. Quando a língua é descrita em termos de significante e significado, a grandeza utilizada como base para esta descrição é o signo, o que é diferente de uma descrição efetuada em termos de planos da linguagem. O conceito de plano da expressão não equivale ao conceito de significante, assim como o conceito de plano do conteúdo também não equivale ao conceito de significado. O plano de expressão é o “lugar” da linguagem onde o significante pode ser isolado, e o plano do conteúdo é o “lugar” da linguagem onde o significado pode ser isolado. Na proposta de L. Hjelmslev, portanto, uma teoria da linguagem não deve ser baseada em um estudo do signo, mas no estudo dos dois planos que a realizam.

Além dessa concepção da linguagem organizada em planos, L. Hjelmslev também parte do estudo das línguas, de modo que é a Semiótica que utiliza os conceitos de expressão e conteúdo em outros sistemas semióticos, como a música e as artes plásticas.

Na Semiótica de A.J. Greimas, um texto é definido na relação entre um plano de expressão e um plano de conteúdo (Greimas e Courtés, s. d.: 460- 461). Essa Semiótica, portanto, não teoriza a partir de signos, mas a partir de processos de significação. Quando em um texto há uma relação entre categorias do plano de expressão e categorias do plano do conteúdo, há um semi-simbolismo. Em semiótica visual, por exemplo, pode haver uma relação entre a categoria semântica *vida vs. morte* e a categoria de expressão *claro vs. escuro*, de modo que, em um texto construído de acordo com essa relação, o *claro* significa *vida* e o *escuro* significa *morte*. As relações semi-simbólicas não são motivadas, como são as relações simbólicas, mas também não são totalmente arbitrarias, como são as relações sígnicas. Construído por meio de relações semióticas, o semi-simbolismo orienta uma motivação de leitura própria, válida apenas para os textos em que ele se realiza.

Devido a essas propriedades, as estratégias semi-simbólicas apresentam-se como o tópico da teoria semiótica em que se pode procurar explicar os efeitos de sentido produzidos pelo uso das figuras de construção, já que é por meio dele que a Semiótica procura resolver as relações entre o plano da expressão e o plano do conteúdo.

Um trabalho, então, pode ser proposto: estudar as figuras de construção com o ponto de vista da Semiótica, assim como J. L. Fiorin fez com as figuras de palavra e com as figuras de pensamento, utilizando, para isso, a teoria dos sistemas semi-simbólicos. Para tal, deve-se levar em consideração, pelo menos, três orientações. Primeiro, o exame deve incidir sobre o enunciado, ou seja, sobre o conceito semiótico em que se pode examinar a *elocutio*, já que as figuras de construção são localizadas nessa parte da Retórica.

Depois, se há a intenção de usar a Retórica como referência, não se pode esquecer que as figuras de construção estão sistematizadas ao lado das figuras de palavra, já que tanto estas quanto aquelas são o resultado da aplicação das quatro categorias de alteração, *adiectio*, *detractio*, *transmutatio* e *immutatio*. Assim, sistematizar as figuras de construção por meio da Semiótica, e com referência à arte retórica, pode incluir tratar, também, das figuras de palavra.

Por fim, deve-se considerar que os domínios da *elocutio* não estão restritos ao plano do conteúdo,

já que as *figurae in verbis coniunctis* realizam-se no plano da expressão. Portanto, os domínios da enunciação podem ser estendidos para o plano da expressão na tentativa de sistematizar as figuras de construção como figuras do discurso²³.

Ao lado dessas três orientações, cabe uma restrição quanto aos domínios do *ornatus* que são examinados. O material sistematizado no *ornatus* pode ser dividido em *sententiarum exornatio*, que é o *ornatus* de pensamento, e *verborum exornatio*, que é o *ornatus* de palavra, que, por sua vez, pode ser dividido em *figurae in verbis singulis* e *figurae in verbis coniunctis*. Em termos atuais, são, respectivamente, as figuras de pensamento, palavra e construção. Para verificar a aplicação das categorias de alteração *adiectio*, *detractio*, *transmutatio* e *immutatio*, a Retórica as aplica no *sententiarum exornatio* e no *verborum exornatio*, o que distingue dois domínios de realização do *ornatus*. Quando aplicadas ao *verborum exornatio*, a *immutatio* explica as *figurae in verbis singulis*, e a *adiectio*, a *detractio* e a *transmutatio* as *figurae in verbis coniunctis*. Neste trabalho, são examinadas apenas os fenômenos do *verborum exornatio*.

Quando J. L. Fiorin descreve figuras de pensamento como a ironia, a lítotes, a preterição, a reticência, o eufemismo e a hipérbole (Fiorin, 1989: 56-60/ 60-62), ele o faz em termos de figuras da sintaxe discursiva, ou seja, em termos de relações entre a enunciação e o enunciado. Já a metáfora e a metonímia são explicadas como figuras da semântica discursiva, ou seja, em termos de relações entre percursos temáticos e percursos figurativos colocados em discurso.

Desse modo, uma relação entre as figuras da sintaxe discursiva e o *sententiarum exornatio* pode ser estabelecida. As figuras da sintaxe discursiva são sintáticas porque elas são descritas em termos de relações entre a enunciação e o enunciado, o que pode indicar uma relação entre as figuras de pensamento e a enunciação-enunciada. Paralelamente, uma relação entre as figuras da semântica discursiva e o *verborum exornatio* também pode ser estabelecida. As figuras da semântica discursiva são semânticas porque elas são descritas em termos do arranjo entre percursos temáticos e percursos figurativos, o que pode indicar uma relação entre as figuras de palavra e o enunciado-enunciado.

Como as figuras de palavra estão relacionadas às figuras de construção por meio da aplicação das categorias de alteração, provavelmente elas podem ser descritas em termos de enunciado-enunciado. É esse último domínio que é investigado neste trabalho, de modo que não são tratados os fenômenos do *sententiarum exornatio*. Ao final do trabalho, fica evidente que se trata de um estudo sobre as relações entre percursos temáticos e percursos figurativos, o que exclui um exame das relações entre a enunciação e o enunciado.

Há ainda uma última ressalva. J. L. Fiorin descreve a *antítese*, o *oxímoro* e a *prosopopéia* como o arranjo entre percursos temáticos e percursos figurativos (Fiorin, 1989: 88-91), no entanto, elas são descritas pela Retórica como figuras de pensamento. Quando uma ciência descreve os resultados de outro ramo do saber, como se pretende aqui com a Semiótica e a Retórica, quase nunca é possível uma homologação termo a termo em seus resultados finais. De acordo com o ponto de vista da Semiótica, é

²³ Esta última orientação está de acordo com as orientações fixadas no final do capítulo anterior:

Como L. Hjelmslev considera o sentido manifestado nos dois planos da linguagem, podemos definir um enunciador desse sentido nos dois planos também, e não só no plano do conteúdo, como faz a Semiótica. Esse enunciador contrói um enunciado no plano do conteúdo e outro no plano da expressão que, juntos, formam um enunciado lingüístico. Assim, os domínios do discurso são estendidos para o plano da expressão e, conseqüentemente, os da enunciação e os do enunciado.

mais adequado tratar figuras como a *antítese*, o *oxímoro* e a *prosopopéia* como arranjos da semântica discursiva, e não da sintaxe discursiva, como é feito com as demais figuras de pensamento analisadas por J. L. Fiorin. Como arranjos entre percursos temáticos e percursos figurativos, a *antítese*, o *oxímoro* e a *prosopopéia* tornam-se também parte do objeto de estudos deste trabalho.

CAPÍTULO 03

Os dois planos da linguagem

Sócrates — Acho que não poderei fazer uma idéia perfeita de Teeteto, enquanto essa forma acha-tada de nariz não se diferenciar de todos os outros narizes rombos que eu já vi, e não tiver deixado no meu espírito sua impressão característica - e assim também os demais traços de tua constituição - de forma que se eu vier a encontrar-te amanhã, me faça esse traço lembrado de ti e me leve a formar uma opinião certa a teu respeito.

Teeteto — Isso mesmo.

Sócrates — Logo, a opinião verdadeira de qual-quer coisa diz respeito às diferenças.

(Platão)

De acordo com L. Hjelmslev, examinar a linguagem do ponto de vista do plano da expressão e do plano do conteúdo resolve problemas metodológicos e epistemológicos:

Partindo desse ponto de vista, será fácil organizar os domínios secundários da lingüística segundo um esquema judicioso e superar de uma vez por todas a subdivisão atual da gramática em fonética, morfologia, sintaxe, lexicografia e semântica, subdivisão pouco satisfatória, claudicante sob vários aspectos e cujos domínios em parte se sobrepõem.

(Hjelmslev, 1975: 63)

Epistemologicamente, a linguagem deixa de ser examinada em níveis integrados para ser examinada em dois planos relacionados, e metodologicamente, permite que esses dois planos, nos quais se realizam ordens diferentes de fatos - fatos semânticos no plano do conteúdo e fatos fonológicos no plano da expressão - sejam examinados como apresentando o mesmo tipo de relações combinatórias.

Com essa orientação de L. Hjelmslev, vamos examinar os dois planos da linguagem, com a perspectiva de verificar como a *elocutio* e suas *figurae in verbis singulis et figurae elocutionis in verbis coniunctis* podem ser descritas por meio de uma teoria do discurso.

O Plano da Expressão

Como é óbvio que toda prosa, mesmo a que não foi cuidadosamente modulada em cadências que agradam, é suscetível de se seccionar em unidades mais curtas e mais longas, quer de acento, de tempo ou de grupos silábicos assinalando pausa, há de quase parecer que, assim opinando, nos deixamos cair no paradoxo de que toda prosa é verso.
(Edward Sapir)

Uma questão para quem estuda Lingüística é a homologação de termos definidos em teorias distintas. Comum em todos os domínios da Lingüística, essa questão também aparece entre os teóricos do signo.

Se em princípio ela aponta para uma tentativa de unificação do pensamento semiológico, peca quando separa termos de um contexto teórico maior e trata alguns conceitos isoladamente. Sendo feitas assim, as homologações colocam em xeque as suas validades. Não é seguro afirmar que o conceito de significante definido por Saussure (Saussure, s.d.: 79-81) corresponde ao conceito de *representamen* definido por Peirce (Peirce, 1977: 46). Além de um oceano a separá-los, há uma coerência interna em cada teoria que deve ser respeitada, que está acima de quaisquer homologações porque ela garante as definições de cada conceito. O perigo das homologações é, por estar a favor da identidade, achatam conceitos bem diferentes entre si.

Que relação há entre o conceito de significante (Saussure, s.d.: 79-81) do *Curso de lingüística geral* e o conceito de plano da expressão (Hjelmslev, 1975: 51-64) dos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*? Apesar de olharem para o mesmo lado, o ponto de vista que os define é bem diferente. O significante é a imagem acústica de um conceito, e o plano da expressão é a definição de um “lugar” da linguagem em que os significantes são realizados.

A utilização da metáfora de um “plano” é bem adequada para essa construção teórica. Ela define um lugar para os significantes dentro de uma descrição metalingüística. Ela também permite visualizar melhor a forma fonológica da língua. Assim sendo, quando o foco da análise é a expressão fonológica, o conceito de plano da expressão pode facilitar a análise lingüística quando se pretende isolar os “sons da língua” e buscar uma formalização.

A forma da expressão

Um dos conceitos fundadores da Lingüística é a forma da língua. Dizer que a língua é uma forma e não uma substância é isolar, tanto no som quanto no sentido, aquilo que é próprio da língua. Quando há essa definição formal, pode-se teorizar com uma abstração que encontra a sua materialidade na língua.

Uma vez realizada, a forma da língua materializa-se em uma substância sonora no plano da expressão e em uma substância conceitual no plano do conteúdo. Nesse ponto de vista, a forma determina a substância, imprimindo-se nela. No entanto, há de considerar que em cada um dos dois planos há

substâncias de ordens diferentes, por isso, há de verificar, também, as coerções que a substância impõe para a realização dessa forma. Isso não quer dizer que a substância determine a forma, mas que substâncias diferentes reagem de modos diferentes à determinação dessa forma.

Pensando em nível de expressão, a substância sonora realiza-se em um fluxo contínuo e linear, de modo que não é possível enunciar dois sons ao mesmo tempo. Só com duas vozes pode-se começar alguma construção em paralelo, em que cada enunciador produz sons diferentes, que se sobrepõem um ao outro ao mesmo tempo. Assim, há uma direção do som que segue o seu tempo de duração. A substância do plano de expressão da língua, da mesma maneira que o da música, só permite que se conheça a realização de sua forma no decorrer de seu tempo de duração.

O aparelho fonador realiza a substância sonora de uma forma de expressão lingüística. Essa forma pode ser descrita por meio de uma fonologia particular que, por sua vez, pode ser descrita como um sistema de relações. O modelo fonológico de N. Trubetzkoy (Trubetzkoy, s.d.) funciona desse modo, já que nele se descreve como uma rede de fonemas está organizada. Assim, teoriza-se sobre a forma da língua. No entanto, quando os pontos, modos e cavidades em articulação passam a ser definidores de fonemas, convoca-se para a teoria da forma o lugar onde a substância é realizada.

Considerando que uma rede de fonemas basta para descrever a forma da expressão, estamos diante de uma visão paradigmática que não considera a discursivização nesse plano de expressão. Portanto, a terminologia advinda do aparelho fonador tem apenas valor relacional e não operador, pois ela é utilizada para montar a rede de fonemas e não para entender como a fonação converte essa rede em uma seqüência de “sons da língua” colocados em discurso.

Os elementos constituintes

Uma vez isolados os fonemas de uma língua qualquer, definem-se os tipos de oposições fonológicas que se estabelecem entre esses elementos da forma do plano da expressão. Essa forma descreve uma relação entre elementos discretos.

Tomando o sistema consonantal do Português como exemplo, pode-se verificar como ele é descrito de acordo com esse modelo. Em cada zona de articulação há oposições bilaterais (Trubetzkoy, s.d.: 60-66) que garantem a variedade de fonemas em um mesmo lugar do aparelho fonador:

bilabial= /p/-/b/ ; /b/-/m/
lábio-dental= /f/-/v/
dental= /t/-/d/ ; /d/-/n/ ; /s/-/z/
palatal= /s/-/z/
velar= /k/-/g/

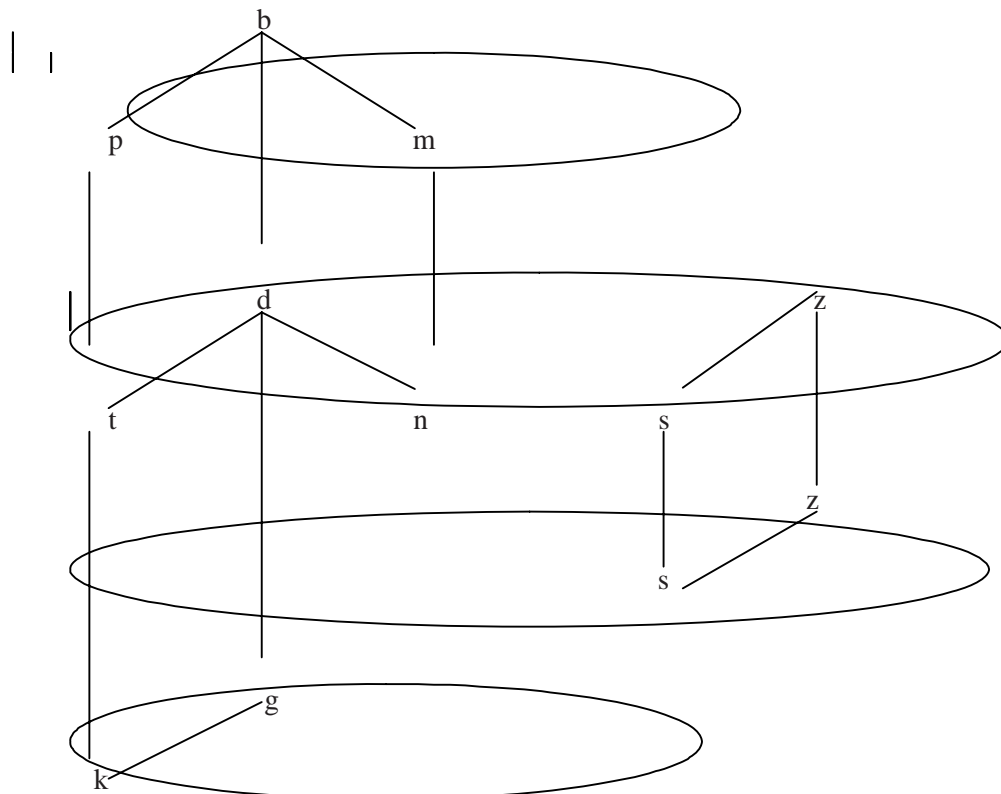
As oposições multilaterais (Trubetzkoy, s.d.: 60-66) garantem as relações entre as diferentes zonas de articulação. Nas seqüências /p/-/t/-/k/ e /b/-/d/-/g/ pares de oposições bilaterais em uma mesma zona relacionam-se com zonas distintas.

As oposições homogêneas (Trubetzkoy, s.d.: 60-66) explicam as relações dentro de uma mesma

zona de articulação, e as heterogêneas (Trubetzkoy, s.d.: 60-66) garantem as relações de uma zona com outra. O /s/ opõe-se ao /d/ homogeneamente dentro da zona dental, e opõe-se ao /b/ da zona bilabial heterogeneamente.

O que se pretende demonstrar é que os fonemas não são um estoque de “sons da língua”, e sim uma rede organizada de elementos lingüísticos. A metáfora de rede é adequada, pois ela mostra que o que se supõe não é um arquivo, e sim um sistema.

Com os dados colocados, pode-se mostrar um desenho parcial dessa rede:



As linhas indicam as oposições bilaterais e multilaterais. Ser uma ou outra depende do número de fonemas na rede. As elipses definem zonas de articulação ocupadas por diferentes modos de articulação. Dentro do espaço de uma elipse ocorrem oposições homogêneas, e de uma elipse a outra ocorrem oposições heterogêneas.

As oposições proporcionais indicam (Trubetzkoy, s.d.: 60-66) as regularidades da rede, elas funcionam como princípios de coesão de suas articulações. Contrariamente, as isoladas (Trubetzkoy, s.d.: 60-66) indicam uma irregularidade. Não se trata de uma irregularidade indicadora de uma exceção, ela é tão sistemática quanto as proporcionais, só que menos freqüente.

Esse desenho é a representação de uma forma, já que sugere como a língua é uma forma, e não uma substância. O que o modelo de N. Trubetzkoy mostra é a formalização de uma rede de fonemas com todas as suas articulações. Desse modo, seu modelo aponta para um sistema e sua dinâmica interna. Em seus procedimentos para determinar um fonema como uma unidade de distinção própria do plano da expressão, N. Trubetzkoy define os fonemas como constituintes discretos desse plano. Esse um ponto de vista é semelhante ao da definição dos cenemas de L. Hjelmslev. Para este último,

os cenemas são os constituintes do plano da expressão que, como os fonemas, são componentes discretos desse plano de linguagem.

As modulações caracterizantes

Teorizando também sobre a forma da língua, L. Hjelmslev define constituintes para o plano da expressão: os cenemas em sua terminologia. Esses cenemas/fonemas podem ser centrais ou marginais. Essas posições são definidas na sílaba, de modo que as vogais são centrais e as consoantes são marginais.

O modelo de L. Hjelmslev também define caracterizantes para a forma do plano da expressão: os prosodemas. Esses prosodemas podem ser de dois tipos: intensos e extensos²⁴. A entonação é extensa e a acentuação tônica é intensa. Como entender isso depois da *Semiótica das paixões* (Greimas e Fontanille, 1993)? Pensa-se em duas questões. Uma é: se há modulações contínuas no plano do conteúdo, como defini-las no plano da expressão? Mais uma vez mostra-se a hipótese da isomorfia dos dois planos da linguagem.

A entonação pode ser descrita como uma modulação da ordem do contínuo no plano de expressão. Pensada assim, ela passa a ser responsável pela discursivização dos elementos descontínuos, que são os fonemas caracterizantes, em uma modulação contínua. Essa modulação deve receber marcas que promovam diferenças sensíveis em seu desenvolvimento, que devem ser as marcas de acentos intensos na extensão da entonação.

A outra questão é a mesma de A. J. Greimas no que diz respeito a como representar a continuidade da modulação com uma teoria baseada em elementos discretos, como era a teoria Semiótica até então (Greimas e Fontanille, 1993: 41). Se é possível conseguir uma aproximação para responder à primeira pergunta, essa segunda questão apresenta uma encruzilhada teórica.

J. Fontanille e C. Zilberberg formulam, no texto *Tension et signification* (Fontanille e Zilberberg, 1998), uma primeira síntese sobre os modelos tensivos em Semiótica. Os esquemas de representação de tensões em forma de curvas tensivas resolvem o problema da descrição de grandezas contínuas como é o caso de uma tensão (Fontanille e Zilberberg, 1998: 19-21). O trabalho de ambos, porém, diz respeito ao plano do conteúdo, não sendo seguro aplicá-lo quando se trata do plano da expressão.

Embora deva haver uma isomorfia dos dois planos da linguagem, ela diz respeito à forma desses planos, e não às suas substâncias. Modular o som deve ser diferente de modular o sentido, mas, por enquanto, deve-se adiar essa discussão.

Como representar a modulação contínua que a entonação promove sem utilizar um modelo baseado em elementos discretos? Esse é um caminho teórico possível para uma tentativa de semiotizar o plano da expressão seguindo as propostas da semiótica tensiva. Antes, porém, há a necessidade de en-

²⁴ Sabe-se que a semântica estrutural se desenvolveu basicamente a partir dos resultados metodológicos bem sucedidos nas pesquisas em Fonologia. O conceito de sema é inspirado no de merisma e o de semena no de fonema. Reflexos da hipótese da isomorfia dos dois planos da linguagem são mostrados assim. A semântica estrutural ocupou-se dos constituintes do plano do conteúdo, logo, ocupou-se de elementos discretos da língua. Se a Semântica de meados do século XX tem uma referência no que L. Hjelmslev definiu em termos de constituintes, a semântica do final desse século tem uma referência no que L. Hjelmslev definiu em termos de caracterizantes. Publicado em 1998, *Tension et signification*, de Fontanille e Zilberberg, é desenvolvido em torno dos conceitos de intenso e extenso (Fontanille e Zilberberg, 1998: 14).

contrar uma representação que mostre como o acento intenso marca-se na extensão da entonação para descrever, ao menos, esse processo de caracterização.

O verso e a entonação

A Teoria da Literatura, mais uma vez, pode socorrer quem trabalha com a Semiótica do discurso. Representa-se a metrificação e seu ritmo de uma maneira que pode ser bastante eficiente para o que se pretende aqui.

Em seu livro de poemas *José*, há estes versos de Carlos Drummond de Andrade:

Palavras no mar

Escrita nas ondas
a palavra encanto
balança os naufragos,
embala os suicidas.
Lá dentro, os navios
são algas e pedras
em total olvido.
Há também tesouros
que se derramaram
e cartas de amor
circulando frias
por entre medusas.
Verdes solidões,
merencórios prantos,
queixumes de outrora,
tudo passa rápido
e os peixes devoram
e a memória apaga
e somente um palor
de lua embruxada
fica pervagando
no mar condenado.
O último hipocampo
deixa-se prender
num receptáculo
de coral e lágrimas
- do Oceano Atlântico
ou de tua boca,
triste por acaso,
por demais amarga.

A palavra Encanto

recolhe-se ao livro,
entre mil palavras
inertes à espera.
(Drummond de Andrade, 1983: 90)

Nos versos acima há uma regularização da entonação. Sua extensão é modulada por acentos regulares que marcam intensidades em sua duração. Trata-se de uma redondilha menor acentuada na segunda e na quinta sílabas, usualmente representada assim:

v-vv-

Nessa representação, mostra-se como aparece na sílaba uma regularidade da prosódia. Ela indica como uma extensão pode ser marcada por intensidades, já que na extensão contínua da curva entoativa aparecem marcas intensas de acentos tônicos. Como a sílaba é uma grandeza discreta, definida em termos de constituintes, a representação da prosódia na métrica do verso aparecerá discreta também. O que interessa, no entanto, é a entonação e suas acentuações indicadas nas sílabas escandidas, e não a distribuição dos elementos discretos átonos e tônicos na sílaba poética²⁵.

A forma da língua e o discurso

No que diz respeito à forma da língua, L. Hjelmslev propõe que o plano da expressão seja formado por elementos constituintes. Além desses elementos, que se organizam em um sistema, pode-se considerar, também nos domínios da forma da língua, modulações caracterizantes. Essas modulações, por sua vez, são responsáveis pela colocação dos elementos constituintes em uma curva entoativa. Os constituintes e os caracterizantes são, portanto, componentes da forma da língua.

O modelo de L. Hjelmslev tem como objeto da lingüística a *langue*. Ele não é um modelo da competência, da variação, da mudança ou do uso lingüístico. Seguindo a tradição de pesquisas iniciada por F. Saussure, tanto N. Trubetzkoy quanto L. Hjelmslev pensam a língua como um sistema.

Voltando aos poemas de Drummond, por meio deles pode-se determinar a forma lingüística que nele se materializa. Mas como analisar, no sistema da língua, uma realização como esta:

O chão é cama

O chão é cama para o amor urgente,
amor que não espera ir para a cama.
Sobre tapete ou duro piso, a gente
compõe de corpo e corpo a úmida trama.

E para repousar do amor, vamos à cama.
(Drummond de Andrade, 1994: 27)

²⁵ Com essa ressalva, prefere-se lançar mão de uma aproximação que inventar uma maneira de representar a entonação e seus acentos que, no final, nada acrescentaria a este trabalho.

O sistema é descrito como oposições entre componentes que se definem uns em relação aos outros. Isso aparece no texto, mas as rimas não podem ser descritas em nível de sistema, pois o sistema é uma rede de fonemas em que um fonema se define em relação aos demais fonemas da rede, e a definição de sistema nada diz a respeito da disposição dos fonemas em um enunciado, o que faz com que as rimas, produzidas por um processo de colocação dos fonemas em discurso, seja um fenômeno do processo da língua. É na colocação em discurso que identidades fonológicas podem assumir o estatuto de rimas, pois é na medida em que os fonemas se realizam na enunciação que identidades fonológicas podem ser construídas.

Essa observação não vale só para as rimas *ababa*, já que a métrica em decassílabos, a alternância das acentuações tônicas *uuu-uuu-u-* e *u-uuu-uuu-*, e as aliterações em “Sobre tapete ou duro piso” e “compõe de corpo e corpo” também são fenômenos do discurso. Eles aparecem nos domínios da enunciação e do enunciado, porém, no plano da expressão.

As “figuras de linguagem” devem ser analisadas, portanto, no nível do discurso, ou seja, no processo da língua. Como o enfoque está, por enquanto, no plano da expressão, deixa-se a discussão sobre o plano do conteúdo e suas “figuras de linguagem” para mais adiante.

Procurando manter uma coerência com a tradição de pesquisas adotada, é na teoria semiótica proposta por A. J. Greimas que há um modelo de discurso: o patamar final do percurso gerativo do sentido é uma teoria sobre a enunciação e o discurso. Greimas define um nível discursivo com uma sintaxe e uma semântica próprias. A metáfora dos níveis é bem adequada, pois ela permite que se estude, comparando o plano do conteúdo com um espaço, diferentes fenômenos desse plano em domínios diferentes desse espaço. Em seu modelo, há a definição de um nível narrativo que é sintetizado no modelo do esquema narrativo. O nível discursivo é aquele em que um enunciador realiza o esquema narrativo. Através da sintaxe discursiva, esse enunciador actorializa, espacializa e temporaliza as estruturas narrativas e, através de semântica discursiva, ele as recobre com temas e figuras dispostos ao longo do discurso em isotopias temáticas e figurativas.

A. J. Greimas elabora uma teoria para o plano do conteúdo. A teoria semiótica não é uma teoria lingüística. Seu objeto é a significação. Por isso, o plano do conteúdo teve de ser priorizado e isolado do plano da expressão. Só há uma semiótica específica da língua quando é possível determinar como o conteúdo semiótico se transforma em manifestação lingüística. Não se pretende entrar nos estatutos dessa conversão, mas entende-se, desde A. Martinet e E. Benveniste, a segunda articulação da língua como uma de suas características fundamentais. Portanto, discursivizar um sistema semiótico verbal é enunciar, além do discurso do plano do conteúdo, um discurso também no plano da expressão. É desse discurso que se pretende tratar, ou seja, do uso discursivo do plano da expressão.

Pode-se determinar um sistema de constituintes e um processo de caracterização a formar o plano da expressão das línguas. A questão que se coloca, em seguida, é como descrever a conversão deste sistema em processo discursivo.

A enunciação dos constituintes

Já dissera o poeta barroco:

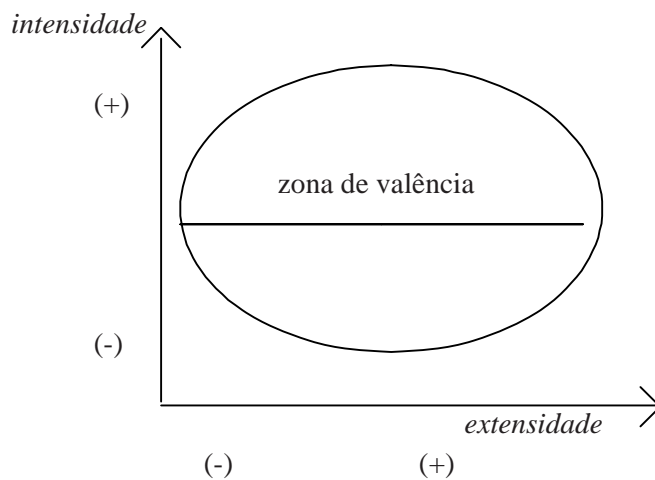
O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo.

Gregório de Matos

(Matos, 1968: 44)

É assim que se começa o enfoque dos elementos constituintes. O que mantém o sistema fonológico funcionando não é só uma estrutura estática, ela deve ser dinâmica, caso contrário, não haveria mudanças na língua. Se o sistema é dinâmico e ao mesmo tempo passível de ser descrito como uma rede, ele pode ser considerado formado por uma tensão entre a sua conservação e a suas mudanças. Qual o valor tensivo de um constituinte fonológico?

Em *Tension et signification* (Fontanille e Zilberberg, 1998), J. Fontanille e C. Zilberberg propõem que um valor possa ser definido na tensão gerada por duas profundidades, uma intensa e outra extensa (Fontanille e Zilberberg, 1998: 14). Representam essas profundidades em dois eixos perpendiculares e a tensão como a curva gerada pela relação entre elas. Assim sendo, o valor está inscrito em uma relação de valência descrita nessa curva tensiva. Há uma zona de valência definida por duas profundidades que pode ser representada em um gráfico assim:



Nessa zona, um valor pode ser definido. Sabe-se que na língua não há senão oposições. Essa é outra das afirmações clássicas da Linguística. Como isso pode ser traduzido em termos tensivos para o sistema fonológico?

O que define um fonema é a relação que se estabelece entre ele e os demais fonemas da rede. É nisso que os procedimentos metodológicos de comutação e covariação para determinar um fonema estão baseados. Essa determinação é extensa, pois ela está baseada em uma rede a partir da qual é possível isolar os seus elementos. Isso garante *o todo que é parte*, mas *a parte que é todo* só é isolada porque ela é a presença intensa de um elemento na extensão da rede. Esse deve ser o valor de um fonema em termos tensivos e contínuos: ele é um constituinte intenso dentro da extensão de uma rede fonológica.

Essa tensão contínua determina uma categoria descontínua que permite traduzir essa continuidade em termos discretos quando os fonemas são determinados em comutações e covariações: a categoria

identidade vs. alteridade. A profundidade intensa determina a identidade de um constituinte e a profundidade extensa a sua alteridade. Quando há uma intensidade, quer dizer que um fonema é identificado em sua propriedade de valer como uma parte definida dentro uma totalidade, ou seja, ele é definido a partir de uma identidade própria. Quando há uma extensidade, quer dizer que o valor desse fonema está sendo determinado a partir das relações que ele contrai com os demais fonemas da rede fonológica, ou seja, ele define-se pela sua alteridade em relação aos demais fonemas dessa rede. É na tensão dialética entre *identidade vs. alteridade* que um fonema é definido como uma grandeza descontínua.

Quando a rede é discursivizada, há uma distribuição neutra desses constituintes no plano da expressão. Essa neutralização deve ser entendida aqui na terminologia do quadrado semiótico. No plano da expressão, a neutralização da categoria *identidade vs. alteridade* garante o fluxo distintivo próprio da fonologia. A *identidade* permite a afirmação de um fonema pela sua repetição e a *alteridade* garante a sua relação com os demais fonemas da rede, que, por sua vez, garantem também a definição de todos os fonemas do sistema. Ela garante, também, a discursivização do plano da expressão verbal que se realiza linearmente com um fonema após o outro, ou seja, em uma disposição de *identidade e alteridade* intercaladas.

Procurando ouvir com atenção o plano da expressão, pode-se ler um pouco de Machado de Assis para sentir como isso acontece nesta passagem de *Uns braços*:

Que não possamos ver os sonhos uns dos outros! D. Severina ter-se-ia visto a si mesma na imaginação do rapaz; ter-se-ia visto diante da rede, risonha e parada; depois inclinar-se, pegar-lhe nas mãos, levá-las ao peito, cruzando ali os braços, os famosos braços. Inácio, namorado deles, ainda assim ouvia as palavras dela, que eram lindas, cálidas, principalmente novas, ou, pelo menos, pertenciam a algum idioma que ele não conhecia posto que o entendesse. Duas, três e quatro vezes a figura esvaía-se, para tornar logo, vindo do mar ou de outra parte, entre gaivotas, ou atravessando o corredor, com toda a graça robusta de que era capaz. E tornando, inclinava-se, pegava-lhe outra vez das mãos e cruzava ao peito os braços, até que, inclinando-se, ainda mais, muito mais, abrochou os lábios e deixou-lhe um beijo na boca.

(Machado de Assis, 1959: 60)

É evidente que a prosa de Machado de Assis é distinta da prosa de uma conversação, por exemplo, já que seu valor literário não está somente no trabalho que faz com o conteúdo de seus textos. Machado de Assis também elabora, com muita habilidade, o plano da expressão. Um dos efeitos de sentido da prosa, porém, é simular uma enunciação com um plano de expressão enunciado sem reiterações sensíveis de constituintes fonológicos. Uma repetição assim é capaz de gerar a percepção de uma iteratividade fonológica. Como já propunha F. Rastier, trata-se de trazer para o plano da expressão o conceito de isotopia (Greimas, 1975: 120).

Usos específicos do plano da expressão podem acrescentar informações a um texto, de modo que a elaboração semiótica da prosa informa com mais evidência os usos que prosador faz com o plano do conteúdo. A boa prosa é, em termos de modalidades veridictórias, um segredo: ela não parece ser tão elaborada quanto é.

Pode-se usar o plano da expressão de modo a informar essa elaboração com mais evidência. Pode-se ouvir como Castro Alves discursiviza o plano de expressão nestes versos:

Adormecida

Uma noite, eu me lembro...Ela dormia
Numa rede encostada molemente...
Quase aberto o roupão...solto o cabelo
E o pé descalço no tapete rente.

‘Stava aberta a janela. Um cheiro agreste
Exalavam as silvas da campina...
E ao longe, num pedaço do horizonte,
Via-se a noite plácida e divina.

De um jasmineiro os galhos encurvados,
Indiscretos entravam pela sala,
E de leve oscilando ao tom das auras,
Iam na face trêmulos beijá-la.

Era um quadro celeste!...A cada afago
Mesmo em sonhos a moça estremecia...
Quando ela serenava...a flor beijava-a...
Quando ela ia beijar-lhe...a flor fugia...

Dir-se-ia que naquele doce instante
Brincavam duas cândidas crianças...
A brisa, que agitava as folhas verdes,
Fazia-lhe ondear as negras tranças!
E o ramo ora chegava ora afastava-se...
Mas quando a via despeitada a meio,
P’ra não zangá-la...sacudia alegre
Uma chuva de pétalas no seio...

Eu, fitando esta cena, repetia
Naquela noite lânguida e sentida:
“Ó flor!- tu és a virgem das campinas!
“Virgem!- tu és a flor da minha vida!...”
(Castro Alves, s.d.: 74)

Se fosse a melodia de uma música, seria como se as notas fossem repetidas com uma distribuição regular *abcb* ao final de um mesmo número de compassos. Como se trata de uma poesia, temos um decassílado com rima *abcb*. Esse uso discursivo evidencia o uso da expressão. Ele mostra, materialmente, o plano da expressão que recobre os temas e as figuras actorializados, temporalizados e espacializados no plano do conteúdo. Assim, o que a prosa esconde a poesia mostra, mas por qual efeito de sentido?

A enunciação da prosa não tem as iterações que a da poesia tem. O prosador distribui os constituintes fonológicos de maneira neutra. Essa neutralidade, porém, tem limites que a substância da expres-

são determina. O que isso quer dizer? Para essa explicação, pode-se recorrer a este trecho do canto I d' *O paraíso perdido*, de Milton, na tradução de Lima Leitão:

Com estes vêm os que por nome tinham
Baalim e Astarote: o seu império
Era dos lagos junto ao velho Eufrates
Té ao rio que é meta à Síria e Egito.
Estes têm fêmeo o sexo, aqueles o outro:
Os espíritos podem, quando querem,
Um dos sexos tomar, e ambos num tempo;
A essência que os compõe presta-se a tudo,
Tão pura e simples é, tão branda e dócil!
Qual do gênero humano a inerte carne,
Não a estorvam nem membros, nem juntas,
Nem dos ossos o esteio quebradiço;
Mas para a forma, que a seu gosto escolhem,
Crescem, mingam, fulguram, escurecem,
Seus rápidos desígnios executam,
Já de ódio ultimam, já de amor os atos.
Por estes de Israel a miúdo a prole
De seu altar sagrado se deslembra,
Curvando-se humilhada a deuses brutos;
Nas batalhas assim suas cabeças,
Como vis, se abateram derrotadas
Por lanças de inimigos vergonhosos.
(Milton, s.d.: 20-23)

Nesse momento do canto, Milton descreve o legião de anjos caídos que se levanta para ouvir Satã em seu primeiro discurso no Inferno. Os nomes desses anjos coincidem com os das divindades pagãs que foram adoradas no lugar do verdadeiro Criador. Nele, Milton mostra como os anjos podem assumir as formas de deuses masculinos, femininos e até de ambos nos deuses hermafroditas.

No nível fundamental do percurso gerativo do sentido está prevista a articulação de uma categoria semântica que determina o mínimo de sentido de um discurso. Milton, nesse trecho, discursiviza a categoria semântica *masculino vs. feminino* no plano do conteúdo. As figuras dos deuses pagãos realizam, na semântica do discurso, essa categoria abstrata da semântica do nível fundamental. Assim enunciado, o *masculino* é um termo simples realizado pelas figuras dos deuses masculinos, e o *feminino* é um termo simples realizado pelas figuras dos deuses femininos. Os deuses hermafroditas, no entanto, como são masculinos e femininos ao mesmo tempo, realizam o termo complexo *masculino e feminino*, ao passo que a essência dos espíritos não têm sem sexo, realizando o termo neutro *não masculino e não feminino*, como é possível verificar na explicação:

Os espíritos podem, quando querem,
Um dos sexos tomar, e ambos num tempo;
A essência que os compõe presta-se a tudo,

A neutralização fonológica a que se refere acima não é assim. Articulando um metatermo neutro

em uma mesma figura, as essências dos espíritos são, na altura citada do texto do poema, *não masculino vs. não feminino* ao mesmo tempo.

A substância sonora do plano da expressão só permite uma enunciação em seqüência da categoria *identidade vs. alteridade* aplicada sobre a rede de fonemas. Tanto o texto de Milton quanto o de Machado mostram isso bem. Os fonemas são enunciados um após o outro, e não ao mesmo tempo. A neutralização da categoria *identidade vs. alteridade* está materializada em uma enunciação em que se usam os fonemas sem insistir em nenhum deles. Essa falta de insistência é o que está sendo definido como a realização de um metatermo neutro.

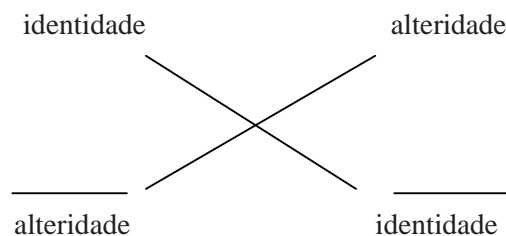
Essa insistência é evidente no texto de Castro Alves em iterações fonológicas materializadas em rimas e em aliterações de vogais e consoantes. Deve-se responder, agora, como a categoria *identidade vs. alteridade* é usada nesse tipo de enunciação.

Os mecanismos discursivos e os constituintes da expressão

O que se descreve agora deve-se chamar mecanismos de enunciação do plano da expressão. A terminologia “figuras de linguagem” está muito contextualizada em conceitos e concepções de linguagem distintas das seguidas neste trabalho. O conceito de “figuras de linguagem” pressupõe um grau zero de língua em que há desvios para a formação dessas figuras, ao passo que o termo mecanismo discursivo pressupõe processos lingüísticos responsáveis não por desvios de um grau zero, mas por efeitos de sentido próprios da colocação em discurso. O termo “mecanismo” aponta para um aspecto importante deste estudo que são as operações que se podem fazer sobre a linguagem. O que está em consideração são mecanismos discursivos utilizáveis na enunciação e não ornamentações sobre um suposto grau zero da linguagem.

A categoria *identidade vs. alteridade* pode ser articulada em um quadrado semiótico, de modo que o uso do metatermo neutro é só uma das possibilidades de uso da enunciação da expressão.

A articulação é assim:



No uso da enunciação, pode-se aplicar cada termo simples contrário e seus contraditórios na distribuição seqüencial dos constituintes do plano da expressão. Descreve-se, em seguida, cada uma das aplicações e seus resultados²⁶.

²⁶ Cabe ressaltar que não se trata de uma estatística, e sim de uma enunciação de elementos. A estatística não consegue medir aquilo que está sendo estudado por não descrever o fluxo da enunciação responsável pelos fenômenos em vista.

Deve-se saber, contudo, que se está descrevendo processos realizados do plano da expressão. Os processos realizados no plano do conteúdo e a relação entre os dois planos está descrita em tópicos ulteriores.

A identidade

Para traduzir Hopkins, Augusto de Campos usa bastante a repetição de um mesmo constituinte da expressão. Nesta passagem do poema *A coroa de tom: sobre os desempregados*, há a aliteração de uma vogal:

(...) Sem amparo ou guia
De mente ou membros; *nem* coroa de ouro que *em*
Perigo os ponha, oh não; *em* solo ou sol *nem* sola *têm*;
Desolados, *sem nem*
Um *bem* da terra, um dom da terra; *sem* aspira-
ção nenhuma; (...)
(Campos, 1997: 57)

Já nesta passagem do poema *Da natureza, fogo heraclitiano, e do conforto da ressurreição*, há a aliteração de consoantes:

*N*uvem *n*ovelo, *t*ufos *c*oxos, *c*oxins *f*rouxos | *f*luem *f*lutuam sobre o estrado
(...)
(Campos, 1997: 59)

A repetição de grupos maiores da constituintes faz as rimas deste trecho de *Lanterna externa*:

Uma lanterna move-se na noite *escura*,
Que às vezes nos apraz olhar. Quem *anda*
Ali?- medito. De onde, para onde o *manda*
Dentro da escuridão essa luz *insegura*?
(...)
(Campos, 1997: 37)

Há um poema concreto de Ronaldo Azeredo que ilustra bem o uso discursivo de um mesmo constituinte:

VVVVVVVVVV
VVVVVVVVVE
VVVVVVVVVEL
VVVVVVVELO
VVVVVVELOC
VVVVVELOCI
VVELOCIDAD
VELOCIDADE
(Menezes, 1998: 133)

Em todos os exemplos, o discurso é o responsável por esses usos do plano da expressão, já que é no fluxo do discurso que se pode insistir na identidade dos constituintes da rede fonológica.

A não-identidade

Na enunciação da expressão, uma seqüência de constituintes pode ser realizada e, em seguida, ser transformada a partir dos mesmos elementos que a constituem. Nesse uso dos constituintes, não há a afirmação de uma alteridade definida em relação a uma seqüência de elementos, mas há a negação de uma identidade que, por sua vez, também é definida em relação a uma seqüência.

Uma ocorrência desse uso aparece neste trecho da tradução de Fernando Pessoa para o poema *O corvo*:

(...)
A alma súbito movida por frase tão bem cabida,
“Por certo”, disse eu, “são estas vozes *usuais*.
Aprendeu-as de algum dono, que a desgraça e o abandono
Seguiram até que o entono da alma se quebrou em ais,
E o bordão de desesperança de seu canto cheio de ais
Era este “Nunca mais”.
(...)
(Pessoa, 1985: 632)

No início da seqüência sublinhada, há os constituintes /ajs/⇒/ono/ que depois é invertida em /ono/⇒/ajs/. Não há a afirmação de uma alteridade, como já foi mencionado. Ocorre aqui a negação de uma identidade realizada a partir de uma manipulação dos constituintes que a formam.

O mesmo fez Augusto de Campos ao traduzir este trecho d’*A extraordinária aventura vivida por Vladimir Maiakóvski no verão na datcha*, de Maiakóvski:

(...)
Brilhar pra sempre,
brilhar como um *farol*,
brilhar com brilho eterno,
gente é pra brilhar,
que tudo o mais vá pro inferno,
este é o meu slogan
e o do sol.
(Maiakóvski, 1997: 90)

A seqüência /ol/⇒/erno/ é invertida em /erno/⇒/ol/.

Se a enunciação de identidades do primeiro caso produz rimas e aliterações, esse tipo de uso produz quiasmos.

A alteridade

No percurso que está sendo seguido dentro das articulações do quadrado semiótico em questão, a afirmação de uma alteridade está logo após a negação de seu termo contrário, que afirma uma identidade.

Se a negação da identidade é percebida quando se modifica a identidade de uma seqüência de constituintes enunciados, a afirmação de uma alteridade deve ser também feita do mesmo modo.

Foi citado um trecho de um soneto de Gregório de Matos quando se tratou da enunciação dos constituintes mais acima. O soneto completo é este:

O todo sem a *parte* não é *todo*,
A parte sem o *todo* não é *parte*,
Mas se a *parte* o faz *todo*, sendo *parte*,
Não se diga, que é *parte*, sendo *todo*.

Em *todo* o Sacramento está deus *todo*,
E *todo* assiste inteiro em qualquer *parte*,
E feito em *partes* todo em toda a *parte*,
Em qualquer *parte* sempre fica o ***todo***.

O braço de Jesus não seja *parte*,
Pois que feito Jesus em *partes* *todo*,
Assiste cada *parte* em sua ***parte***.

Não se sabendo *parte* deste *todo*,
Um braço, que lhe acharam, sendo *parte*,
Nos disse as ***partes*** todas deste *todo*.
(Matos, 1968: 44)

As seqüências /pa_lti/ e /todo/ são fonologicamente áteres entre si. Há na enunciação da expressão desse soneto um uso discursivo em que uma alteridade entre blocos de constituintes diferentes ganha um destaque especial.

Carlos Drummond de Andrade aproveita-se deste mesmo mecanismo discursivo em seu poema *No meio do caminho* com as seqüências /ped_la/ e /caminho/:

No meio do caminho tinha uma *pedra*
tinha uma *pedra* no meio do *caminho*
tinha uma *pedra*
no meio do *caminho* tinha uma *pedra*.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do *caminho*
tinha uma *pedra*.

tinha uma *pedra* no meio do *caminho*
no meio do *caminho* tinha uma *pedra*.
(Drummond de Andrade, 1983: 15)

Não se mudou o enfoque para o nível lexical. As palavras são unidades de comportamento verbal que implicam análises tanto da expressão quanto do conteúdo. Este último ainda não é pertinente para o que se pretende demonstrar na discursivização da expressão lingüística, portanto, deve-se atentar apenas para o “som”, e não para o sentido do conteúdo das palavras assinaladas nos textos.

A não-alteridade

Todos os usos descritos até agora estão definidos dentro da dinâmica das articulações do quadrado semiótico da categoria em discussão. Também encontram o seu valor somente quando percebidos em uma seqüência de constituintes garantida por uma totalidade que os integre em um enunciado.

Como descrever, então, a negação de uma alteridade? A questão que se coloca aqui não é tão evidente como nos casos descritos anteriormente. Como perceber que uma alteridade foi negada sem se afirmar ainda uma identidade, considerando somente o plano da expressão?

No modelo de constituintes utilizado há a previsão de constituintes centrais e marginais. Há, portanto, a previsão de uma silabação que determina a colocação em discurso desses constituintes. Como as descrições acima dependem de seqüências de constituintes, considerar a sílaba ganha especial pertinência agora.

A ocorrência que está sendo procurada está no percurso semiótico que vai da alteridade para a identidade. Quando essa silabação é discursivizada incompletamente, a afirmação da alteridade dos constituintes é negada porque nenhum elemento se realiza.

No poema *Isto* (Antunes, 1997: 60), de Arnaldo Antunes, há exemplos dessa ocorrência:

CR

isto

MEF

A enunciação fonológica de CR e MEF estão incompletas, tanto em CR quanto na sílaba iniciada pelo F da seqüência MEF faltam vogais. Estas últimas são constituintes que não foram colocados em discurso. Como as vogais são centrais, torna-se fácil perceber incompletudes silábicas por negação de uma presença delas. Fora os encontros consonantais próprios, a interrupção momentânea da enunciação é suficiente para denunciar esse uso discursivo em uma seqüência fonológica.

Quanto às consoantes, fica difícil perceber as suas ausências. Enquanto elementos marginais na sílaba, negá-las soarão como hiatos gerados por encontros de duas ou mais vogais centrais de sílaba. A enunciação deste poema de Ronaldo Azeredo mostra isso bem:

solitário solidário soli ário
solitário solitário soli ário
solidário solitário soli ário
solidário solidário soli ário
(Simon & Dantas, 1982: 42)

A falta da consoante /l/ só é percebida quanto se considera o plano do conteúdo. Em nível de expressão, a vogal /i/ encontra-se com a vogal /a/ sem indicar incompletudes silábicas na enunciação fonológica.

A enunciação dos caracterizantes

A primeira estrofe da invocação d' *Os Lusíadas* (Camões, I, 4, 1-8) é esta:

E vós, Tágides minhas, pois criado
Tendes em mim um novo engenho ardente,
Se sempre em verso humilde celebrado
Foi de mim vosso rio alegremente,
Dai-me agora um som alto e sublimado,
Um estilo grandfíloquo e corrente,
Por que de vossas águas Febo ordene
Que não tenham enveja às de Hipocrene.

Com certeza, Luís de Camões contava em seu engenho com a matéria de que se vai tratar em seguida, tanto é que a utilizou com mestria nos numerosos decassílabos de sua epopéia.

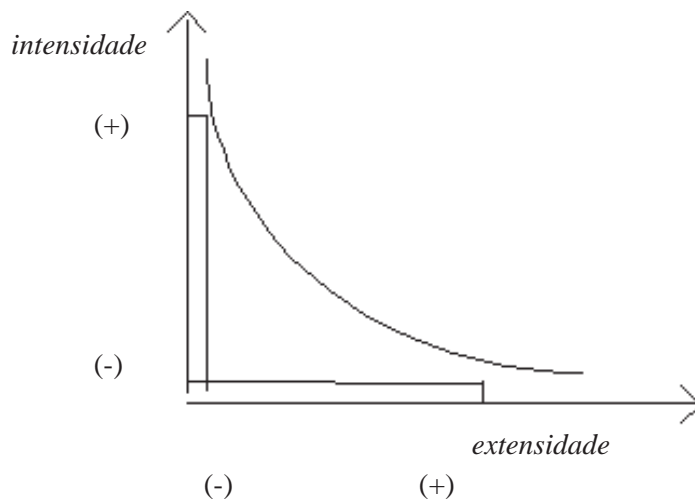
Como definir a matéria da prosódia? Apresentando a questão de um outro modo: qual o valor de um prosodema? Referindo-se novamente a L. Hjelmslev, o prosodema é um componente da forma da expressão cuja intensidade se materializa em acentos tônicos e a extensidade em entonação. Assim definido, um prosodema não é um elemento como é um cenema/fonema. Os elementos constituintes são discretos. A possibilidade de dividi-los em elementos centrais e elementos marginais já justifica isso. Definidos assim, é possível também articulá-los em rede. É um modo de pensar uma totalidade que garante a coesão entre uma unidade e uma pluralidade de constituintes de um sistema. Se os elementos constituintes são constituintes de um sistema, os caracterizantes não devem ser pensados assim.

Para a entonação ser extensa, ela deve ser concebida como um espaço. Melhor, em Linguística, conceber como um plano. É nesse plano que os constituintes da expressão são colocados em seqüência. Em termos de enunciação da expressão, isso quer dizer a mesma coisa que ser colocados em discurso. Os caracterizantes são, portanto, articuladores dos constituintes no processo discursivo, e não de sua estruturação no sistema. Se na estruturação no sistema define-se o valor do fonema, na colocação em discurso deve-se definir o valor do prosodema.

A extensão de um plano modulado por acentos intensos sugere que se trata de uma grandeza contínua, e não descontínua como é o caso dos constituintes discretos. Seu valor, portanto, deve ser diferente. O prosodema pode ser definido como uma modulação, já que ele não é um elemento. Em um plano extenso onde os constituintes são articulados em seqüência, como é o caso do plano da expressão,

a acentuação intensa modula essa extensão materializando-se em acentos na enunciação. Portanto, em termos tensivos, quanto mais intensidades, menor são as extensões moduladas. Recorrendo novamente aos modelos tensivos desenvolvidos por Fontanille e Zilberberg em *Tension et signification* (Fontanille e Zilberberg, 1998), pode-se obter como resultado uma tensão prosódica descrita em uma curva inversa, resultante da tensão entre as profundidades intensa e extensa consideradas.

Graficamente, está é a representação:



Na curva desenha-se o valor tensivo do prosodema.

Para ouvir melhor a matéria descrita, há este trecho da tradução que Mário Faustino fez da *Canção dos arqueiros de Shu*, de Ezra Pound:

Aqui estamos, arrancando os primeiros brotos de samambaia
 E dizendo: Quando poderemos voltar para a nossa terra?
 Aqui estamos porque temos os Ken-nin por nossos inimigos,
 Não temos consolo por causa desses mongóis.
 Cavoucamos os tenros brotos,
 E quando qualquer um de nós fala em 'Retorno' os outros se enchem de aflição.
 Espíritos aflitos, aflição forte, temos fome, temos sede.
 Nossa defesa ainda não é segura, ninguém pode deixar seu amigo ir de volta.
 (...)
 (Pound, 1983: 71)

Gonçalves Dias modulou com mais intensidades este trecho da quarta parte de *I-Juca-Pirama*:

Meu canto de morte,
 Guerreiros ouvi;
 Sou filho das selvas,
 Nas selvas cresci;
 Guerreiros, descendo
 Da tribo Tupi.
 (Gonçalves Dias, 1944: 104)

Comparar os dois textos é um exemplo de como a tensão prosódica funciona. A regularidade rítmica v-vv- da redondilha menor usada por Gonçalves Dias mostra como um maior uso da intensidade diminui as extensões. Comparando-a com uma rítmica mais dispersa, usada por Mário Faustino em sua tradução, obtém-se o resultado inverso: menos intensão resulta em extensões mais amplas.

Essa tensão contínua determina uma categoria descontínua. Essa categoria permite traduzir essa continuidade em termos discretos quando o uso discursivo da modulação prosódica aparece materializado nas sílabas dividindo-as em tônicas e átonas. Trata-se novamente da categoria *identidade vs. alteridade*.

A continuidade entoativa é discretizada na descontinuidade dos constituintes que ela coloca em seqüência. O processo discursivo de marcações regulares entre sílabas tônicas e átonas permite a realização de identidades em meio às outras possibilidades na extensão da seqüência da entonação. Dessa maneira, a profundidade intensa determina identidades prosódicas em meio às alteridades possíveis que a profundidade extensa garante. Assim, acontece com a enunciação dos caracterizantes o mesmo que acontece com a enunciação dos constituintes. O processo discursivo os distribui da mesma maneira.

Na extensão entoativa da prosa os acentos intensos têm uma distribuição não regular, contrária à distribuição regular da poesia. O texto abaixo é do romance *A pata da gazela*, de José de Alencar (Alencar, 1981:25):

Sobre aquela botina via elevar-se como sobre um pedestal, um vulto de estátua, mas vago, indistinto; e contudo esse esboço sem formas sedutoras, aquela sombra sem alma e sem calor, lhe parecia de uma beleza deslumbrante. Não era ela a mulher a quem pertencia o mais formoso pé do mundo, o mimo, a obra prima da natureza?

A prosódia de José de Alencar tem a enunciação marcada assim:

-vvvv-vvvvv-vvv-vvv-, v-vv-, v-v, vv-v; vv-vv-vv-vvv-v, v-vvvv-vvv-, vvv-vvvv-vvv-v. vvv-vv-vvvv-vvv-v-v-v,v-v, vvv-vvvv-?

Neste soneto de Bocage, a prosódia tem um outro tratamento:

Debalde um véu cioso, ó Nise, encobre
Intactas perfeições ao meu desejo;
Tudo o que escondes, tudo o que não vejo
A mente audaz e alígera descobre.

Por mais e mais que as sentinelas dobre
A sisuda Modéstia, o cauto Pejo,
Teus braços logro, teus encantos bejo,
Por milagre da idéia afoita e nobre.

Inda que prêmio teu rigor me negue,
Do pensamento a indômita porfia
Ao mais doce prazer me deixa entregue.

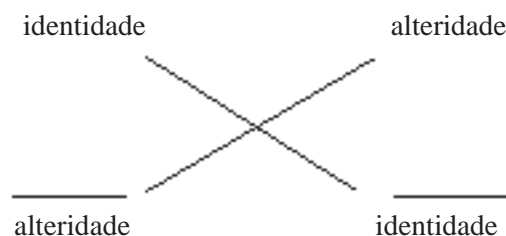
Que pode contra amor a tirania,

Se as delícias, que a vista não consegue,
Consegue a temerária fantasia?
(Bocage, s.d.: 33)

A prosódia v-vvv-vvv- marca toda a enunciação do texto. Na prosa de Alencar, usos idênticos e álteres de modulações são neutralizadas em uma distribuição sem regularidades, já no soneto de Bocage isso não acontece.

Os mecanismos discursivos e os caracterizantes da expressão

A categoria *identidade vs. alteridade* novamente é articulada em um quadrado semiótico, de modo que o uso do metatermo neutro na prosa é, como na enunciação dos constituintes, só uma das possibilidades de uso da enunciação da expressão.



No uso da enunciação, pode-se aplicar cada termo simples e seus contraditórios na distribuição sequencial dos caracterizantes do plano da expressão. Descreve-se, em seguida, cada uma das aplicações e seus resultados.

A identidade

O soneto de Bocage é um bom exemplo do uso da identidade de uma mesma regularidade prosódica. João Cabral de Melo Neto faz esse mesmo uso discursivo em seu poema *Cemitério Alagoano*, só que com uma modulação diferente:

Sobre uma duna da praia
o curral de um cemitério,
que o mar todo o dia, todos,
sopra com vento antissético.

Que o mar depois desinfeta
com água de mar, sanativa,
e depois, com areia seca,
ele enxuga e cauteriza.

O mar, que só preza a pedra,
que faz de coral suas árvores,
luta por curar os ossos
da doença de possuir carne,

e para curá-los da pouca
que de viver ainda lhes resta,
lavadeira de hospital,
o mar esfrega e reesfrega.
(Melo Neto, 1986: 134)

A repetição idêntica da modulação vv-vvv- caracteriza a enunciação em seqüência dos constituintes desse texto.

A não-identidade

A caracterização de uma seqüência enunciada pode, em seguida, ser transformada a partir dos mesmos elementos que foram modulados. Nesse tipo de caracterização, não há a afirmação de uma alteridade definida em relação a uma modulação anterior, mas há uma negação de uma identidade que é, por sua vez, também definida em relação a uma modulação.

Mário Faustino (Faustino, 1985: 115) usa este mecanismo na segunda estrofe da sua *Balada*:

(...)
Jogou-se contra um mar de sofrimentos
Não para pôr-lhes fim, Hamlet, e sim
Para afirmar-se além de seus tormentos
De monstros cegos contra um só delfim,
Frágil porém vidente, morto ao som
De vagas de verdade e de loucura.
Bateu-se delicado e fino, com
Tanta violência, mas tanta ternura!
(...)

Os dois últimos versos são modulados dessa maneira. O verso “Bateu-se delicado e fino, com” é enunciado assim v-vvv-vvv-, e o verso “Tanta violência, mas tanta ternura!” assim vvv-vvv-v-. Este último é a inversão da seqüência entoativa do outro:

v-vvv-vvv-⇒ vvv-vvv-v-

Há a negação de uma identidade a partir da inversão de seus caracterizantes.

A alteridade

Na descrição desse uso discursivo vale lembrar que, no percurso que está sendo seguido dentro das articulações do quadrado semiótico em questão, a afirmação de uma alteridade segue a negação de seu termo contrário, que afirma uma identidade. Se a negação da identidade é percebida quando se modifica a identidade de uma seqüência caracterizada com uma modulação específica, a afirmação de uma alteridade deve ser feita do mesmo modo.

No poema *Bacanal*, de Manuel Bandeira, há o uso desse mecanismo:

Quero beber! cantar asneiras
No esto brutal das bebedeiras
Que tudo emborça e faz e caco...
Evoé Baco!

Lá se me parte a alma levada
No torvelim da mascarada,
A gargalhar em doudo assomo...
Evoé Momo!

Lancem-na toda, multicores,
as serpentinas dos amores,
Cobras de lívidos venenos...
Evoé Vênus!

Se perguntarem: Que mais queres,
Além de versos e mulheres?...
-Vinhos!...o vinho que é o meu fraco!...
Evoé Baco!

O alfange rútilo da lua,
Por degolar a nuca nua
Que me alucina e que eu não domo!...
Evoé Momo!

A Lira etérea, a grande Lira!...
Por que eu extático desfira
em seu louvor versos obscenos,
Evoé Vênus!
(Bandeira, 1980: 45)

As estrofes têm os três primeiros versos modulados assim vvv-vvv- e o quarto e último verso modulado assim vv-v-, de modo que a afirmação da identidade dos primeiros contrasta com a afirmação da alteridade do último.

A não-alteridade

Os usos descritos até agora continuam sendo definidos dentro da dinâmica das articulações do quadrado semiótico da categoria em discussão. Também continuam encontrando o seu valor somente quando percebidos em uma seqüência de constituintes garantida por uma totalidade que os integre em um enunciado.

As mesmas questões levantadas pela negação de uma alteridade para os constituintes impõem-se

novamente: como descrever a negação de uma alteridade? Como perceber que uma alteridade foi negada sem se afirmar ainda uma identidade, considerando somente o plano da expressão?

Se antes as descrições dependiam de seqüências de constituintes, agora elas dependem de seqüências de caracterizações. Quando caracterizações são afirmadas e uma relação de *identidade vs. alteridade* é realizada, negar uma alteridade sem afirmar uma identidade consiste em descrever uma ocorrência que está no percurso semiótico que vai da alteridade para a identidade.

A omissão de uma seqüência prosódica deve corresponder ao uso discursivo que está sendo procurado. Na omissão, nega-se uma alteridade sem se afirmar uma identidade. Este trecho da *Harpa III-ao Sol*, das *Harpas Selvagens* de Sousândrade, pode demonstrar isso:

(...)
Corri terras em fora e passei mares,
Vi novos climas - sempre os mesmos homens!
Nem um só!...nem um só achei que o nome
Santo de amigo merecesse ao menos!
Ah! se um ente nascera, que eu amasse
Deste amor todo que meu peito espaça!
.....
Sublime erupção, nasceu minha alma!
.....
(...)
(Sousândrade, 1982: 117)

Depois do verso “Deste amor todo que meu peito espaça!”, caracterizado assim vvv-vvv-v-, há a indicação de uma suspensão da enunciação que logo é reiniciada no verso “Sublime erupção, nasceu minha alma!”, caracterizada assim v-vvv-vvv-. Este último uso é uma negação da identidade do uso anterior à suspensão da enunciação anterior. A caracterização vvv-vvv-v- foi invertida em v-vvv-vvv-, entre elas, porém, a suspensão, indicada assim “.....”, nega uma alteridade sem afirmar uma identidade.

Os processos discursivos e o plano da expressão

O modelo de L. Hjelmslev prevê a descrição do plano da expressão em constituintes e caracterizantes. Ambos são definidos na forma da língua, e não na sua substância. Assim, os constituintes são os componentes da forma da expressão que permitem uma sistematização em uma rede, e, a partir do que está sendo proposto, os caracterizantes são os responsáveis pela seqüencialização dos constituintes em discurso.

Os constituintes são os componentes que produzem os efeitos de descontinuidade do plano da expressão, e os caracterizantes os componentes que produzem os efeitos de continuidade. Por isso, os primeiros podem ser descritos em um sistema e, os segundos, como um processo desse sistema. Ambos permitem uma descrição em termos de tensividade: os constituintes são descritos em uma rede, que totaliza unidades definidas em relação a uma pluralidade de elementos; e os caracterizantes são descritos em uma curva de tensão, que representa formas de modulação possíveis de colocação em discurso.

As tensões contínuas, em que tanto os caracterizantes quanto os constituintes são definidos, permitem uma descrição em termos descontínuos na categoria *identidade vs. alteridade*. Essa categoria permite descrever usos da expressão tanto da colocação em discurso dos constituintes quanto dos caracterizantes.

Em síntese, a práxis enunciativa deve ser definida aqui como o uso da categoria *identidade vs. alteridade* sobre os recursos que os componentes da forma colocam à disposição do sujeito da enunciação.

Contrastes

As descrições acima, evidentemente, não são conduzidas a partir do nada, já que estão situadas dentro de uma tradição da pesquisas definida em meio aos estudos semióticos. As idéias de uma tradição de pesquisas, porém, contrastam com outras idéias em que influências e confluências devem aparecer.

Deve-se fazer, ao menos, três contrastes:

A retórica clássica

Há dois contrastes com a retórica clássica. O primeiro diz respeito ao objeto de estudos.

O objeto de estudo deste trabalho está dentro dos domínios da *elocutio*. Sua definição oscila entre o *aptum* e o *ornatus*, já que tanto a adequação quanto os ornamentos são resultado dos mecanismos que até agora se buscou descrever. O *ornatus* diz respeito à produção de mecanismos discursivos que atuam na construção do enunciado, e o *aptum* refere-se à adequação ou não deste enunciado dentro de uma determinada praxis discursiva. A diferença deve ser encontrada nos pontos de vista adotados.

A retórica clássica pressupõe um grau zero de língua que até agora as ciências da linguagem não conseguiram definir com precisão. As descrições feitas acima dizem respeito a mecanismos de discurso, que são ou não usados. Seus usos produzem efeitos de sentido porque fazem parte dos processos semióticos de discursivização, e não porque resultem de desvios de um padrão sem desvios. Trata-se, no caso, de processos discursivos, e não de virtudes da manipulação desses processos, como é o caso da retórica clássica.

O segundo contraste diz respeito ao método de descrição. A retórica clássica recorre, com frequência, às quatro categorias de alterações *adiectio*, *detractio*, *transmutatio* e *immutatio*. Nos mecanismos descritos, tanto no uso dos constituintes quanto dos caracterizantes, o paralelo é evidente. Quando os percursos sintagmáticos do quadrado semiótico foram percorridos para as descrições dos usos, a *identidade* contrasta com a *adiectio*, a *não-identidade* com a *transmutatio*, a *alteridade* com a *detractio* e a *não-alteridade* com a *immutatio*. Não se trata de uma homologação de dois quadrados semióticos. As quatro categorias de alterações não se articulam de acordo com a lógica que sustenta a construção do quadrado semiótica, já a categoria *identidade vs. alteridade* sim.

Como uma categoria do uso discursivo, a articulação da *identidade vs. alteridade* produz os efeitos que são sentidos como adição, subtração, inversões ou mudanças de componentes da linguagem

enunciados. Além do mais, as quatro categorias de alterações também pressupõem um grau zero do qual elas são desvios, enquanto as descrições acima não.

A retórica geral do grupo μ

Os fenômenos descritos são homólogos à descrição dos metaplasmos do grupo m (Dubois, 1974: 72-95), já que o objeto de estudos de ambos está no plano da expressão.

Há, no entanto, uma diferença fundamental. Quando os metaplasmos são estudados, deve-se considerar o plano do conteúdo como referência. Uma aférese, uma prótese, etc, necessitam de uma base vocabular para serem percebidas como uma alteração fonológica. Nas descrições acima, o plano da expressão foi isolado de uma maneira mais bem definida, já que, em nenhuma delas, o plano do conteúdo interferiu teoricamente. A ênfase dessas descrições foi na rede de fonemas e em sua colocação em discurso, e não em alterações na imagem acústica de um vocábulo. Além do mais, o grupo m não deixa muito claro, em sua descrição dos metaplasmos, o que é do domínio das “figuras de linguagem” e o que é do domínio da diacronia.

Há ainda dois contrastes a fazer. Em primeiro lugar, o grupo μ . não tem um modelo de discurso tão desenvolvido quanto o da Semiótica. Da mesma forma, não há em suas descrições uma diferença clara entre língua e discurso. Assim sendo, não há como definir as “figuras de linguagem” como mecanismos de discurso, de modo que o que resta é uma definição de grau zero da língua:

Tudo o que faz parte do código linguístico constitui uma norma, isto é, uma grau zero: ortografia, gramática, sentido das palavras. Juntamos a isso o código “lógico”, definido pela veracidade do discurso. Mas é evidente que todos os tipos de convenções mais ou menos tácitas podem dar lugar a desvios perceptíveis.
(Dubois, 1974: 57-58)

Depois, o grupo μ . recorre às quatro categorias de alterações sem articulá-las entre si, e também não mostra em qual domínio da língua ela opera. A categoria *identidade vs. alteridade* é semioticamente articulada, o que permite uma melhor coerência entre os termos de um teoria. Além disso, ela foi definida acima como uma operação de colocação em discurso.

A fala por versos de E. Sapir

Atravessando o oceano e ancorando em outra tradição lingüística, talvez seja possível responder a uma pergunta feita por Sapir em 1921 em seu texto *Os fundamentos musicais do verso* (Sapir, 1969: 119-141).

Analisando o verso livre, Sapir levanta uma questão sobre a nossa fala: será que falamos por versos sem saber? Por versos, talvez não, mas a forma lingüística dos versos é a mesma forma de qualquer outro tipo de enunciação. O que muda é o uso da língua, já que fazer poesia não é usar a língua como substância em uma forma literária, mas é usar a mesma forma da língua de modo diferente.

O termo complexo da categoria *identidade vs. alteridade*

O modelo proposto não estaria completo caso não fosse descrito o termo complexo da categoria *identidade vs. alteridade*. Seja nos constituintes, seja nos caracterizantes, a enunciação no plano da expressão dá-se em seqüência, de modo que a sua complexificação é diferente da complexificação que se dá no plano do conteúdo.

Assim como a neutralização do uso dos componetes da forma da expressão, essa complexidade tem limites que a substância da expressão determina. O que isso quer dizer? Este texto, de José de Alencar, faz parte do romance *O gaúcho*:

Muitas outras vezes, punha-se Manuel a observar a menina e a baia, e inadvertidamente se esquecia ao ponto de compará-las, como se fossem criaturas da mesma espécie: duas raparigas, uma ainda menina, e a outra já moça. Pareciam-lhe mais lindas que os anelados cabelos louros de Jacinta, as clinas negras e crespas da baia. Era alva a menina, alva como o leite derramado em uma conchinha de nácar. Ao irmão se afigurava que seria mais sedutora nas faces e pelo colo da mulher, uma tez ardente e voluptuosa como a tinha a Morena. Esbelteza de talhe, mimo de formas e graças titilantes de beija-flor, ninguém as possuía como a filha do Loureiro: e contudo aquela vigorosa carnação das ancas e o esgalgo dos rins, que debuxavam a estampa da baia, Manuel as contemplava com deleite. Devia de ser aquele o tipo da beleza na mulher.

De repente as duas criaturas se confundiam, ou antes se transfundiam. Esse vulto gracioso de menina crescia, tornava-se donzela e revestia as prendas que ele invejava da Morena, para uma bonita moça. E daí, dessa alucinação dos espíritos, surgia um sonho ou visão, que um poeta chamara seu ideal; mas para o rude gaúcho era apenas seu *feitiço*.

Essa visão tinha o moreno suave e o sorriso fagueiro da menina que ele vira em Jaguarão; mas sobretudo, a cintilação do olhar que lhe traspassara o coração como a faísca.

(Alencar, 1978: 78)

No nível fundamental do percurso gerativo do sentido, está prevista a articulação de uma categoria semântica que determina o mínimo de sentido de um discurso, de modo que Alencar discursiviza a categoria semântica *natureza vs cultura* no plano do conteúdo de seu texto, já que as figuras “baia” e “moça” concretizam, na semântica do discurso, essa categoria abstrata da semântica do nível fundamental. Assim enunciada, a natureza é um termo simples realizado pela figura da égua Morena, e a cultura é um termo simples realizado pela figura da moça Jacinta. Uma segunda menina, a Catita de Jaguarão, realiza o termo complexo da categoria ao final da citação.

A complexificação fonológica a que se refere acima não é assim. Articulando um metatermo complexo em uma mesma figura, Catita é, na altura citada do texto do romance, *natureza vs. cultura* ao mesmo tempo, pois o que está separado em termos simples em Morena e em Jacinta está complexificado em Catita.

A substância sonora do plano da expressão só permite uma enunciação em seqüência da categoria *identidade vs. alteridade* aplicada sobre a rede de fonemas, já que os fonemas são enunciados um após o outro, e não ao mesmo tempo. A complexificação da categoria *identidade vs. alteridade* está materializada em uma enunciação em que são usados os resultados da aplicação dessa categoria sobre a neutralidade que é realizada na prosa.

O silêncio

O silêncio pode ser definido como a suspensão do enunciado. No entanto, ele não deve ser confundido com a pausa poética, como a que aparece no texto de Sousândrade, analisada no tópico da *não-alteridade* aplicada aos caracterizantes da expressão. O silêncio da expressão pode ser considerado como uma suspensão da aplicação da categoria *identidade vs. alteridade* sobre os componentes (constituintes e caracterizantes) do plano da expressão. Quando ela é aplicada, realiza-se o termo neutro na prosa ou realizam-se as possíveis aplicações dos termos simples na complexificação da poesia.

O silêncio, entretanto, ou não é ainda língua, ou já não é mais ela. *O silêncio* é assim:

antes de existir computador existia tevê
antes de existir tevê existia luz elétrica
antes de existir luz elétrica existia bicicleta
antes de existir bicicleta existia enciclopédia
antes de existir enciclopédia existia alfabeto
antes de existir alfabeto existia a voz
antes de existir a voz existia o silêncio
o silêncio
foi a primeira coisa que existiu
um silêncio que ninguém ouviu
astro pelo céu em movimento
e o som do gelo derretendo
o barulho do cabelo em crescimento
e a música do vento
e a matéria em decomposição
a barriga digerindo o pão
explosão de semente sob o chão
diamante nascendo do carvão
homem pedra planta bicho flor
luz elétrica tevê computador
batedeira liquidificador
vamos ouvir esse silêncio meu amor
amplificado no amplificador
do estetoscópio do doutor
no lado esquerdo do peito esse tambor

Arnaldo Antunes
(Antunes, 1996)

O Plano do Conteúdo

O homem que é o *signifi-cado* de
todas as Linguagens.
(Algirdas Julien Greimas)

O postulado da isomorfia dos dois planos da linguagem está longe de ser uma matéria simples. Imaginar uma mesma forma para a expressão e para o conteúdo não é uma demonstração científica, é antes uma questão epistemológica, já que ela diz respeito a um ponto de vista específico de tratar a linguagem.

Há toda uma tradição dentro das ciências da linguagem articulada em torno desse postulado. Os trabalhos de F. Saussure, L. Hjelmslev e A. J. Greimas são desenvolvimentos da concepção de que a língua é forma. A isomorfia é um princípio. Ela é uma definição a partir da qual se dá um começo a uma teoria, de modo que sua concepção determina o tratamento dos dados analisados porque é próprio de um princípio determinar um caminho. Um princípio, porém, não é escolhido ao acaso, ele é pensado a partir do objeto como uma maneira apropriada de olhar para ele.

Se a língua é forma, e não substância, descrever a língua é procurar descrever essa forma. Se ela é uma forma, e não duas ou mais formas, é porque se deve pensar em uma forma que se materializa em dois planos de linguagem e não em uma forma para cada plano, ou até mesmo para cada nível de descrição lingüística. Trata-se de uma economia teórica cuja função é manter a coerência com o princípio.

Assim sendo, deve-se continuar seguindo a mesma tradição de pesquisa e o mesmo princípio, e procurar descrever o plano do conteúdo da mesma forma que foi descrito o plano da expressão.

A forma do conteúdo

No estudo realizado no plano da expressão, foi tomado como ponto de partida a definição de forma da língua de F. Saussure. Em seguida, recorreu-se às definições de L. Hjelmslev de constituintes e caracterizantes para descrever melhor essa forma da língua.

Como se tratava do plano de expressão, o modelo mais pertinente a seguir foi o de N. Trubetzkoy que, além de pertencer à mesma tradição de pesquisa, tem a qualidade de ser uma descrição detalhada do sistema fonológico, pois nele são considerados os seus elementos constituintes e também as relações entre eles. Enfim, N. Trubetzkoy mostrou com clareza o que é descrever um sistema.

O modelo de N. Trubetzkoy foi utilizado para descrever os constituintes da expressão. Para descrever os caracterizantes, recorreu-se à semiótica tensiva de J. Fontanille e C. Zilberberg. Há dois motivos para isso. Primeiro, tanto J. Fontanille quanto C. Zilberberg pertencem à tradição de pesquisas de A. J. Greimas que, por sua vez, pertence à de F. Saussure e L. Hjelmslev. A intenção é manter uma coerência histórica de pesquisa para não comprometer os resultados conseguidos. Depois, a terminologia da

semiótica tensiva é inspirada em L. Hjelmslev. J. Fontanille e C. Zilberberg desenvolvem, no *Tension et signification* (Fontanille e Zilberberg, 1998), os conceitos de intenso e extenso utilizados por L. Hjelmslev para definir os caracterizantes em sua Glossemática.

Com a finalidade de continuar mantendo o postulado da isomorfia, convém manter também a mesma metodologia de trabalho utilizada na descrição do plano da expressão. No entanto, algumas ressalvas devem ser feitas.

Se tanto o plano do conteúdo quanto o plano da expressão devem ser descritos da mesma maneira, já que se trata de matéria lingüística, há de se verificar por que é possível isolar esses dois planos para as descrições. Em outras palavras, que diferenças há entre o plano da expressão e o plano do conteúdo? Se há uma isomorfia, não deve estar na forma essa diferença. A diferença deve ser que no plano da expressão é realizada a materialidade sonora da linguagem, e no plano do conteúdo é realizada a sua materialidade conceitual.

Isso quer dizer que as articulações formais da língua devem estar conformadas com a substância de cada plano. O som tem uma materialidade física que é trabalhada pelo aparelho fonador de acordo com a forma da expressão. Esse trabalho tem um alcance que aparece no número limitado de fonemas por língua. Já com o plano do conteúdo é diferente.

Se o inventário de fonemas é fechado por causa da natureza física do som, o inventário de conceitos do plano do conteúdo é aberto, principalmente quando se trata de conteúdo lexical. Isso não quer dizer que há inúmeros conceitos em uma língua, mas sim que o sentido tem uma materialidade que permite relações conceituais de uma amplitude maior que as relações entre imagens acústicas. A rapidez das mudanças lexicais de uma língua, em comparação com as fonológicas, demonstra essa diferença, já que o sistema lexical de uma língua muda muito mais depressa que o seu sistema fonológico. Isso quer dizer que, se ao tratar do plano da expressão foi fácil descrever uma rede de fonemas, já não é tão fácil descrever uma rede de sememas.

Além do mais, se o som impõe, pela sua natureza física, uma realização em seqüência da rede de fonemas, o sentido permite realizações em paralelo da rede de sememas. Em uma metáfora, dois sememas ganham equivalência, e podem ser realizados simultaneamente. Essa é outra diferença entre a substância da expressão e a substância do conteúdo. Nesta canção de Chico Buarque de Holanda, por exemplo, enquanto a expressão é discursivizada em seqüência, de modo que um fonema é enunciado após o outro em modulações entoativas, no plano do conteúdo há a enunciação de um semema após o outro também, porém, com no mínimo dois níveis de leitura enunciados paralelamente: um do carnaval e outro da resistência armada.

Rio 42

Se a guerra for declarada
Em pleno domingo de carnaval
Verás que um filho não foge à luta
Brasil, recruta o teu pessoal

Se a terra anda ameaçada

De se acabar numa explosão de sal
Se aliste, meu camarada
A gente vai salvar o nosso carnaval
Vai ter batalha de bombardino
A colombina na Cruz Vermelha
Vai ter centelha na batucada
Rajada de tamborim

A melindrosa mandando bala
O mestre-sala curvando a Europa
A tropa do general da banda
Dançando samba em Berlim

Se a guerra for declarada
A rapaziada ganha na moral
Se aliste, meu camarada
A gente vai salvar o nosso carnaval
(Buarque, 1989: 230)

O percurso gerativo do sentido

A teoria semiótica não é uma teoria lingüística, é uma teoria sobre o sentido. Seu objeto de estudos não é a língua, e sim o plano do conteúdo de quaisquer sistemas semióticos. Devido à natureza sinuosa do conteúdo, podem-se seguir os patamares do percurso gerativo do sentido para determinar o domínio do conteúdo próprio para descrever os mecanismos que realizam “figuras de linguagem” nesse plano.

O nível fundamental é o primeiro patamar do percurso gerativo do sentido. Embora suas articulações apareçam materializadas nos textos verbais, elas não dizem respeito somente às realizações lingüísticas. Se nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, é possível isolar a categoria semântica fundamental *vida vs. morte*, em *Os retirantes* de Candido Portinari também. Trata-se do plano conteúdo, sem dúvida, porém, não se trata somente de língua, mas de qualquer sistema semiótico.

O segundo patamar do percurso gerativo do sentido é o nível narrativo. Se o nível fundamental demarca o ponto de vista antropológico da semiótica, na medida em que trabalha sobre universais semânticos, o nível narrativo demarca seu ponto de vista narratológico. O nível narrativo é o lugar do plano do conteúdo onde se descreve o efeito de sentido de narratividade de um texto. Partindo da tensão entre sujeito e objeto narrativos, definem-se dois enunciados elementares: os enunciados de ser e os enunciados de fazer. A articulação dos enunciados $\text{ser} \Rightarrow \text{fazer} \Rightarrow \text{ser}$ define um programa narrativo. Os programas narrativos, por sua vez, seguem percursos narrativos de manipulação, ação e julgamento. A articulação destes três percursos define o esquema narrativo. O esquema narrativo é um modelo que descreve a narratividade. Nele, ela está formalizada em uma equação que nos permite visualizar a narratividade como um modelo, e não como uma ocorrência. Ainda não há material lingüístico neste nível. A narratividade de *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, pode ser descrita do mesmo modo que a das *Memórias do cárcere* de Graciliano Ramos.

O terceiro e último patamar do percurso gerativo do sentido é o nível discursivo. Ainda no plano do conteúdo, nele está definido o sujeito de enunciação que converte as estruturas narrativas em discurso. Por meio de uma sintaxe discursiva, o enunciador actorializa, temporaliza e espacializa a narratividade desenvolvida no esquema narrativo. Com esse mecanismo, o enunciador distribui a pessoa, o tempo e o espaço no enunciado. Essa sintaxe é revestida por uma semântica. Temas são discursivizados e podem receber revestimentos figurativos. Ou seja, a discursivização sintática de pessoa, tempo e espaço conta com, pelo menos, um tema. O material desse tema deve ser, obviamente, de ordem histórica, logo, ele é ideológico. No nível discursivo, podem-se perceber os primeiros sinais de material lingüístico. Que ele pertence ao plano do conteúdo, não há dúvida, mas a colocação em discurso envolve uma relação entre sistema e processo semióticos que deve levar em conta o sistema semiótico discursivizado.

Enunciar é realizar em discurso tanto o esquema narrativo quanto a categoria semântica fundamental, independentemente da semiótica manifestada. Actorializar, temporalizar, espacializar e figurativizar já requer uma conformação com um sistema semiótico a ser usado para a conversão do discurso em texto. Por ser o último patamar do percurso gerativo do sentido, o nível discursivo é também aquele que está mais próximo do plano da expressão. Portanto, é nele que se pode definir, com mais segurança, o processo de um sistema semiótico qualquer, já que o discurso só produz sentido no processo que faz de um sistema semiótico.

A sintaxe discursiva

Em *As astúcias da enunciação* (Fiorin, 1996), J. L. Fiorin descreve a sintaxe discursiva. Nesse trabalho, ele verifica os mecanismos de actorialização, temporalização e espacialização no discurso. A análise é longa e minuciosa, porém os resultados finais satisfazem bem o princípio da economia teórica de um modelo.

No discurso estão contruídas duas instâncias: uma da enunciação e outra do enunciado. A enunciação produz o enunciado ao mesmo tempo que se constrói nele. O sujeito enunciador articula-se na enunciação enunciada e no enunciado enunciado por meio de mecanismos discursivos de debreagem e embreagem das categorias de pessoa, tempo e espaço. A essa altura da descrição semiótica, já há a necessidade do sistema para justificar o processo de um mecanismo discursivo. A debreagem define o sistema da distribuição de uma categoria, e a embreagem define como esse sistema pode ser processado em um efeito de sentido próprio do discurso. Debrear define uma referência à distribuição sistemática de uma categoria da sintaxe discursiva para com uma fonte enunciativa, enquanto embrear define como essa fonte enunciativa pode processar esse sistema em relação a ela. O enunciado pode aproximar-se dessa fonte quando ela aparece marcada na enunciação enunciada, e pode distanciar-se dela quando a elide no enunciado enunciado. A partir disso, percebe-se que a categoria *aproximação vs. distanciamento* regula um mecanismo básico do discurso, que é o da relação enunciação-enunciado.

J. L. Fiorin demonstra que a enunciação se relaciona com o enunciado pela categoria *aproximação vs. distanciamento*, ou seja, a instância da enunciação aproxima-se ou distancia-se da instância do enunciado de acordo com um processo específico. Esse processo determina efeitos de sentido próprios da sintaxe do nível discursivo. Assim sendo, a *aproximação* concretiza-se como subjetividade na categoria de pessoa, como conjunção, realidade e inacabado na categoria de tempo e como presentificação na categoria de espaço (Fiorin, 1996: 302). Já o *distanciamento* concretiza-se como objetividade na

categoria de pessoa, como deslocação, virtualidade e não-começado na categoria de tempo e como absenteização na categoria de espaço (Fiorin, 1996: 302).

O mecanismo discursivo que a categoria *aproximação vs. distanciamento* regula é semiótico, pois ele descreve o processo da sintaxe discursiva para qualquer sistema semiótico. No entanto, quando há uma discursivização, ela necessariamente vai definir um sistema a ser processado, e esse sistema já é um sistema semiótico determinado.

Em seu trabalho, J. L. Fiorin utiliza, em todas as suas demonstrações, o sistema lingüístico da língua portuguesa. Caso se tratasse de pintura, para dar o exemplo de um sistema semiótico não-verbal, como iria concretizar-se a categoria *aproximação vs. distanciamento* na relação enunciação-enunciado? Quando no discurso se define um sistema a partir da sintaxe discursiva semiótica, já houve a conversão das estruturas gerais do percurso gerativo do sentido em um sistema semiótico determinado. O conteúdo já é o conteúdo de um tipo de expressão. Quando Fiorin mostra a relação processo-sistema, o que está descrito é como a categoria *aproximação vs. distanciamento* regula a actorialização, a temporalização e a espacialização no sistema lingüístico da língua portuguesa. O que começa em teoria semiótica termina em teoria lingüística, pois os conteúdos actorializados, temporalizados e espacializados são conteúdos lingüísticos.

A semântica discursiva

De acordo com o modelo do percurso gerativo do sentido, há uma semântica no nível discursivo que é descrita em dois processos: a tematização e a figurativização. O tema é de ordem conceitual e pode ou não ser recoberto por figuras, que remetem ao mundo natural. Essa relação tema-figura é discutida mais adiante com mais atenção, por enquanto, o que interessa é descrever a relação sistema-processo na discursivização de uma semântica.

J. L. Fiorin descreveu como as categorias de pessoa, tempo e espaço são usadas no discurso, mas antes descreveu suas respectivas sistematizações lingüísticas. Como os temas e as figuras são realizados lingüisticamente? Através da lexicalização. Mas é através dela que as três categorias da sintaxe discursiva são realizadas também.

Cabe aqui um outro retorno aos conceitos clássicos da Lingüística, para rever o conceito de primeira articulação da linguagem. Colocando à parte as terminologias próprias de cada autor que trata do tema, fica evidente que é o conceito de signo mínimo que norteia quaisquer considerações a respeito dessa articulação da língua. O modelo da dupla articulação da linguagem é bem adequado para a descrição de sistemas, aliás, ele é próprio das pesquisas cujo objeto é o sistema lingüístico. Sua eficácia descritiva é tamanha que uma morfossintaxe pode ser proposta. Uma concepção morfossintática tem, pelo menos, duas qualidades operativas para a Lingüística. Primeiro, com ela tanto as operações sintáticas quanto as morfológicas podem ser descritas como signos mínimos. Depois, o nível lexical passa a ter uma descrição dentro da sintaxe definida em signos mínimos dessa morfossintaxe. O sistema morfossintático pode ser definido, portanto, em termos de uma rede de signos mínimos.

Afirmou-se que é através da lexicalização que os temas e as figuras são realizados lingüisticamente. Com o modelo de uma rede de signos mínimos, a lexicalização e sua distribuição textual passam a ser

descritas como a realização de uma rede morfossintática. Desse modo, a realização dos temas e das figuras deve ser procurada no signo mínimo.

Voltando ao que é semiótico e ao que é propriamente lingüístico no nível do conteúdo, considera-se que o nível discursivo é definido em termos de uma sintaxe e de uma semântica. Isso é semiótico. Na sintaxe descrevem-se as colocações das categorias de pessoa, tempo e espaço no enunciado, de modo que a cada uma delas corresponde um sistema de formação de disposições sintáticas. Isso também é semiótico. Quando esses sistemas são discursivizados, esse sentido semiótico é já o conteúdo de um signo mínimo. Caso o sistema semiótico seja um sistema verbal, isso agora é lingüístico, não é mais semiótico.

O mesmo deve acontecer com a semântica discursiva. Nessa semântica, descrevem-se as colocações discursivas de temas e figuras. Por enquanto, deve-se considerar isso como semiótico. Esses conteúdos, porém, quando discursivizados, estão de acordo com o sistema semiótico utilizado em sua discursivização. Assim, em concordância com o que acontece com a sintaxe discursiva, caso o sistema semiótico seja um sistema verbal, isso agora é lingüístico, não é mais semiótico. Esses temas e figuras são, quando lexicalizados, conteúdos de signos mínimos também.

Se é lingüístico, trata-se da discursivização de um sistema de conteúdos lingüísticos. Esses conteúdos só são definidos assim em função de uma expressão também lingüística. Quando se trata de um sistema verbal, a forma fonológica da expressão gera um sentido sonoro que só se realiza linearmente, ou seja, um fonema após o outro. Assim, embora o conteúdo só se realize como uma totalidade, a realização linear da expressão confere ao conteúdo aspectos também lineares, já que a leitura de qualquer texto verbal mostra quanto uma palavra vem sempre depois da outra.

O próximo passo é descrever a discursivização de conteúdos lingüísticos tanto em seus aspectos lineares quanto em seus aspectos totalizantes. Os seus aspectos lineares são aqueles que se realizam em seqüência, já que a linearidade de expressão faz com que, no texto verbal, um semema seja realizado após o outro. Os seus aspectos totalizantes são aqueles que se realizam em paralelo, pois é na totalidade do texto que seus níveis paralelos de leitura podem ser determinados.

Os elementos constituintes

Em seus *Prolegomenos a uma teoria da linguagem* (Hjelmslev, 1975), L. Hjelmslev define o conceito de figura para o conteúdo e para a expressão (Hjelmslev, 1975: 47-52). Se o fonema é o mínimo de uma forma de expressão, o mínimo de conteúdo deve ser a forma do conteúdo de um signo mínimo. É esse conteúdo que é definido como o elemento constituinte de uma rede de conteúdos lingüísticos. Se as figuras do plano da expressão são chamadas fonemas, pode-se chamar essas figuras do plano do conteúdo de sememas. Pode-se definir, então, uma rede de sememas como um sistema semântico de conteúdos lingüísticos. Essa rede deve ser organizada de acordo com domínios de experiência conceituais, e não mais em termos da articulação de componentes do aparelho fonador, como é o caso da rede de fonemas.

Para manter o princípio da isomorfia dos dois planos lingüísticos, deve-se descrever o conteúdo nos mesmos termos em que o plano da expressão foi descrito. Definido o constituinte do conteúdo, deve-se procurar agora uma definição sua em termos tensivos.

Quando se tratou do plano da expressão, foram citados estes versos de Gregório de Matos:

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo.
(Matos, 1968: 44)

Seguindo o poeta barroco, o que define um semema é a relação que se estabelece entre ele e os demais sememas da rede. É nisso que os procedimentos metodológicos de comutação e covariação para determinar um mínimo de conteúdo estão baseados. Essa determinação é extensa, ela baseia-se na rede para isolar seus elementos. Isso garante *o todo que é parte*, mas *a parte que é todo* só é isolada porque ela é a presença intensa de um elemento na extensão da rede. Esse deve ser o valor de um semema em termos tensivos e contínuos: ele é um constituinte intenso dentro da extensão de uma rede semântica.

Essa tensão contínua determina uma categoria descontínua que permite traduzir essa continuidade em termos discretos quando os mínimos de conteúdo são determinados em comutações e covariações: tem-se, novamente, a categoria *identidade vs. alteridade*. A profundidade intensa determina a identidade de um constituinte e a profundidade extensa a sua alteridade. É na tensão dialética desses dois termos que um semema é definido como uma grandeza descontínua.

A enunciação dos constituintes

Quando a rede semântica é discursivizada, há uma distribuição neutra desses constituintes semêmicos no plano do conteúdo. A neutralidade continua a ser entendida na terminologia de quadrado semiótico. Detendo-se agora na linearidade da disposição desses sememas em discurso no plano do conteúdo, a neutralização da categoria *identidade vs. alteridade* passa a garantir um fluxo distintivo próprio da semântica, além de garantir, também, o aspecto linear da discursivização do plano do conteúdo verbal.

Este trecho de *A causa secreta*, de Machado de Assis, é um exemplo do aspecto linear da colocação dos sememas em discurso:

Garcia lembrou-se que, na véspera, ouvira ao Fortunado queixar-se de um rato, que lhe levava um papel importante; mas estava longe de esperar o que viu. Viu Fortunato sentado à mesa, que havia no centro do gabinete, e sobre a qual pusera um prato com espírito de vinho. O líquido flamejava. Entre o polegar e o índice da mão esquerda segurava um barbante, de cuja a ponta pendia o rato atado pela cauda. Na direita tinha uma tesoura. No momento em que o Garcia entrou, Fortunato cortava ao rato uma das patas; em seguida desceu o infeliz até à chama, rápido, para não matá-lo, e dispôs-se a fazer o mesmo à terceira, pois já havia cortado a primeira. Garcia estacou horrorizado.
-Mate-o logo! disse-lhe.
-Já vai.

E com um sorriso único, reflexo de alma satisfeita, alguma cousa que traduzia a delícia íntima das sensações supremas, Fortunato cortou a terceira pata ao rato, e fez pela terceira vez o mesmo movimento até a chama. O miserável estorcia-se, guinchando, ensangüentado, chamuscado, e não acaba-

va de morrer. Garcia desviou os olhos, depois voltou-os novamente, e estendeu a mão para impedir que o suplício continuasse, mas não chegou a fazê-lo, porque o diabo do homem impunha medo, com toda aquela serenidade radiosa da fisionomia. Faltava cortar a última pata; Fortunato cortou-a muito devegar, acompanhando a tesoura com os olhos; a pata caiu, e êle ficou olhando para o rato meio cadáver. Ao descê-lo pela quarta vez, até a chama, deu ainda mais rapidez ao gesto, para salvar, se pudesse, alguns farrapos de vida.

Garcia, defronte, conseguira dominar a repugnância do espetáculo para fixar a cara do homem. Nem raiva, nem ódio; tão somente um vasto prazer, quieto e profundo, como daria a outro a audição de uma bela sonata ou a vista de uma estátua divina, alguma cousa parecida com a pura sensação estética. Pareceu-lhe, e era verdade, que Fortunato havia-o inteiramente esquecido. Isto posto, não estaria fingindo, e devia ser aquilo mesmo. A chama ia morrendo, o rato podia ser que tivesse ainda algum resíduo de vida, sombra de sombra; Fortunato aproveitou-o para cortar-lhe o focinho e pela última vez chegar a carne ao fogo. Afinal deixou cair o cadáver no prato, e arredou de si tôda essa mistura de chausco e sangue.

(Machado de Assis, 1959: 117-119)

É evidente que o sentido completo do texto só é apreendido em sua integralidade, porém, a sua apresentação é linear, caso contrário, não há como explicar que as palavras seguem umas após às outras.

Já que o conceito de palavra foi utilizado para descrever o fenômeno que está sendo estudado, convém definir melhor como ele é utilizado nas descrições abaixo. A palavra realiza-se no plano da expressão e no plano do conteúdo. A expressão é de ordem linear, e isso faz com que parcelas do sentido total do texto sejam realizadas linearmente também. Mais do que uma solução teórica, acredita-se que essa seja uma propriedade dos sistemas semióticos verbais. Como se descreve agora o plano do conteúdo, interessa, por enquanto, essa distribuição linear dos sememas das palavras disseminadas no texto.

No texto de Machado há uma distribuição regular desses sememas. Há palavras repetidas, sem dúvida, mas é diferente do que Drummond faz neste trecho do poema *Passagem da noite* (Drummond de Andrade, 1983: 127):

É noite. Sinto que é noite
Não porque a sombra descesse
(bem me importa a face negra)
Mas porque dentro de mim,
no fundo de mim, o grito
se calar, fez-se desânimo.
Sinto que nós somos noite,
que palpitamos no escuro
e em noite nos dissolvemos.
Sinto que é noite no vento,
noite nas águas, na pedra
E que adianta uma lâmpada?
E que adianta uma voz?
É noite no meu amigo.
É noite no submarino.
É noite na roça grande

Além do conjunto “O vento varria”, há a iteração de “frutos”, de “flores” e de “folhas”. Se no exemplo de Drummond trata-se basicamente de conteúdos lexicais repetidos, no poema de Bandeira, além de conteúdos lexicais, há a iteração de conteúdos gramaticais que formam a oração “O vento varria”. Neste trecho do texto *Tudos* (Antunes, 1993: 3-4), de Arnaldo Antunes, repete-se também um conteúdo gramatical:

Os nomes dos bichos não são os bichos.
Os bichos são:
macaco gato peixe cavalo vaca elefante baleia galinha.

Os nomes das cores não são as cores.
As cores são:
preto azul amarelo verde vermelho marrom.

Os nomes dos sons não são os sons.
Os sons são.

Só os bichos são.

Só as cores são.

Só os sons são.

som são

nome não

Deve-se ter atenção para o fato de que, por enquanto, o semema tem uma definição próxima da definição de conteúdo de um signo mínimo. Cabem, então, duas considerações: os signos mínimos são definidos em uma rede morfossintática, e os conteúdos desses signos mínimos são definidos em uma rede semântica. Como são conteúdos lingüísticos, há conteúdos lexicais e conteúdos gramaticais como elementos constituintes do plano do conteúdo, portanto, o termo da *identidade* pode incidir tanto nos primeiros quanto nos segundos.

A não-identidade

Na enunciação linear do conteúdo por meio da disposição lexical, uma seqüência de constituintes pode ser realizada e, em seguida, ser transformada a partir dos mesmos elementos que a constituem. Nesse uso dos constituintes não há a afirmação de uma alteridade definida em relação a uma seqüência de elementos, mas que há uma negação de uma identidade que, por sua vez, também é definida em relação a uma seqüência. Este primeiro quarteto do soneto *Nel mezzo del camin...* (Bilac, 1977: 123), de Olavo Bilac, é um bom exemplo desse uso:

Ceguei.Chegaste. [Vinhas fatigada
E triste, e triste e fatigado eu vinha],

[Tinhas a alma de sonhos povoada,
E a alma de sonhos povoada eu tinha]...

Nesse quarteto, duas seqüências foram demarcadas entre parênteses. Em ambas há a inversão de uma seqüência de constituintes, pois na primeira há /Vinhas fatigada E triste/⇒/triste e fatigado eu vinha/, e na segunda há /Tinhas a alma de sonhos povoada/⇒/a alma de sonhos povoada eu tinha/. Não há a afirmação de uma alteridade, e sim a negação de uma identidade realizada a partir de uma manipulação dos constituintes que a formam.

A alteridade

Assim como na descrição do plano da expressão, no percurso que está sendo seguido dentro das articulações do quadrado semiótico gerado pelos contrários *identidade vs. alteridade*, a afirmação de uma alteridade está logo após a negação de seu termo contrário, que afirma uma identidade. Se a negação da identidade é percebida quando se modifica a identidade de uma seqüência de constituintes enunciados, a afirmação de uma alteridade deve ser também feita do mesmo modo.

O poema *Traduzir-se*, de Ferreira Gullar, é um exemplo desse uso:

Uma parte de mim
é todo mundo:
outra parte é ninguém
fundo sem fundo.

Uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.

Uma parte de mim
pesa, pondera:
outra parte
delira.

Uma parte de mim
almoça e janta:
outra parte
se espanta.

Uma parte de mim
é permanente:
outra parte
se sabe de repente.

Uma parte de mim

é só vertigem:
outra parte
linguagem.

Traduzir *uma* parte
na *outra* parte
-que é uma questão
de vida ou morte-
será arte?
(Gullar, 1981: 437-438)

Foram demarcadas no texto duas palavras: “uma” e “outra”. A discursivização dessas duas palavras implica a discursivização de seus sememas. Na seqüência enunciativa, eles ocorrem de modo a construir uma oposição articulada em torno de uma *alteridade* entre constituintes de uma rede semântica.

Cabe ainda, neste tópico, a mesma observação feita para o plano da expressão. Não se mudou o enfoque para o nível lexical. As palavras são unidades de comportamento verbal que implicam análises tanto da expressão quanto do conteúdo. Se enquanto foi descrito o plano da expressão o conteúdo não era pertinente para o que se pretendia demonstrar, então, agora é a expressão que perde a sua pertinência na discursivização do plano do conteúdo lingüístico.

A não-alteridade

Todos os usos descritos acima continuam definidos dentro da dinâmica das articulações do quadro semiótico da categoria *identidade vs. alteridade*. Assim como os constituintes da expressão, os constituintes do conteúdo também encontram o seu valor somente quando percebidos em uma seqüência de constituintes garantida por uma totalidade que os integre em um enunciado.

Como descrever, para o conteúdo, a negação de uma alteridade? A questão que se coloca agora, tal como aconteceu quando se descreveu o plano da expressão, não é tão evidente quanto nos tópicos anteriores. Como perceber que uma alteridade foi negada sem afirmar-se ainda uma identidade de constituintes do plano do conteúdo? Para garantir o princípio da isomorfia dos dois planos da linguagem, para o plano do conteúdo também há, no modelo de constituintes utilizado, a previsão de constituintes centrais e marginais. Há, portanto, a previsão de uma sintaxe que determina a colocação em discurso desses constituintes. Como as descrições dependem de seqüências de constituintes, considerar a frase ganha especial pertinência agora.

Deve-se, no entanto, evitar contradições. Se nas definições acima se considera uma rede morfossintática, isso quer dizer que as relações frasais então previstas nos constituintes morfológicos da rede, portanto, não há a necessidade da definição de uma sintaxe independente dessa morfologia. Na Glossemática, devido a uma concepção sistemática de língua, L. Hjelmslev define os constituintes do conteúdo considerando os radicais centrais e os afixos marginais, e define as desinências verbais como caracterizantes extensos e as desinências nominais como caracterizantes intensos. Concordando com a concepção do autor dos *Prolegômenos* de que é a forma que gera a substância, pode-se definir constitu-

intes e caracterizantes de modo diferente. Como a caracterização é definida mais adiante quando a modulação do sentido for definida, por enquanto prefere-se definir os constituintes verbais como centrais e os constituintes nominais como marginais.

Assim como a sílaba define uma organização para os constituintes da expressão, a frase define uma organização para os constituintes do conteúdo. Os constituintes verbais centralizam uma relação entre constituintes nominais através de suas propriedades de concordância e regência²⁸. Essa definição traz algumas vantagens. Em primeiro lugar, os radicais e os afixos passam a ser centrais quando constituem um verbo e marginais quando constituem um nome. Depois, os conceitos de caracterização intensa e extensa podem ser utilizados em modulações de sentido dentro da rede semântica do plano do conteúdo.

Essa relação de centralidade e marginalidade dos constituintes do conteúdo é de ordem estrutural, mas sua realização lingüística é linear. Do mesmo modo que no plano da expressão, a ocorrência que se descreve está entre o percurso semiótico que vai da alteridade para a identidade. Assim, quando uma frase é discursivizada incompletamente, a afirmação da alteridade dos constituintes é negada sem afirmar uma identidade. Dessa maneira, percebe-se o efeito de sentido da ausência de constituintes onde eles deveriam aparecer.

Um exemplo desse uso ocorre neste *Poema da colonização*, de Oswald de Andrade:

No baile da Corte
Foi o Conde d'Eu quem disse
Pra Dona Benvinda
Que farinha de Suruí
Pinga de Parati
Fumo de Baependi
É comê bebê pitá e caí
(Andrade, 1978: 95)

As elipses do último verso podem ser desfeitas em:

- Alguém comê a farinha de Suruí
- Alguém bebê a pinga de Parati
- Alguém pitá o fumo de Baependi
- Alguém caí

Assim desfeitas, a relação de centralidade e marginalidade aparece e justifica um efeito de sentido que se realiza a partir da forma do conteúdo desses constituintes.

A enunciação dos caracterizantes

Nas perspectivas deste trabalho, como definir os caracterizantes do plano do conteúdo? Sabe-se

²⁸ A proposta da análise estemática de Tesnière, em seus *Éléments de syntaxe structurale*, descreve como isso acontece (Tesnière, 1965).

que não pode ser como L. Hjelmslev definiu os caracterizantes desse plano. No modelo de L. Hjelmslev, os caracterizantes intensos são as desinências nominais e os caracterizantes extensos são as desinências verbais. Prefere-se, pelas razões apontadas, tratar os nomes como constituintes marginais e os verbos como constituintes centrais pois, assim, foi possível descrever os mecanismos discursivos enfocados quando se tratou da enunciação dos constituintes. Como tratar a enunciação dos caracterizantes? Trata-se, antes de tudo, de uma questão de lexicalização.

Utilizou-se, nas demonstrações anteriores, a definição de uma rede semântica, porém, não se descreveu qual o estatuto dessa definição. Há um discurso metalingüístico que traduz essa rede para os falantes de uma língua natural: o dicionário. O dicionário é o discurso da língua sobre um sentido conceitual a ser formado em seus lexemas. Surge, assim, uma questão: o dicionário pode ser o discurso absoluto e conclusivo de uma cultura, ou pode ser o discurso onde polêmicas de uma mesma cultura estão articuladas. Somente uma consulta ao próprio dicionário pode resolver a questão.

Em 1996, Valerie Steele publicou um ensaio chamado *Fetish-fashion, Sex & Power*, traduzido para o português no ano seguinte. Mais anedótico que científico, em seu trabalho traça-se uma relação entre a moda e o fetichismo. Em termos semióticos, em seu texto são descritas relações entre a moda e as conotações sexuais. Há em seu texto algumas passagens interessantes para solucionar a questão sobre as conclusões lexicais do dicionário. No trabalho de V. Steele, há uma discussão, ainda que um pouco tosca, a respeito das definições de fetichismo. Entre as tantas que a autora apresenta, as únicas que são pertinentes para a questão discutida são as que dizem respeito ao fetichismo sexual.

Há, em seu texto (Steele, 1977), estas duas passagens. Uma é uma definição:

A associação de desejo ardente com a idéia de certas partes da pessoa feminina, ou certos artigos do vestuário feminino.
(Steele, 1997:19).

A outra é uma pergunta:

Será que o estado patológico é meramente uma modificação quantitativa do estado normal?
(Steele, 1997:19).

Na primeira, define-se fetichismo com partes da mulher ou com elementos do vestuário e como uma paixão. Na segunda, coloca-se a questão da medida e do excesso. O “desejo ardente” é uma tematização do desejo sexual, mas não apenas isso, pois a adjetivação “ardente” sugere um conteúdo passional que semiotiza esse desejo sexual como uma paixão, a luxúria. A resposta para a pergunta sobre o estado quantitativo pode ser, em termos semióticos, traduzida assim: como o julgamento de medida e de excesso pode converter o desejo sexual em uma paixão fetichista? A resposta é uma moralização, e é nessa moralização que as conotações sociais são sociossemiotizadas. Quem dá essa resposta? No próprio texto de Steele, há posições discordantes sobre o valor exato dessa medida. Há em seu texto duas declarações de entrevistas que demonstram isso:

- Fora da cama, David é um homem com quem toda moça quer se casar. Mas ele não faz amor comigo a menos que eu use os meus sapatos de salto alto na cama.
(Steele, 1997:14)

- Não posso aceitar ‘fetichismo’ porque me arriscaria a ser chamado de fetichista e odeio a imputação... de perversidade sexual.
(Steele, 1997:12)

A primeira declaração é da esposa de um fetichista e a segunda declaração é de um fetichista. Em ambas, há um questionamento da moralização. A esposa de David incomoda-se com o excesso e, o outro fetichista, com a medida. O fetichista incomoda-se tanto, a ponto de fugir do lexema “fetichista” pela sua definição moralizada em “perversidade sexual”. Enfim, o que se discute nas duas declarações é quando o desejo sexual é moralizado e convertido em luxúria. O que se pode deduzir em torno da passionalização é que, longe de se tratar de definições precisas, verifica-se que uma paixão é a realização de uma tensão articulada em torno da categoria *medida vs. excesso*. A moralização do fetichismo como luxúria, por exemplo, dá-se em torno de uma polêmica conceitual em torno da definição de sexualidade. A forma semiótica de uma paixão determinará a sua substância conceitual, é com isso que o fetichista da segunda declaração está tão preocupado.

Em termos de domínio semântico, que é a sexualidade?

sexualidade

1. Qualidade de sexual
2. O conjunto de fenômenos da vida sexual
3. Sexo

sexo

1. Conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e nos vegetais, atribuindo-lhes um papel determinado na geração e conferindo-lhes certas características distintivas.
 2. Sensualidade, volúpia, lubricidade.
- (Aurélio, 1995)

A sexualidade é o que é relativo ao sexo, evidentemente. Há uma semântica fundamental *natureza vs. cultura* na semiótica das duas definições do lexema “sexo”. A definição 1 semantiza a natureza e a definição 2 semantiza a cultura. Há, portanto, uma cultura sexual que pode ser traduzida em lubricidade ou luxúria. Isso também é sexo, não somente os dados biológicos da definição 1. A sexualidade é esse complexo.

Essa cultura sexual é definida em termos passionais como volúpia e lubricidade. O desejo sexual já está convertido em paixão por uma moralização própria dessa semantização da cultura. Ninfomania, satirismo, sadomasoquismo, fetichismo, e todas as demais paixões eróticas são paixões de uma cultura sexual que é semantizada assim: uma forma semiótica gera um sentido de excesso de sexo, que define uma paixão em contraste com uma posição neutra de sexo semantizada como natural. Esta será a medida, a outra, a paixão erótica, o excesso.

Recorrendo novamente à passagem do texto de V. Steele em que se relata a recusa de um fetichista em ser chamado assim: - “Não posso aceitar ‘fetichismo’ porque me arriscaria a ser chamado de fetichista e odeio a imputação... de perversidade sexual.” (Steele, 1997:12), pode-se verificar que, para que isso não aconteça, os fetichistas cunharam a palavra “entusiasta” (Steele, 1997:12).

Pelo que se pode estudar a partir das definições do dicionário, o sexo estava semantizado na

definição1 como natureza e na definição2 como cultura. A passionalização só aparece na definição2, na qual a sensualidade equivale à luxúria. A partir disso, tudo aquilo que, em termos de sexualidade, foge do domínio da natureza, é paixão erótica.

O que se pode verificar, então, é que há um discurso no dicionário que define a sexualidade em termos naturais normais e em termos culturais passionais. Há ainda uma timia que disforiza essas paixões como perversões de um grau normal. Há ainda aqueles que não concordam com isso a ponto de, no caso do fetichismo, haver a cunhagem de termo “entusiasta” para, com um novo lexema, um novo sentido ser formado sem o conteúdo disfórico de perversidade. São os fetichistas fazendo o seu próprio dicionário.

Pode-se concluir, portanto, que o dicionário, quando muito, é o discurso de uma parcela da sociedade que forma seus sentidos próprios nos domínios da cultura. Esses sentidos são definidos em relação polêmica uns com os outros, só que não a partir deles mesmos, mas a partir das formas que os constroem semioticamente. A oposição lexical fetichista vs. entusiasta é um exemplo disso.

A demonstração anterior foi elaborada a partir do discurso do dicionário e também da discussão sobre o sentido de um lexema. Essa discussão mostra que, quando a metalinguagem que define um lexema é colocada em discurso, o dicionário não é a única voz a definir um sentido que é o correto e sempre o mesmo, o dicionário é mais um discurso sobre o sentido, nunca o único.

Em sua *Linguagem e ideologia*, J. L. Fiorin demonstra, quando analisa o conteúdo lexical, que o discurso constrói o sistema (Fiorin, 1988: 52-60). Acaba-se de demonstrar a mesma coisa. Estudando a fonologia com mais atenção, constata-se que, também no plano da expressão, acontece o mesmo. É no uso do sistema fonológico que esse sistema pode ser construído. As leis fonéticas são leis de uso, já que uma consoante surda, entre duas vogais sonoras, só pode sonorizar-se no uso lingüístico, e foi o uso do Latim que fez transformações como uerbum>verbo e introduziu o fonema sonoro /v/ no sistema fonológico do Português. Isomorficamente, o discurso é que determina o sistema tanto no plano do conteúdo quanto no plano da expressão. No plano do conteúdo, ele determina o sistema semântico, e no plano da expressão, ele determina o sistema fonológico.

O dicionário cria um efeito de sentido de denotação lexical. Vem daí a construção semiótica de sua autoridade. Nele, a rede semântica é estruturada com uma modulação intensa de sentido. Desse modo, os sememas valem pela suas identidades de sentido. É necessário, agora, um retorno ao percurso gerativo do sentido. A semântica discursiva, como se sabe, é descrita em termos de temas e figuras. Sabe-se também que, para L. Hjelmslev, a forma é que gera a substância, contrariamente à posição de F. Saussure. Se as figuras são referências ao mundo natural, A. J. Greimas concorda mais com F. Saussure que com L. Hjelmslev. A. J. Greimas também postula que o conteúdo das línguas naturais é a expressão do mundo natural, o que concorda mais com a concepção de signo de F. Saussure do que com a concepção de signo de L. Hjelmslev.

Preferindo concordar com L. Hjelmslev, deve-se verificar como a forma lingüística gera a substância da tematização e da figurativização, do que imaginar temas recobertos por figuras para, depois, indicar que um plano de expressão qualquer pode realizá-las em um texto.

Como a língua figurativiza e tematiza? As figuras e os temas são de ordem semiótica. Em prin-

cípios semióticos, toda a semântica do nível discursivo do plano do conteúdo pode ser descrita assim. Deve-se saber como a língua lexicaliza temas e figuras através de uma rede semântica estruturada em sememas. Pode-se partir do postulado de que é necessário no mínimo um tema para a coerência semântica de um discurso. Esse tema é definido semioticamente no discurso, e não com referência a algo exterior a ele.

Se no dicionário isolaram-se os efeitos de sentido denotativos, convém isolar, agora, os efeitos conotativos em um poema.

Elegia: Indo para o Leito

Jonh Donne

tradução de Augusto de Campos

Vem, Dama, vem, que eu desafio a paz;
Até que eu lute, em luta o corpo jaz.
Como o inimigo diante do inimigo,
Canso-me de esperar se nunca brigo.
Solta esse cinto sideral que vela,
Céu cintilante, uma área ainda mais bela.
Desata esse corpete constelado,
Feito para deter o olhar ousado.
Entrega-te ao torpor que se derrama
De ti a mim, dizendo: hora da cama.
Tira o espartilho, quero descoberto
O que ele guarda, quieto, tão de perto.
O corpo que de tuas saias sai
É um campo em flor quando a sombra se esvai.
Arranca essa grinalda armada e deixa
Que cresça o diadema da madeixa.
Tira os sapatos e entra sem receio
Nesse templo de amor que é o nosso leito.

Os anjos mostram-se num branco véu
Aos homens. Tu, meu anjo, és como o céu
De Maomé. E se no branco tem contigo
Semelhança aos espíritos, distingo:
O que o meu anjo branco põe não é
O cabelo mas sim a carne em pé.
Deixa que a minha mão errante adentre
Atrás, na frente, em cima, em baixo, entre.
Minha América! Minha terra à vista,
Reino de paz, se um homem só a conquista,
Minha mina preciosa, meu império,
Feliz de quem penetre o teu mistério!
Liberto-me ficando teu escravo;
Onde cai minha mão, meu selo gravado.

Nudez total! Todo o prazer provém
De um corpo (como a alma sem corpo) sem
Vestes. As jóias que a mulher ostenta
São como as bolas de ouro de Atalanta:
O olho do tolo que uma gema inflama
Ilude-se com ela e perde a dama.
Como encadernação vistosa, feita
Para iletrados, a mulher se enfeita;
Mas ela é um livro místico e somente
A alguns (a que tal graça se consente)
É dado lê-la. Eu sou um que sabe;
Como se diante da parteira, abre-
Te: atira, sim, o linho branco fora,
Nem penitência nem decência agora.
Para ensinar-te eu me desnudo antes:
A coberta de um homem te é bastante.
(Campos, 1988: 145-147)

De acordo com a teoria semiótica, os efeitos conotativos podem ser descritos assim: há percursos figurativos que recobrem percursos temáticos, o que faz das metáforas desencadeadores de isotopias temáticas. No poema de John Donne, há a distribuição temática de uma relação sexual que é narrada com o tema de uma luta e descrita como espaço sideral e como um campo florido; há um tema metafísico de cunho religioso; há o tema da navegação e das conquistas do novo mundo (John Donne viveu entre os séculos XVI e XVII), o tema da procriação e um tema do conhecimento sobre a mulher que interpreta o *ser* escondido em seu *parecer*. Há, portanto, um tema erótico que subordina outros temas, que são isolados por meio de seus percursos figurativos.

Como isso acontece quando o sistema semiótico é um sistema lingüístico como nesse poema? Diferentemente da modulação intensa do sentido do dicionário, o sentido conceitual dos lexemas é usado agora com uma modulação extensa. Narrar uma relação sexual como se fosse uma guerra é definir um sentido que estende o sentido de lutar para o de copular. Metaforizar a mulher como as terras do novo mundo é um efeito de sentido gerado pelo uso extenso do sentido definido pelo lexema “terra”. Há, portanto, o uso da alteridade de sentido que em um lexema se pode definir. A conotação vem do uso extenso de uma rede semântica, que também encontra a sua construção em um determinado uso discursivo.

Pode-se definir, agora, a caracterização própria do plano do conteúdo. Propõem-se que no uso discursivo deve se definir o semema dentro de um sistema semântico. Esse sistema pode ser modulado de uma forma intensa e definir um sentido próprio para um lexema marcando-o com uma identidade definida de sentido, ou pode ser modulado de uma forma extensa e definir outros sentidos para um lexema marcando-o com uma alteridade definida de sentido. Isso quer dizer que, quando os constituintes do plano do conteúdo são discursivizados em seqüência, eles também são caracterizados em modulações em paralelo. Deve-se, no entanto, demonstrar com mais exatidão como há a conversão de temas e figuras em um sistema semiótico verbal.

A formação do sentido conceitual de um tema é de ordem semiótica, e não lingüística. Esse tema, para ser discursivizado em um sistema semiótico verbal, deve ser lexicalizado. Assim sendo, o tema da

semântica discursiva é colocado em discurso nos sememas lexicalizados. Esses sememas já são de ordem lingüística, eles são as figuras de conteúdos lingüísticos, eles não são figuras de conteúdo semiótico. Isso quer dizer que se define figura como sendo própria de um sistema semiótico determinado, e não mais como um elemento do percurso gerativo do sentido do plano do conteúdo de uma semiótica geral. Essa definição de figura é coincidente, em parte, com a definição de significado, com a diferença de que ele é construído no discurso, e não como referência a um objeto fora dele.

Esse conteúdo pode ser modulado de uma forma intensa e gerar o efeito de sentido da denotação, ou pode ser modulado de uma forma extensa e gerar o efeito de sentido da conotação. Sabe-se, pela análise do poema de John Donne, que o uso extenso de uma figura assim definida faz com que temas sejam discursivizados, de modo que o uso lingüístico extenso de uma figura correlaciona temas definidos semioticamente. O tema aparece lexicalizado quando o uso da rede semântica é de modulação intensa, e que aquilo que a semiótica define como figura aparece quando a modulação da rede semântica é extensa. Deve-se demonstrar isso.

Em sua *Linguagem e ideologia*, J. L. Fiorin explica-nos essas duas maneiras de dizer a mesma coisa com os seguintes exemplos:

texto A

Um cavalo, quase morto de fome e de sede, caminhava em busca de água e comida. De repente, deparou com um campo de feno, ao lado do qual corria um regato de águas cristalinas. O cavalo, não sabendo se primeiro bebia da água ou comia do feno, morreu de fome e de sede.

texto B

Há pessoas tão indecisas que são incapazes de realizar qualquer escolha e acabam perdendo muitas oportunidades na vida.
(Fiorin, 1988:23)

O texto A é figurativo e o texto B é temático. No primeiro há a lexicalização de um percurso temático revestido com um percurso figurativo, e no segundo há a lexicalização de um percurso temático. O tema, repetindo, é de ordem semiótica e é definido semioticamente no discurso, e parte-se também do postulado de que é necessário no mínimo um tema para a coerência semântica de um discurso.

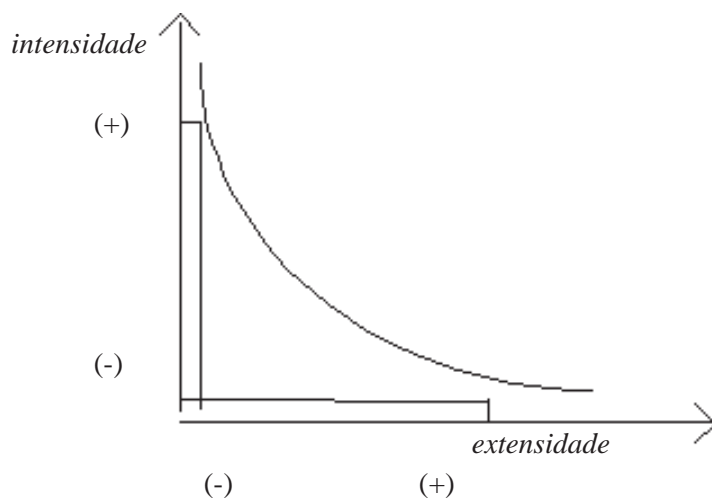
O sistema semiótico verbal realiza o tema na lexicalização. Se o conteúdo lexical é modulado intensamente gerando um efeito de denotação, há a lexicalização temática. Pode-se notar como, no texto B, a tematização aparece devido a um uso denotativo do sistema. Se o conteúdo lexical é modulado extensamente, gerando um efeito de conotação, há a lexicalização da figurativização de um tema, já que não há figuras sem um suporte temático. pode-se notar como, no texto A, a tematização aparece devido a um uso conotativo do mesmo sistema semântico usado para enunciar o texto B.

Em outros domínios do discurso além dos literários, esse processo de conotação aparece também. A semiótica discursiva com a qual a língua funciona é a mesma para todos os seus usos sociais. A colocação em discurso envolve dois processos, um sintático e um semântico. Na sintaxe discursiva, são instauradas as categorias de pessoa, tempo e espaço, e na semântica discursiva são desenvolvidos temas, que podem ou não ser recobertos por figuras. Tanto a conversação quanto a literatura partem desses mesmos princípios discursivos, já que em ambas há o uso de um mesmo sistema semiótico verbal.

Conversando ou fazendo literatura, enunciam-se ou marcando o enunciador e o enunciatário em uma enunciação-enunciada, ou não marcando-os em um enunciado-enunciado, e a escolha do tipo de enunciação determina os sistemas pessoais, temporais e espaciais próprios de cada uma. Devido a uma inserção social, em uma conversação representam-se papéis temáticos como personagens de um texto social, como demonstra D. L. P. de Barros em seu texto *Procedimentos e recursos discursivos na argumentação* (Preti, 1998: 47- 69). Analisando entrevistas do projeto NURC, a autora mostra como o papel conversacional dos entrevistados orienta, semanticamente, as falas dos entrevistados e de suas relações com os entrevistadores.

Enfim, propõe-se que a figura está no conteúdo de um sistema semiótico determinado, e não no conteúdo semiótico geral de qualquer sistema. É no uso da modulação dos conteúdos de rede semântica de um sistema semiótico que se pode tematizar e figurativizar. O que há são figuras que, moduladas intensamente, realizam temas e, moduladas extensamente, realizam figuras. O conteúdo do lexema “cavalo”, por exemplo, está modulado extensamente no texto A, seu sentido está estendido ao de ser humano, já o conteúdo do lexema “vida”, no texto B, está realizado em seu sentido intenso.

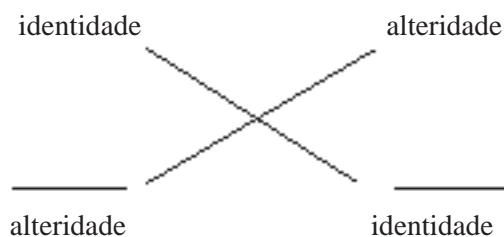
Recorrendo novamente aos modelos tensivos desenvolvidos por J. Fontanille e C. Zilberberg, em *Tension et signification* (Fontanille e Zilberberg, 1998), obtém-se como resultado uma tensão semântica descrita em uma curva inversa resultante da tensão entre as profundidades intensa e extensa consideradas. A representação gráfica é assim:



O uso intenso determina uma identidade de uso de um lexema e o uso extenso determina uma alteridade de uso de um lexema. O lexema “cavalo”, por exemplo, só está personificado no texto A, fora dele, no discurso do dicionário, ele ende a uma definição intensa. Pode-se, portanto, teorizar a modulação do conteúdo a partir da categoria *intenso vs. extenso* e verificar que o uso intenso ratifica uma identidade de sentido, e o uso extenso expande um sentido único em alteridades de sentido.

Os mecanismos discursivos e os caracterizantes do conteúdo

A categoria *identidade vs. alteridade* é novamente articulada em um quadrado semiótico para que se descrevam agora as possibilidades de uso que caracterizam uma rede semântica constituída por sememas.



No uso da enunciação, pode-se aplicar cada termo simples e seus contraditórios na modulação dos caracterizantes do plano do conteúdo. Descreve-se, em seguida, cada uma das aplicações e seus resultados.

A identidade

O uso de *identidade* de sentido dá-se quando uma definição conceitual é formada e usada com um mesmo sentido. Esse uso, construindo um ponto de vista monofônico, gera um efeito de sentido de grau zero do sentido, portanto um efeito de denotação. Essa monofonia é, de fato, apenas uma das possibilidades de intensificar o sentido em uma identidade conceitual. O debate em torno da polêmica “fetichista” vs. “entusiasta” demonstra isso bem.

Machado de Assis faz uso desse mecanismo quando Jacobina expõe o seu esboço de uma nova teoria de alma humana. A personagem Jacobina defende que, no homem, há duas almas, neste trecho do conto *O espelho*:

-Nada menos de duas almas. Cada criatura traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro... Espantem-se à vontade; podem ficar de boca aberta, dar de ombros, tudo; não admito réplica. Se me replicarem, acabo o charuto e vou dormir. A alma exterior pode ser um espírito, um fluido, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação. Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa.; -e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, um tambor, etc.

(Machado de Assis, 1959: 259)

Pode-se verificar que as palavras “polca”, “voltarete”, “livro”, “máquina”, “botas”, “cavatina” e “tambor” são exemplos da alma exterior, e não suas metáforas. Este esboço da alma é o tema que a história do alferes Jacobina figurativiza no conto.

A não-identidade

A negação da *identidade* faz parte do processo de extensão do sentido conceitual de um lexema. A conotação metafórica não deve ser ainda realizada nesse uso. Há, no uso da *não-identidade*, o efeito de sentido da comparação. A comparação nega parcialmente o sentido de *identidade* sem definir ainda uma *alteridade* de sentido.

Nos capítulos da *Ilíada*, na tradução de Carlos Alberto Nunes, são recorrentes os exemplos desse uso. Foi escolhida esta passagem do canto IV:

Dos vencedores os gritos de júbilos se ouvem e as queixas
dos que tombam vencidos; de sangue se encharca o chão duro.
Como dois rios, oriundos de um grande degelo dos montes,
numa bacia, somente, o volume das águas despejam,
para reuni-las, depois, nas entranhas de um côncavo abismo,
de onde o barulho vai longe, ao pastor, que num monte se encontra:
tal era a grita e o trabalho dos dois combatente exércitos.
(Homero, 1996: 96)

O sentido do rumor dos gritos é comparado ao rumor do choque das águas dos rios. O conjunção comparativa como realiza o uso da *não-identidade* do sentido que se pode dar ao rumor dos rios.

A alteridade

O uso da *alteridade* de sentido dá-se na metaforização. O sentido do lexema na rede é expandido em direção a outros sentidos. Além dos exemplos da elegia de John Donne, há outros exemplos nos versos da canção *Memória da pele*, de João Bosco e Waly Salomão:

Eu já esqueci você, tento crer
Nesses lábios que meus lábios sugam de prazer
Sugo sempre, busco sempre a sonhar em vão
Cor vermelha, carne da sua boca, coração

Eu já esqueci você tento crer
Seu nome, sua cara, seu jeito, seu odor
Sua casa, sua cama, sua carne, seu suor
Eu pertenço à raça da pedra dura
Quando enfim juro que esqueci
Quem se lembra de você em mim, em mim
Não sou eu, sofro e sei
Não sou eu, finjo que não sei, não sou eu
Sonho bocas que murmuram
Tranço em pernas que procuram, enfim
Não sou eu, sofro e sei
Quem se lembra de você em mim, eu sei, eu sei...
Bate é na memória da minha pele
Bate é no sangue que bombeia na minha veia
Bate é no champanhe que borbulhava na sua taça
E que borbulha agora na taça da minha cabeça
(Bosco, 1992)

O lexema “taça” tem o seu sentido estendido como uma figura que tematiza os conteúdos eróticos disseminados no texto.

A não-alteridade

O uso descrito agora deve explicar como uma *alteridade* de sentido pode ser negada sem que se realize ainda uma definição que intensifique um sentido idêntico. As relações de contigüidade da sinédoque e da metonímia fazem isso. As relações de parte pelo todo e de causa e conseqüência, realizadas respectivamente nas duas “figuras de linguagem”, negam a *alteridade* de um lexema. Elas não expandem o sentido conceitual rumo a uma afirmação de uma *alteridade* de sentido e também não realizam a *identidade* que a denotação realiza. Longe da comparação, que prepara uma metáfora, a sinédoque e a metonímia preparam um sentido denotativo da qual elas serão parte, causa ou conseqüência.

Para demonstrar isso, segue este trecho d’*A Pata da gazela*, de José de Alencar, que descreve quando o fetichista Horácio exercita a sua libidinagem:

Sobre aquela botina via elevar-se como sobre um pedestal, um vulto de estátua, mas vago, indistinto; e contudo esse esboço sem formas sedutoras, aquela sombra sem alma e sem calor, lhe parecia de uma beleza deslumbrante. Não era ela a mulher a quem pertencia o mais formoso pé do mundo, o mimo, a obra prima da natureza?

(Alencar, 1981: 25)

Essa sinédoque não agrada nada à ardilosa Amélia que, sabendo muito bem como se esconder, responde assim às insistências do podólatra aflito por ver o seu pé:

- Realmente eu não compreendo. Será possível que a senhora tenha ciúmes dele? perguntou Horácio gracejando.

(...)

A moça olhou-o com expressão. - Tenho sim, tenho ciúmes.

(Alencar, 1981: 60)

Esse uso discursivo norteia boa parte d’*A Pata da gazela*. A metonímia da botina e a sinédoque do pé não têm um sentido metafórico. Não há a afirmação de uma *alteridade* de seus sentidos. Há uma *não-alteridade* que se realiza quando “botina” e “pé” estão no lugar de sua dona sem, porém, afirmá-la.

A aplicação da categoria *identidade vs. alteridade* nas modulações de sentido no plano do conteúdo diz respeito à produção da denotação, da comparação, da metáfora e da metonímia, ou seja, das figuras de palavra, restritas aos domínios do plano do conteúdo. Figuras de linguagem como a alegoria e a prosopopéia, também do plano do conteúdo, dependem de modulações de sentido de ordem metafórica ou comparativa. Na prosopopéia, por exemplo, quando se dá características humanas a coisas não animadas, há uma comparação ou uma metáfora em sua produção. O mesmo se dá quando há uma reificação ou uma animalização de atores humanos.

Há, no entanto, uma figura de pensamento que pode ser explicada também por modulações de sentido de ordem metafórica ou comparativa. Trata-se da hipálage. Na hipálage, atribui-se a um semema qualidades que, em uma modulação denotativa, são consideradas impróprias. No primeiro capítulo das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, há esta hipálage (Machado de Assis, 1997*: 513):

Acresce que chovia - peneirava - uma chuvinha miúda, triste e constante, tão constante e tão triste,

que levou um daqueles fiéis da última hora a intercalar esta engenhosa idéia no discurso que proferiu à beira de minha cova.

Uma “chuva triste” é uma hipálage. Nessa figura, o sentido de “chuva” é modulado a partir de uma metaforização, já que a chuva é descrita como triste a partir do estado de alma próprio de uma cerimônia fúnebre. Nesse primeiro capítulo, o narrador nos conta o seu enterro, e a fala que o fiel da última hora enuncia confirma, com uma comparação, o processo de modulação de sentido que forma a metáfora da “chuva triste” (Machado de Assis, 1997*: 514):

“Vós, que o conhecestes, meus senhores, vós podeis dizer comigo que a natureza parece estar chorando a perda irreparável de um dos mais belos caracteres que têm honrado a humanidade. Este ar sombrio, estas gotas do céu, aquelas nuvens escuras que cobrem o azul como um crepe funéreo, tudo isso é a dor crua e má que lhe rói à natureza as mais íntimas entranhas; tudo isso é um sublime louvor ao nosso ilustre finado.”

Debreagem e embreagem da rede semântica

De acordo com as definições da semiótica, chama-se debreagem o processo pelo qual, a partir da instância de enunciação, projetam-se as categorias de pessoa, espaço e tempo no enunciado. Em sentido contrário, define-se a embreagem quando há uma neutralização das mesmas categorias de pessoa, espaço e tempo mostrando um retorno da instância do enunciado à instância da enunciação. Nesse retorno, revela-se o enunciador responsável pelas neutralizações realizadas.

A debreagem e a embreagem são mecanismos da sintaxe discursiva responsáveis pela discursivização das categorias de pessoa, espaço e tempo a partir de uma fonte enunciativa. Tanto um quanto outro mecanismo são regulados pela categoria *aproximação vs. distanciamento* entre as duas instâncias da enunciação e do enunciado. Como descrever, se for possível, a semântica discursiva de acordo com a mesma categoria *aproximação vs. distanciamento* e em termos de debreagem e embreagem?

De acordo com as demonstrações de J. L. Fiorin em suas *Astúcias da enunciação* (Fiorin, 1996), a categoria *aproximação vs. distanciamento* incide na relação entre a instância do enunciado e a instância da enunciação e regula o mecanismo de colocação em discurso das categorias de pessoa, tempo e espaço. Então, como já foi lembrado quando se tratou da sintaxe discursiva, a *aproximação* concretiza-se como subjetividade na categoria de pessoa, como conjunção, realidade e inacabado na categoria de tempo e como presentificação na categoria de espaço. Já o *distanciamento* se concretiza como objetividade na categoria de pessoa, como deslocação, virtualidade e não-começado na categoria de tempo e como absenteização na categoria de espaço.

Em seus *Elementos de análise do discurso* (Fiorin, 1989), J. L. Fiorin estabelece que a diferença entre sintaxe e semântica “não decorre do fato de que uma seja significativa e a outra não, mas de que a sintaxe é mais autônoma que a semântica, na medida em que uma mesma relação sintática pode receber uma variedade imensa de investimentos semânticos” (Fiorin, 1989: 18). Que há uma variedade de investimentos semânticos não há dúvida, porém, no item anterior, conseguiu-se reduzir esses investimentos a quatro modulações possíveis. De acordo com o critério de J. L. Fiorin, o que foi demonstrado é antes uma sintaxe que uma semântica. Trata-se de uma sintaxe que regula um mecanismo semântico de colo-

cação em discurso verbal de temas semióticos. Essa sintaxe é que gera os efeitos de sentido de tematização e figurativização nos sistemas semióticos verbais.

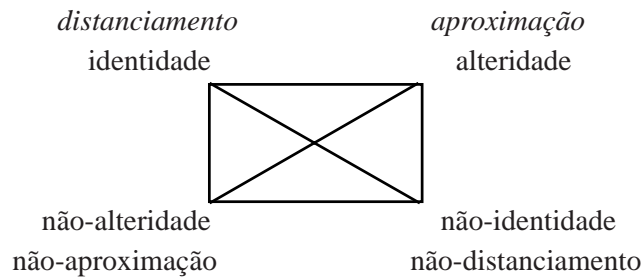
As modulações da semântica discursiva aparecem no enunciado. O enunciado é produzido e marcado pela enunciação. Se as modulações da semântica discursiva aparecem no enunciado, e o enunciado é produzido e marcado pela enunciação, deve haver marcas da enunciação nessas modulações. Se a categoria *aproximação vs. distanciamento* regula a relação enunciação-enunciado, deve ser ela a regular também as relações entre a enunciação e essas modulações que aparecem no enunciado.

Um pouco antes de F. Saussure, já podemos encontrar em Michel Bréal a idéia da presença das marcas da enunciação na semântica do enunciado quando afirma, em seus *Ensaio de semântica* que, “as metáforas de um povo deixam adivinhar-lhe o gênio” (Bréal, 1992: 91). Se M. Bréal tem razão, as metáforas da modulação de *alteridade* de sentido de um semema na rede semântica aproximam o enunciado da enunciação quando ela traduz o “gênio” de um “povo”.

L. Hjelmslev confirma essa tese de M. Bréal em seu artigo *A forma de conteúdo da linguagem como um fator social* (Hjelmslev 1991:103-109), no qual demonstra como uma forma semântica gera sentidos diferentes, por exemplo, no sentido da palavra “elefante” na Índia e no continente europeu, e, mais recentemente, pode-se encontrar o mesmo tema no *Tension et signification* de Fontanille e Zilberberg, só que, agora, em termos tensivos e com o “cachorro” no lugar do “elefante” (Fontanille e Zilberberg, 1998: 13-15). Ora, com certeza, um tratado sobre a criação de elefantes na Índia não modula essa palavra do mesmo modo que um canto para Ganesha. A modulação de sentido é própria da formação do discurso. É no discurso que o lexema “elefante” é realizado denotativa ou metaforicamente. Se a metáfora do “elefante” para a sabedoria de um deus aproxima o enunciado da enunciação, sua denotação deve, contrariamente, afastar.

Um discurso denotativo realiza um tema que o enunciador da instância da enunciação modula a partir de um consenso sobre uma *identidade* de sentido, que define discursivamente uma rede semântica em um sistema lingüístico. Ao atualizar a rede assim, há um efeito de sentido de *distanciamento* da instância da enunciação porque essa realização semântica faz a debreagem dessa rede em nível de sistema. É um uso que ratifica sentidos buscando torná-los comuns. Quando há uma negação da *identidade*, ela se dá por meio de uma comparação, que ainda não é uma metáfora, mas indica um afastamento do sentido denotativo. Assim, na medida em que os termos comparados mostram uma escolha entre o que é comparado ou não, há um negação do *distanciamento* que a denotação imprime no enunciado. Já um discurso metafórico revela um enunciador na instância da enunciação que usa a rede semântica neutralizando oposições de sentido realizando, assim, *alteridades*. Essas neutralizações são embreagens que retificam sentidos novos. Isso gera um efeito de sentido de *aproximação* entre o enunciado e a enunciação, de modo que é possível entender melhor por que “as metáforas de um povo deixam adivinhar-lhe o gênio”. Negar a *alteridade* das metáforas gera sinédoques e metonímias, pois, como está proposta acima, “longe da comparação, que prepara uma metáfora, a sinédoque e a metonímia preparam um sentido denotativo da qual elas serão parte, causa ou conseqüência”. Desse modo, há uma negação da *aproximação* que a metáfora sugere.

Assim sendo, na enunciação há uma debreagem da rede semântica que provoca um *distanciamento* entre enunciação e enunciado quando da modulação por *identidade*, e uma embreagem da rede semântica que provoca uma *aproximação* entre enunciação e enunciado quando da modulação por *alteridade*. A homologação fica assim:



Os processos discursivos e o plano do conteúdo

O modelo de L. Hjelmslev prevê a descrição do plano do conteúdo em constituintes e caracterizantes. Ambos são definidos na forma da língua, e não na sua substância. Assim sendo, os constituintes são os componentes da forma de conteúdo que permitem uma sistematização em uma rede, e os caracterizantes são os responsáveis pela seqüencialização dos constituintes em discurso. Os constituintes são os componentes que produzem os efeitos de descontinuidade do plano do conteúdo, e os caracterizantes, os componentes que produzem os efeitos de continuidade. Por isso, os primeiros podem ser descritos em um sistema e os segundos como um processo desse sistema.

Ambos permitem uma descrição em termos de tensividade. Os constituintes são descritos em uma rede que totaliza unidades definidas em relação a uma pluralidade de elementos. Já os caracterizantes são descritos em uma curva de tensão que representa formas de modulação possíveis de colocação em discurso. As tensões contínuas em que tanto os caracterizantes quanto os constituintes são definidos permitem uma descrição em termos descontínuos na categoria *identidade vs. alteridade*. Essa categoria permite descrever usos do conteúdo tanto da colocação em discurso dos constituintes quanto dos caracterizantes.

Em síntese, a práxis enunciativa pode ser definida como o uso da categoria *identidade vs. alteridade* sobre os recursos que os componentes da forma colocam à disposição do sujeito da enunciação. Assim é possível confirmar, de acordo com o princípio da isomorfia dos dois planos da linguagem, as mesmas descrições do plano da expressão.

Contrastes

Novamente, é possível recorrer às idéias e influências que, certamente, aparecem nas descrições acima do plano do conteúdo e fazer três contrastes:

A retórica clássica

A retórica clássica define de uma maneira um pouco diferente a distinção entre as figuras de palavra e as figuras de construção, entendendo figura na concepção usual de figura de linguagem. Quando trata da palavra, a retórica clássica faz a diferença entre a sua realização *in verbis singulis* e *in verbis coniunctis*. A primeira trata da palavra sozinha, a segunda trata de palavras em relação. De uma interpre-

tação das primeiras resultaram as figuras de linguagem de palavra, de uma interpretação das segundas resultaram as figuras de linguagem de construção. Como as gramáticas modernas descrevem o fenômeno das figuras de linguagem fazendo a sua tipologia, parece que não há nenhuma relação entre as duas figuras de linguagem, e que a diferença entre elas resulta do fato de que as figuras de palavra são do domínio semântico, e de que as figuras de construção são do domínio da sintaxe.

A retórica clássica tem uma descrição bem melhor do que a feita nas gramáticas sobre as figuras de linguagem, porque utiliza as quatro categorias de alterações para explicar as figuras da *elocutio*. A sua descrição é assim: as figuras de palavra são fenômenos de *immutatio* porque há, no caso, a substituição de uma palavra por outra, e as figuras de construção são fenômenos de *adiectio*, *detractio*, *transmutatio*, já que se repete a mesma palavra, ou subtrai-se uma palavra, ou inverte-se a ordem das palavras na frase. Há, portanto, um sistema único a organizar quatro fenômenos na *elocutio*. A partir disso, a distinção entre a semântica para as figuras de palavra e a sintaxe para as figuras de construção é a mesma das gramáticas atuais.

Nas descrições acima, optou-se por um outro ponto de vista. Considerou-se, em princípio, não um sistema lexical, e sim um sistema morfossintático, isolando nele apenas os seus sememas de modo a reduzir a análise somente ao plano do conteúdo. Depois, definiram-se esses sememas como constituintes desse plano. Definidos os constituintes, aplicou-se sobre eles a categoria *identidade vs. alteridade*. Nesse tópico, podem-se encontrar relações entre o uso da *identidade* e o uso da *adiectio*, o uso da *não-identidade* e o uso da *detractio*, o uso da alteridade e o uso da *immutatio* e o uso da *não-alteridade* e o uso da *transmutatio*. A diferença é que, além de interpretar esses fenômenos apenas em nível semântico, leva-se em consideração a sua colocação linear em discurso, dando, assim, conta do que é chamado construção.

A disposição linear dos sememas advém das condições de expressão fônica dos constituintes da expressão. O fato de a imagem acústica da expressão dos sememas repetidos, subtraídos e mudados de lugar resultar em repetir, subtrair e inverter “sons” são fenômenos que devem ser descritos no plano da expressão. Em nível de conteúdo, só é pertinente descrever a disposição linear dos sememas. Já as figuras de palavra foram descritas não na disposição linear dos constituintes semêmicos, mas em modulações caracterizantes do sentido dos sememas na rede semântica na qual estão estruturados. Assim, ao invés de considerar a palavra isolada, recurso artificial que pressupõe uma definição lexical fora de qualquer discurso, considerou-se a modulação de sememas em sua colocação em discurso. Desse modo, com a categoria *identidade vs. alteridade*, foi possível descrever a denotação, a comparação, a metáfora e a metonímia com um só mecanismo de modulação.

Enfim, nas descrições acima, tanto as figuras de palavra quanto as de construção encontram um lugar na língua para as suas realizações com, no mínimo, quatro vantagens: não há a necessidade de um grau zero da linguagem, já que os fenômenos são descritos como mecanismos discursivos; com apenas a distinção entre constituintes e caracterizantes e com a mesma categoria *identidade vs. alteridade* foi possível, economicamente e sem contradições, descrever os fenômenos em questão; há uma relação, nas descrições acima, entre a práxis enunciativa do sujeito da enunciação e a semântica discursiva; e foi possível descrever o plano do conteúdo isomorficamente em relação ao plano da expressão.

A retórica geral do grupo μ

Os fenômenos que foram descritos contrastam com a descrição das metataxes (Dubois, 1974: 96-

130) e dos metassememas (Dubois, 1974: 131-173) do grupo m. Seguindo bem de perto a tipologia atual das figuras de linguagem, o grupo m estuda nas metataxes as figuras de construção e nos metassememas as figuras de palavra. Como essa tipologia está baseada na retórica clássica, continuam valendo aqui as mesmas considerações do item anterior no que diz respeito aos domínios do que se está tentando sistematizar.

Há, no entanto, algumas questões. Quando o grupo μ se refere às metataxes é obrigado a considerar um grau zero como referência. A ênfase das descrições acima foi em uma rede de constituintes e em sua colocação em discurso através de mecanismos próprios de uma forma lingüística, o que dispensa uma referência a uma forma zero para o estudo de prováveis desvios. Além disso, o grupo m considera as metataxes como fenômenos do plano da expressão. Pois bem, a repetição de um lexema, por exemplo, está longe de ser um fenômeno exclusivo do plano da expressão. A repetição de um semema é inevitável quando se repete o lexema do qual ele é conteúdo, e isso acontece no plano do conteúdo da língua. Estudar as metataxes neste plano da linguagem tem uma vantagem: a decorrente repetição da expressão é descrita como a distribuição de constituintes fonológicos, deixando um lugar teórico determinado para a distribuição dos constituintes semânticos.

Quando descreve os metassememas, o grupo μ considera a denotação como um grau zero e pressupõe uma rede semântica independente do discurso que a realiza. Nas descrições acima a denotação foi descrita como mais um mecanismo do discurso, e não como uma norma a ser desviada. Além do mais, há em no modelo proposto uma descrição semântica também em termos de uma sintaxe do discurso em que se procura conciliar sistema e uso lingüísticos.

Denotação, conotação e metalinguagem

Em seus *Prolegômenos* (Hjelmslev, 1975), L. Hjelmslev define a denotação como uma linguagem na qual há uma plano de expressão para um plano de conteúdo; a conotação como uma linguagem cujo plano da expressão é um plano de expressão e um plano de conteúdo; e a metalinguagem como uma linguagem cujo plano de conteúdo é um plano de expressão e um plano de conteúdo (Hjelmslev, 1975: 121-130). Esquemáticamente, pode-se representar assim:

denotação⇒	$\frac{PE}{PC}$
conotação⇒	$\frac{PE}{\frac{PC}{PC}}$
metalinguagem⇒	$\frac{PE}{\frac{PE}{PC}}$

Nas descrições acima, a denotação e a conotação são definidas em termos de modulações caracterizantes e de colocação em discurso. Como descrever a metalinguagem? A metalinguagem pode ser aproximada da denotação.

Trata-se de metalinguagem quando se usa o sistema para descrever o próprio sistema. Assim, todo trabalho de lingüística é metalinguagem, já que se usa a língua para descrever a própria língua. No entanto, toda descrição metalingüística é baseada na definição de uma terminologia própria, que deve ser coerente com o ponto de vista adotado para a descrição. Ora, na medida em que se define um termo apropriado para formar um conceito operacional, há uma modulação intensa de seu sentido. Um morfema, por exemplo, é um signo mínimo, de modo que esse conceito adquire um sentido denotativo.

A diferença entre um conceito de lingüística e um conceito de física é o domínio referencializado, para a lingüística, o domínio é a língua, e para a física, é a “natureza”, de modo que o processo de significação na construção de ambos os conceitos é o mesmo, já que há a produção de um efeito de sentido de denotação nas duas ciências.

O termo complexo da categoria *identidade vs. alteridade*

Assim como no plano de expressão, a descrição não está pronta se não se descrever o termo complexo da categoria *identidade vs. alteridade*. Do mesmo modo que no plano da expressão, é no uso poético da língua que o metatermo complexo é realizado, já que, nesse uso lingüístico, os mecanismos de discurso descritos acima são explorados em seus efeitos de sentido. De acordo com essas descrições, devido à sua substância conceitual formada no plano do conteúdo, a complexificação pode ser feita em seqüência e em paralelo, de modo que há uma complexificação em seqüência na disposição dos constituintes e uma complexificação em paralelo na modulação dos caracterizantes.

Contrariamente à prosa, na qual se realiza com mais freqüência o termo neutro dessa categoria e um ou outro dos seus termos simples, todos os mecanismos do discurso isolados acima podem ser realizados no sentido que é percebido como sentido poético, como, por exemplo, no poema *Braços*, de Cruz e Souza, em que há a repetição de sinédoques com conteúdos metafóricos na palavra “braços”:

Braços nervosos, brancas opulências,
brumais brancuras, fúlgidas brancuras,
alvuras castas, virginais alvuras,
lactescências das raras lactescências.

As fascinantes, mórbidas dormências
dos teus *braços* de letais flexuras,
produzem sensações de agres torturas,
dos desejos as mornas florescências.

Braços nervosos, tentadoras serpes
que prendem, tetanizam como os herpes,
dos delírios na trêmula coorte...

Pompa de carnes tépidas e flóreas,
braços de estranhas correções marmóreas
abertos para o Amor e para a Morte.
(Cruz e Sousa, s.d.: 35)

O silêncio

O silêncio pode ser definido como a suspensão do enunciado. No entanto, ele não deve ser confundido com as elipses e zeugmas, como as elipses que aparecem no texto de Oswald de Andrade, analisada no tópico da *não-alteridade* aplicada aos constituintes do conteúdo. O silêncio do conteúdo pode ser considerado como uma suspensão da aplicação da categoria *identidade vs. alteridade* sobre os componentes (constituintes e caracterizantes) do plano do conteúdo. Quando aplicada, ou realiza-se o termo neutro na prosa, ou realizam-se as possíveis aplicações dos termos simples na complexificação da poesia.

O silêncio, entretanto, ou não é ainda língua, ou já não é mais ela. *O silêncio* é assim:

Na sombra cúmplice do quarto,
Ao contato das minhas mãos lentas,
A substância da tua carne
Era a mesma que a do silêncio.

Do silêncio musical, cheio
De sentido místico e grave,
Ferindo a alma de um enleio
Mortalmente agudo e grave.

Ah! tão suave e tão agudo!
Parecia que a morte vinha...
Era o silêncio que diz tudo
O que a intuição mal adivinha.

É o silêncio da tua carne.
Da tua carne de âmbar, nua,
Quase a espiritualizar-se
Na inspiração de mais ternura.
Manuel Bandeira
(Bandeira, 1980: 72)

CAPÍTULO 04

A textualização

Uma vez realizada, a análise mostra além do mais que o plano da expressão e o do conteúdo podem ser descritos, exhaustivamente e não contraditoriamente, como construídos de modo inteiramente análogo, de modo que se pode prever nos dois planos categorias definidas de modo inteiramente idêntico. Isso só fará confirmar novamente a correção da concepção segundo a qual expressão e conteúdo são grandezas da mesma ordem, iguais sob todos os aspectos. (Louis Hjelmslev)

Para a Semiótica, o texto é definido na relação de um plano de expressão com um plano de conteúdo. O plano do conteúdo, para ela, é formalizado no modelo teórico do percurso gerativo do sentido. O sentido, nessa concepção de plano do conteúdo, diz respeito apenas ao sentido semântico²⁹. Assim, o percurso gerativo do sentido não cobre os domínios do texto, de modo que ele não é um modelo sobre o texto, mas um modelo sobre o sentido³⁰. Portanto, a Semiótica não é uma teoria do texto, mas uma ciência que, por meio do texto, investiga a produção do sentido.

A Semiótica, porém, não exclui o texto de suas perspectivas de análise, já que, “sempre que o percurso gerativo é interrompido, ele dá lugar à textualização” (Greimas e Courtés, s. d.: 461). A textualização, como um processo de produção do texto, é definida assim:

Textualização é o conjunto dos procedimentos — chamados a se organizarem numa sintaxe textual — que visam à constituição de um contínuo discursivo, anteriormente à manifestação do discurso nesta ou naquela semiótica (e, mais precisamente, nesta ou naquela língua natural). O texto assim obtido, uma vez manifestado como tal, assumirá a forma de uma representação semântica do discurso.

Enquanto representação semântica, esse texto é indiferente aos modos de manifestação semiótica que lhe são logicamente anteriores. Assim, por exemplo, o texto de uma história em quadrinhos assumirá a forma ou de “legendas” ou de “vinhetas”. De igual forma, o texto de um corpus etnoliterário será homogêneo apesar do caráter plurilíngue de sua manifestação, evidentemente na medida em que recobre uma área cultural reconhecida. Por seu lado, o texto teatral subsume o conjunto das linguagens de manifestação (entonação, gestualidade, proxémica, jogos de luzes, etc.) às quais recorre.

O texto define-se, assim, em relação à manifestação a que precede e unicamente em relação a ela; ele não é o ponto de chegada do percurso gerativo total, considerado como passagem do simples ao complexo, do abstrato ao figurativo. A textualização constitui, pelo contrário, uma parada desse percurso num momento qualquer do processo e um desvio em direção à manifestação. Assim, quando se quer dar uma representação deste ou daquele nível do percurso gerativo (da gramática profunda, da

²⁹ Na concepção usual de sentido, falar em sentido semântico é um pleonismo vicioso, no entanto, de acordo com L. Hjelmslev (Hjelmslev, 1975: 60-61), há também um sentido fonológico.

³⁰ A teoria do semi-simbolismo, embora considere a pertinência de relações de categorias do plano de expressão com categorias do plano de conteúdo, não é ainda uma teoria do texto. Com o semi-simbolismo, verificam-se relações entre os planos da linguagem, no entanto, por meio dele, não é possível explicar nem a geração do plano da expressão nem o processo de textualização.

gramática de superfície, da instância figurativa, etc.), procede-se necessariamente à textualização desse nível (vale dizer, dos dados fornecidos pela análise desse patamar).
(Greimas e Courtés, s. d.: 461)

Na textualização, portanto, há a realização do sentido em um sistema semiótico particular, de modo que a natureza do plano da expressão interfere na manifestação do sentido formado no conteúdo:

No momento em que se efetua, a textualização reencontra certo número de coerções ao mesmo tempo em que se beneficia das vantagens que lhe são conferidas pelas propriedades características do próprio texto. A principal coerção parece ser a linearidade do discurso; mas esta é, de algum modo, compensada pela sua elasticidade. A linearidade do texto é determinada pela natureza do significante que ele terá de encontrar no momento da manifestação: ela será temporal (para as línguas orais, por exemplo) ou espacial (escrita, pintura, etc.). A elasticidade do texto, por seu lado, define-se pela aptidão que tem o discurso de achatar as hierarquias semióticas, isto é, de dispor sucessivamente segmentos pertencentes a níveis bastante diferentes de uma dada semiótica (por exemplo, um debate pode inscrever-se no discurso sob a forma do lexema “discussão”, mas também sob a forma de uma frase complexa ou de uma seqüência dialogada). Em tal caso, quer se trate de tirar o melhor partido da linearidade, quer se trate de explorar as possibilidades oferecidas pela elasticidade do discurso, tem-se textualização no sentido estrito do termo.
(Greimas e Courtés, s. d.: 461-462)

Definida a textualização, cabe indagar sobre a possibilidade de recorrer ao conceito de sentido da expressão, proposto por L. Hjelmslev (Hjelmslev, 1975: 60-61), para entender melhor esse processo de manifestação do sentido do conteúdo. Para isso, são necessárias algumas considerações.

O sentido, para L. Hjelmslev, coincide com as substâncias formadas em cada um dos planos da linguagem. A partir da forma da língua, uma substância conceitual é formada na “massa amorfa do pensamento”, no plano do conteúdo (Hjelmslev, 1975: 57), e uma substância sonora é formada na massa “amorfa do som”, no plano da expressão (Hjelmslev, 1975: 60). Para a Semiótica, o sentido é o produto de um processo de significação que é formalizado no modelo do percurso gerativo do sentido, restrito aos domínios do plano do conteúdo.

Para aproximar a definição de sentido de L. Hjelmslev da definição de sentido da Semiótica são necessários alguns ajustes conceituais. A definição de substância, para a Semiótica, é a mesma que para L. Hjelmslev, como é possível verificar no *Dicionário de semiótica* (Greimas e Courtés, s.d.: 443):

1.

Na terminologia de L. Hjelmslev, entende-se por substância a “matéria” ou “sentido”, na medida em que são assumidos pela forma semiótica com vistas à significação. Com efeito, matéria e sentido, que são sinônimos para o lingüista dinamarquês, não são explorados senão em um de seus aspectos, enquanto “suportes” de significação, para servirem de substância semiótica.

2.

O “sentido” eleva-se a significação em decorrência de sua articulação em duas formas

distintas que correspondem aos dois planos da linguagem: o plano da expressão comporta, assim, uma forma e uma substância da expressão e o plano do conteúdo uma forma e uma substância do conteúdo.

3.

Relativamente à forma semiótica, que é uma invariante, a substância semiótica deve ser considerada uma variável: isso equivale a dizer que uma forma pode ser manifestada por várias substâncias (fônica ou gráfica, por exemplo), ao passo que o inverso não é verdadeiro. Para evitar qualquer mal-entendido, diremos que uma única “matéria” fônica, por exemplo, é suscetível de servir de substância semiótica a diversas formas (linguagens verbal e musical, por exemplo), o que exclui a possibilidade de uma substância se prevalecer de várias formas ao mesmo tempo.

4.

Uma única e mesma substância, enquanto objeto cognoscível, comporta várias instâncias de apreensão e de análise: é assim que a substância da expressão será apreendida seja ao nível da articulação fisiológica, seja ao nível acústico, seja ao nível da audição psicofisiológica. O mesmo é válido para a substância do conteúdo, a qual, para comodidade de abordagem, pode ser considerada como situada ao nível do enunciador ou ao nível do enunciatário.

Se a substância do conteúdo pode ser situada ao nível do enunciador ou ao nível do enunciatário, a substância do conteúdo está situada no nível discursivo do percurso gerativo do sentido. Se esse percurso é pensado como uma geração do sentido a partir de um nível fundamental, abstrato e geral, para um nível discursivo, concreto e específico, pode-se afirmar que o percurso gerativo do sentido descreve a construção da substância do conteúdo até a sua realização no nível discursivo. Portanto, o sentido gerado pelo seu percurso gerativo coincide com a substância do plano do conteúdo.

Uma vez que a Semiótica formaliza a construção do sentido no plano do conteúdo e, para L. Hjelmslev, há também um sentido formado no plano da expressão, nada impede que se recorra ao percurso gerativo do sentido para formalizar, também, a construção do sentido no plano da expressão, ou seja, a formação da substância da expressão.

Com esse procedimento, duas orientações básicas das propostas de L. Hjelmslev continuam mantidas. Uma delas, é o princípio do ponto de vista imanente da linguagem. A substância do conteúdo, sendo formada no percurso gerativo do sentido, é formada a partir de uma forma semiótica, de modo que, assim, a forma gera a substância. A outra orientação diz respeito ao princípio de isomorfia entre o plano de expressão e o plano de conteúdo. Se os planos são isomorfos, o mesmo processo de formação da substância do plano do conteúdo pode ser encontrado no processo de formação da substância do plano da expressão, o que justifica a aplicação do percurso gerativo do sentido no plano da expressão.

Nas demonstrações que seguem, portanto, o termo sentido é usado com sinônimo de substância, podendo referir-se tanto aos domínios da expressão quanto do conteúdo.

A forma da língua e a produção de sentido

No capítulo anterior, está proposto que a língua pode ser pensada a partir de uma forma organizada a partir de dois tipos de formantes, os constituintes e os caracterizantes. Os constituintes são responsáveis pelas propriedades discretas da linguagem, enquanto os caracterizantes são responsáveis pelas suas propriedades contínuas. Desse modo, os constituintes podem ser organizados em um sistema e os caracterizantes são os responsáveis pelo uso desse sistema, realizando-o em um determinado discurso. Portanto, a partir dessa forma, tanto o plano da expressão quanto o plano do conteúdo admitem uma colocação em discurso por meio da caracterização de seus constituintes. Essa colocação em discurso permite que possa ser considerada uma enunciação para os elementos constituintes da expressão assim como, em Semiótica, considera-se uma enunciação para os elementos constituintes do conteúdo. É nessa enunciação, então, que tanto o sentido do conteúdo quanto o sentido da expressão podem ser formados.

Tratando-se de um trabalho de Lingüística, o sistema semiótico em questão é o sistema verbal. Esse sistema pode ser descrito a partir de uma forma responsável pela produção de sentido nesse sistema. Essa forma, como já se disse, pode ser descrita em termos de constituintes e caracterizantes. Para a formação do sistema de constituintes e para a formação das modulações caracterizantes, há a aplicação da categoria *identidade vs. alteridade* tanto na formação da estrutura do sistema dos elementos constituintes, quanto na formação dos processos de colocação em discurso das modulações caracterizantes. Assim, a partir dessa forma, dá-se a construção do sentido por meio da enunciação discursiva do plano da expressão e do plano do conteúdo lingüísticos.

Deve-se descrever, em seguida, como em cada plano da língua o sentido é formado e, depois, descrever o processo de textualização que resulta da relação entre esses dois planos na formação do sentido lingüístico.

A formação da expressão

A- O nível fundamental

Se há um nível fundamental para o sentido do conteúdo, no qual é descrito o sentido de uma semântica mínima, deve ser possível determinar um nível fundamental para a orientação do sentido do plano da expressão.

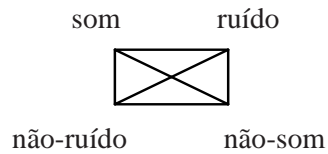
Enquanto no plano do conteúdo descreve-se um sentido conceitual, no plano da expressão deve ser descrito um sentido sonoro. No plano do conteúdo, a semântica fundamental é determinada a partir dos conteúdos realizados no discurso, pois tanto a seleção da categoria semântica realizada quanto o seu percurso sintagmático são construídos na enunciação. Assim, se é no discurso do conteúdo que a semântica fundamental se realiza, é no discurso da expressão que uma categoria fundamental própria desse plano deve ser procurada. Como o plano da expressão é da ordem do sonoro, e não do conceitual, a categoria do plano da expressão deve ser dessa mesma ordem também.

De acordo com a Fonologia, o plano de expressão lingüístico tem como constituintes vogais e consoantes. No entanto, na formação discursiva da sílaba, pode-se verificar que essa oposição pode ser desdobrada na produção do sentido da expressão. O que opõe as vogais às consoantes, do ponto de vista de suas funções lingüísticas, é que as vogais formam a posição central da sílaba e as consoantes as suas posições marginais. Essa consideração é da ordem da fonologia, portanto, da ordem da forma lingüística. Essas duas formas básicas formam, na substância sonora, sons e ruídos que, articulados, aparecem na materialização do discurso da expressão por meio da fala. Assim, as vogais formam os sons e as consoantes formam os ruídos.

Na formação dos sons, as vogais devem formar ondas sonoras regulares, enquanto as consoantes formam ondas sonoras irregulares. No entanto, entre o som e o ruído, ocorrem mais duas possibilidades de formação. Junto com a propriedade de formar sons, as vogais possuem um aspecto durativo que, além de participar da formação das vogais, participa também da formação de algumas consoantes. Ao formar os ruídos, as consoantes podem ser articuladas de dois modos básicos, ou são oclusivas e têm um aspecto pontual, ou são durativas e têm um aspecto durativo, como é o caso das vogais.

Não são apenas algumas consoantes que têm propriedades comuns às vogais, pois algumas vogais têm propriedades consonantais. As semi-vogais estão no limite da transformação da articulação dos sons na articulação dos ruídos, na medida em que o som que são capazes de formar não ocupa o centro, mas as margens das sílabas na formação de ditongos e tritongos.

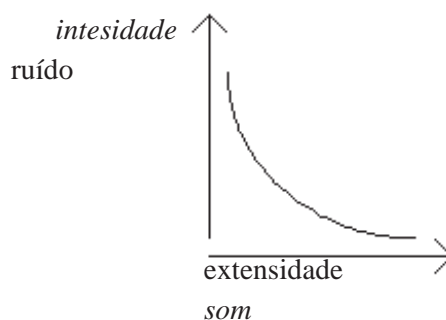
Desse modo, é possível pensar em uma articulação de uma categoria sonora *som vs. ruído* responsável pela formação dos constituintes básicos do plano da expressão. Essa categoria de expressão é correlata, em seu plano de realização, às categorias semânticas que fundamentam o plano de conteúdo, por isso, como estas descrevem universais semânticos, aquela descreve um universal sonoro. Se para o sentido do plano do conteúdo o quadrado semiótico pode ser aplicado, ele pode ser aplicado também no sentido do plano da expressão:



O termo simples *som* é responsável pela formação das vogais; o termo simples *não-som* é responsável pela formação das semi-vogais, já que ele nega a sonoridade vocálica mas ainda não afirma o ruído das consoantes; o termo simples *ruído* é responsável formação das consoantes oclusivas e seu aspecto pontual; e o termo simples *não-ruído* é responsável pela formação das consoantes constrictivas, já que ele nega a pontualidade das consoantes oclusivas e aproxima-se das vogais pelo seu aspecto durativo.

No entanto, embora seja por meio da expressão verbal que esse quadrado é deduzido, a categoria em questão é abstrata e não se reduz apenas à formação do sentido da expressão lingüística. Tratando do *som vs. ruído*, ela abrange o sentido de qualquer expressão feita por meio de sons, como, por exemplo, é o caso do plano da expressão do sistema semiótico musical. Assim, pode-se afirmar que ela não é da ordem do lingüístico, mas do semiótico, como acontece com as categorias semânticas no nível fundamental do percurso gerativo do sentido do conteúdo.

Em termos tensivos, o *som* tem uma profundidade extensa, já que por meio de sua forma é possível manter continuidades, e o *ruído* é intenso, já que por meio de sua forma é possível pontuar descontinuidades. Sabe-se que é por meio de uma gradação articulatória que as vogais são transformadas em consoantes oclusivas, e que é nessa gradação que tanto as consoantes constrictivas quanto as semi-vogais podem ser formadas (Pais, 1981:55-57). Desse modo, pode-se afirmar que a intensidade que o *ruído* permite formar aumenta à medida que a extensidade do *som* diminui, e que, inversamente, à medida que a extensidade que o som permite formar aumenta, a intensidade formada pelo ruído diminui. Logo, a curva tensiva que se obtém a partir dessa relação é uma curva inversa:



B- O nível narrativo

Se é possível formular um nível fundamental para o percurso gerativo do sentido da expressão, pode-se também pensar em uma narratividade para esse plano da linguagem. Enquanto o nível fundamental organiza uma sonorização mínima, ao nível narrativo cabe organizar as transformações sonoras que o sentido da expressão pode produzir.

No nível narrativo do percurso gerativo do sentido do conteúdo, o esquema narrativo trata de descrever transformações conceituais por meio das relações juntivas entre Sujeito e Objeto para, em

seguida, descrever os estados de coisas por meio de ações e estados de alma por meio de paixões. Em um nível narrativo de um percurso gerativo do sentido de uma expressão sonora, devem-se descrever transformações sonoras, e não transformações conceituais. Para tanto, antes de recorrer à sonoridade da língua, pode-se recorrer à sonoridade da música e, a partir dela, descrever uma narrativa da sonorização.

Partindo dos conceitos de ação e paixão, próprios do nível narrativo, é possível descrever duas peças musicais tomadas como objeto. Uma delas é a *Música para o funeral da rainha Mary*, de Henry Purcell, e a outra é a *Abertura de Guilherme Tell*, de Gioacchino Rossini. Na primeira peça, a tessitura musical é construída por meio de frases musicais longas, os intervalos musicais usados são distantes, de modo que as diferenças entre graves e agudos são evidenciadas, e a velocidade de execução é lenta, o que imprime uma textura mais melódica que rítmica à composição. Contrariamente, a peça de Rossini tem outras características. Nessa abertura, a tessitura musical é construída por meio de frases musicais curtas, os intervalos musicais usados são próximos, de modo que os destaques para as diferenças entre graves e agudos são atenuadas, e a velocidade de execução é rápida, o que imprime uma textura mais rítmica que melódica.

Ora, de modo semelhante ao que acontece no plano do conteúdo em termos de relação entre Sujeito e Objeto, há uma expressão passional na música de Purcell e uma expressão de ação na música de Rossini. O efeito de sentido de ação é obtido por meio de uma narratividade construída de modo a desenvolver as relações entre o Sujeito e a sua aquisição de competência, por isso o Sujeito narrativo está em trocas frequentes com seus objetos modais. Já o efeito de sentido de paixão é obtido por outros meios de desenvolver a narratividade, pois nas paixões o Sujeito está envolvido com os quadros de sua existência modal, e não com a aquisição de objetos modais. Desse modo, pode-se dizer que as paixões são mais melódicas e as ações são mais rítmicas. Essa aproximação entre o sentido conceitual do plano do conteúdo e o sentido sonoro do plano da expressão está baseada no aspecto dado a ambos os sentidos, já que o que está sendo chamado de ritmo e ação têm um aspecto pontual, e o que está sendo chamado de melodia e paixão têm um aspecto durativo.

Essa dinâmica musical do som pode ser própria da geração do sentido da expressão sonora e formar o seu nível narrativo. Como uma curva sonora, ela deve formar também a curva entoativa da expressão lingüística que, como uma expressão sonora, deve ter uma dinâmica musical. Pode-se buscar referências teóricas para essa proposta em dois pesquisadores das ciências da linguagem: em Edward Sapir e em Luiz Tatit.

Em seu texto *A fala como traço de personalidade* (Sapir, 1969: 63-78), E. Sapir apresenta uma teoria dos níveis de análise da fala. Em seu modelo, a fala pode ser analisada em cinco níveis: a voz, a dinâmica vocal, a pronúncia, o vocabulário e o estilo. Como seu objeto é a personalidade que se apresenta através da fala, o que E. Sapir está observando é o sujeito falante, e não o sujeito da enunciação. Seu modelo, portanto, dá conta de medir uma individualidade falante, e não um processo de enunciação lingüística. Aquilo que está isolado em cada um dos cinco níveis propostos é tomado como característico de um indivíduo falante, já que um dos cuidados do autor é separar os dados individuais daqueles que são de origem social (Sapir, 1969: 64).

A voz, a pronúncia, o vocabulário e o estilo são níveis que pouco podem auxiliar para ratificar a proposta de um nível narrativo da expressão sonora. A voz, por enquanto, está fora dos domínios da forma lingüística, tanto de sua dimensão sistemática quando de sua dimensão enunciativa. A pronúncia,

o vocabulário e o estilo são próprios do sistema semiótico verbal, o que os coloca fora dos domínios da narratividade proposta que, sendo de ordem sonora, deve ser anterior à linguagem propriamente verbal. Além do mais, o vocabulário e o estilo são da ordem do plano do conteúdo, de modo que considerá-los não é pertinente em uma análise do plano da expressão. A dinâmica vocal, no entanto, é um nível pertinente para a consideração de um nível narrativo da expressão sonora.

Para E. Sapir, a dinâmica vocal é formada por três componentes: a entonação, o ritmo e a fluência (Sapir, 1969: 60-73). A entonação refere-se à condução melódica da fala, o ritmo concerne à sua pontuação em acentos tônicos, e a fluência diz respeito a sua velocidade de enunciação. Fazendo uma aproximação da definição de curva entonacional de A. Martinet (Martinet, 1978: 19), pode-se considerar que essa curva é o produto da interação entre melodia, ritmo e fluência, já que, como uma curva sonora lingüística, essa curva entoativa têm propriedades comuns com as “curvas” sonoras musicais, também produzidas por uma interação dos mesmos elementos. Assim, entonação, ritmo e fluência, que formam a curva entonacional, são componentes de uma dinâmica da expressão sonora que, em termos musicais, pode ser também realizada em melodia, ritmo e andamento, como acontece nas músicas de Purcell e Rossini.

Trabalhando com a semiótica da canção, L. Tatit (Tatit, 1996) propõe um modelo em que há três tipos básicos de canção: as passionais, em que há uma exploração musical da melodia, de intervalos musicais distantes e de andamento lento; as temáticas, em que há uma exploração musical do ritmo, de intervalos musicais próximos e de andamento rápido; e as figurativas, que são as canções que se aproximam mais do modo de falar do que do modo de cantar (Tatit, 1996: 9-27). Para suas propostas, L. Tatit parte de seguinte consideração:

Tive, em 1974, uma espécie de *insight* ou de susto quando, ouvindo Gilberto Gil interpretando algumas antigas gravações de Germano Matias, me ocorreu a possibilidade de toda e qualquer canção popular ter sua origem na fala.

(Tatit, 1996:11-12)

Ora, o que se faz na canção, de acordo com esse princípio, é uma intensificação de componentes que já estão presentes na fala, de modo que a curva musical da canção tem, como base, a curva entonacional da língua. Se a dinâmica vocal, proposta por E. Sapir é definida em termos de melodia, ritmo e andamento, assim como a música, é possível indicar de que modo surgem os contornos musicais definidos por L. Tatit. Desse modo, os dois pesquisadores trabalham sobre manifestações diferentes de uma mesma dinâmica da expressão sonora.

Pode-se considerar, ainda, que tanto a expressão sonora da língua quanto a expressão sonora da música têm os seus sentidos de expressão gerados a partir de uma mesma narratividade. Esta narratividade, por sua vez, é própria da geração do sentido de expressão sonora e é indiferente ao sistema semiótico que a realiza, e é pertinente desde que o plano de expressão do sistema considerado seja da ordem do som. Assim, essa narratividade da expressão funciona do mesmo modo que a narratividade do plano do conteúdo, já que é possível afirmar que ela é da ordem do semiótico, e não do lingüístico ou do musical.

Ainda nessa questão da narratividade da expressão, deve-se considerar a questão da transformação. A narratividade, no plano do conteúdo, é tratada em termos de transformação. Quando um *objeto* de valor circula entre *sujeitos* narrativos, o que determina o efeito de narratividade são as transformações

de conjunção e disjunção daquele *objeto* com estes *sujeitos*. Como descrever, no plano da expressão, uma transformação narrativa?

No plano do conteúdo, o sentido transformado é de ordem conceitual. Portanto, o modelo semiótico do nível narrativo explica transformações dessa ordem. De acordo com a Semiótica, a circulação de *objetos* de valor entre *sujeitos* narrativos gera o efeito de sentido de narratividade, no entanto, não basta determinar os *objetos* e os *sujeitos* narrativos envolvidos nessa circulação, há também a necessidade de mostrar como e por que essa circulação se realiza.

Antes da Semiótica das paixões, essa circulação de *objetos* entre *sujeitos* é explicada no *esquema narrativo*, de modo que o percurso da ação descreve como essa circulação se realiza, e o percurso de manipulação descreve por quê. O modo de circulação dos *objetos* depende da relação entre a *competência* e a *performance* dos sujeitos narrativos, modalizados pelos objetos *saber* e *poder*. No entanto, os *sujeitos* narrativos entram em ação por causa da manipulação, que é o *percurso narrativo* em que esses *sujeitos* são modalizados pelos objetos *dever* ou *querer*. Entretanto, com a Semiótica das paixões, é possível verificar que um *sujeito* narrativo também age de acordo com configurações passionais, de modo que, para que uma manipulação se realize, o sujeito narrativo deve estar apaixonado. Sem a paixão do ciúme, por exemplo, Iago jamais manipularia Otelo, e Iago, por sua vez, sem a paixão da inveja, não faria as intrigas que fez.

As transformações narrativas, então, são teorizadas em termos da circulação entre *objetos* e *sujeitos* narrativos, sistematizadas em termos de paixão e ação, que orientam os arranjos modais que promovem essa circulação. Essas definições, porém, são estabelecidas no plano do conteúdo, e para estabelecer uma isomorfia entre um nível narrativo do conteúdo e um nível narrativo da expressão são necessários alguns ajustes conceituais.

Uma transformação é a modificação de um estado em outro que, conceitualmente, é explicada por meio de um *programa narrativo*. Como explicar uma transformação sonora? Nos domínios de uma expressão sonora, não é possível teorizar em termos dos *sujeitos* narrativos e *objetos* de valor, já que esses conceitos são próprios do sentido do conteúdo. No entanto, por meio de processos aspectuais, é possível teorizar em termos de ação e paixão quando se afirma que a ação é ritmada e que a paixão é melodiosa.

Embora com essa homologação não se justifique a transformação sonora em termos da circulação entre *sujeitos* narrativos e *objetos* de valor, ela se justifica em termos de ação e paixão, que são as operações que movimentam essa circulação. Se a matéria conceitual é teorizada em termos de *sujeitos* e *objetos* e de transformações que são realizadas por meio das operações de ação e paixão sobre esses termos, a matéria sonora é transformada por meio das operações de ritmo e melodia. Se a ação trata de estados de coisas e a paixão trata de estados de alma, que são próprios do conteúdo, o ritmo e a melodia tratam de estados de “som”, que são próprios da expressão sonora. Aplicados sobre o “som”, o ritmo e a melodia são os responsáveis pela modificação de estados sonoros, ou seja, são responsáveis pela transformação do “som”.

No plano do conteúdo, dado um domínio conceitual preenchido por *sujeitos* e *objetos*, modificar seus estados implica determinar sobre eles estados de coisa e estados de alma, ou seja, ação e paixão, e é por meio de ação e paixão que há transformações de estados de coisas e estados de alma. No plano de

expressão, dada uma curva sonora com uma frequência f e um comprimento de onda x , modificar essa onda implica determinar sobre ela um ritmo e uma melodia, e é por meio de ritmo e melodia que ela sofre transformações em seus estados de “som”.

C- O nível discursivo

No nível discursivo devem ser descritas as operações de colocação em discurso próprias do plano da expressão. Do mesmo modo que no plano do conteúdo, deve haver um enunciador e um enunciatário, que são responsáveis pela construção do enunciado em um processo de enunciação.

Nesse patamar de descrição teórica, aquilo que é propriamente semiótico está pronto para ser convertido na manifestação em um sistema semiótico determinado. Na geração do sentido de uma expressão sonora, o nível fundamental e o nível narrativo descrevem processos de geração suficientemente abstratos para abranger qualquer tipo de expressão sonora, independentemente do sistema semiótico discursivizado. Já no nível discursivo, esse sistema deve ser considerado como pertinente. É possível considerar o nível discursivo como a instância de geração do sentido em que os constituintes do sistema semiótico são colocados em discurso por meio dos caracterizantes. A partir dessa proposta, deve-se descrever essa colocação em discurso.

Ao enunciar o plano de expressão sonora, o enunciador coloca em seqüência os constituintes sonoros de um sistema semiótico determinado. No caso de uma descrição lingüística, deve-se pensar em um sistema fonológico. Para enunciar linearmente esses fonemas, o enunciador constrói uma curva entoacional, de modo que o discurso é realizado por meio de constituintes discretos, os fonemas, e de caracterizantes contínuos, as curvas entoacionais. Esse processo é organizado pela aplicação da categoria formal *identidade vs. alteridade*, como está descrito no primeiro item do capítulo três deste trabalho. De acordo com sua aplicação, seja na seqüência sonora dos fonemas, seja na modulação da curva entoacional, efeitos de sentido sonoro podem ser produzidos. Embora descritos, também no primeiro item do capítulo três, resta examiná-los novamente e verificar como têm sido descritos nas teorias retóricas e poéticas.

A aplicação do termo *identidade* à cadeia de constituintes produz figuras como os diversos tipos rima, a aliteração e a assonância. A rima define-se pela repetição dos mesmos segmentos sonoros, enquanto a aliteração é uma especificação quanto à repetição de consoantes, e a assonância é uma especificação quanto à repetição de vogais. A nomenclatura diverge quanto ao tamanho do segmento sonoro repetido, mas não quanto à sua propriedade de realizar a afirmação de uma identidade formal. A aplicação do termo *não-identidade* produz uma figura que pode ser classificada como um quiasma fonológico, na medida em que o efeito produzido é a inversão de uma seqüência sonora construída de modo a ser a base dessa inversão. A aplicação do termo *alteridade* produz uma antítese fonológica, já que ela realiza um oposição entre sonoridades colocadas em oposição quando as cadeias sonoras são discursivizadas. A aplicação da *não-alteridade* produz encontros fonológicos impróprios, em que há a impressão de que alguma parte da cadeia sonora foi elidida. E, por fim, a aplicação do termo neutro produz o efeito da sonoridade da prosa, e a aplicação do termo complexo produz os efeitos sonoros da poesia.

Esses efeitos de sentido sonoro são produtos da realização de mecanismos discursivos próprios da seleção dos constituintes de um plano de expressão sonoro, que, no caso das línguas, é o seu sistema

fonológico. De acordo com L. Hjelmslev (Hjelmslev, 1975: 51), a descrição lingüística deve separar o plano da expressão do plano do conteúdo e, em cada um deles, buscar suas unidades discretas que ele propõe chamar de figuras.

Tais considerações levam-nos ao abandono de uma tentativa de análise em “signos”, e somos levados a reconhecer que uma descrição que esteja de acordo com nossos princípios deve analisar conteúdo e expressão separadamente, cada uma destas análises isolando finalmente um número limitado de grandezas que não são necessariamente suscetíveis de serem comparadas com as grandezas do plano oposto.

A economia relativa entre os inventários de signos e de não-signos responde inteiramente àquilo que é provavelmente a finalidade da linguagem. Segundo sua finalidade, uma linguagem é, antes de mais nada, um sistema de signos; a fim de preencher plenamente esta finalidade, ela deve ser sempre capaz de produzir novos signos, novas palavras e novas raízes. Contudo, além disso, e apesar dessa riqueza ilimitada, deve ser fácil de manejar, prática de aprender e de ser utilizada, o que, dada a exigência de uma quantidade ilimitada de signos, só é realizável se todos os signos forem formados com a ajuda de não-signos cujo número é limitado e, mesmo, extremamente reduzido. Tais não-signos que entram como partes de signos num sistema de signos serão denominados *figuras*, denominação puramente operacional que é cômodo introduzir. A linguagem, portanto, é tal que a partir de um número limitado de figuras, que podem sempre formar novos arranjos, pode construir um número ilimitado de signos.

O conceito de figura é retomado pela teoria semiótica. No *Dicionário de semiótica* (Greimas e Courtés, s.d.), ele é introduzido deste modo:

1. L. Hjelmslev emprega o termo figura para designar os não-signos, ou seja, as unidades que constituem separadamente quer o plano de expressão, quer o do conteúdo. A fonologia e a semântica são assim, no sentido hjelmsleviano, descrições de figuras e não de signos.
2. É oportuno, a partir daí, restringir um pouco o sentido da palavra figura. Se se considera que os dois planos da linguagem têm, como unidade mínima, as categorias figurativas (fêmicas e sêmicas), pode-se reservar o nome de figuras exclusivamente para as combinações de femas ou de semas, que são os fonemas e os sememas, bem como, eventualmente, também para as diferentes organizações destes últimos. Do ponto de vista terminológico, quando se trata de semióticas não-lingüísticas, o emprego das denominações “semema” e, sobretudo, “fonema” se revelam claramente incômodo: preferível falar então de figuras da expressão e de figuras do conteúdo.
(Greimas e Courtés, s.d.: 184)

Os constituintes fonológicos, portanto, podem ser chamados de figuras do plano de expressão lingüístico. Assim, os efeitos de sentido produzidos pela aplicação de categoria formal *identidade vs. alteridade* nos constituintes fonológicos são efeitos de sentido figurativos. Contudo, se há a possibilidade de considerar figuras para esse plano de expressão, deve ser possível também determinar temas, para que se mantenha uma semelhança formal com a descrição do plano do conteúdo.

Se os fonemas são figuras do plano de expressão lingüístico, uma seqüência de fonemas define

um percurso figurativo para esse plano. Contudo, embora essa definição de figura de expressão seja adequada, na medida em que já está enunciada pela teoria semiótica (Greimas e Courtés, s.d.: 184), uma definição de tema e de percurso temático do plano da expressão deve ser feita com alguns cuidados.

Quando no segundo item do capítulo três deste trabalho é feita uma descrição do plano do conteúdo, é estabelecida uma diferença entre um sentido geral e um sentido próprio do plano do conteúdo de um sistema semiótico. Aquele sentido geral é descrito pela semiótica no percurso gerativo do sentido, já o sentido do conteúdo próprio de um sistema semiótico deve ser descrito em uma teoria adequada para o sistema em questão. Se o sistema semiótico é verbal, a teoria é uma teoria lingüística. Na semântica do nível narrativo do percurso gerativo, a tematização é considerada semiótica, enquanto a figurativização, no sistema semiótico verbal, é considerada lingüística³¹. Para manter o paralelismo entre as descrições do plano do conteúdo e do plano da expressão, a tematização, no plano da expressão, deve ser descrita nos domínios do sentido geral, próprio do plano de expressão sonoro. Desse modo, as figuras fonológicas de expressão lingüística são próprias do plano de expressão do sistema semiótico verbal.

Assim, no percurso gerativo do sentido de um plano de expressão sonoro, no nível fundamental e no nível narrativo são descritos fatos de sentido geral, ainda não realizados em um sistema semiótico específico. No nível discursivo, pode haver uma instância temática que também pertença aos domínios do sentido geral sonoro, no entanto, quando esse tema é recoberto por figuras, há a conversão desse sentido geral em um sentido próprio de um sistema semiótico. No caso do sistema verbal, trata-se da discursivização dos fonemas. Portanto o tema, porque sustenta a figurativização fonológica, pode ser definido nos domínios da curva entoacional, já que é através de sua dinâmica que essas figuras são colocadas em discurso.

A curva entoacional tem uma natureza sonora, que só é percebida como entonação lingüística quando as figuras colocadas em discurso são fonemas. Definidos os domínios dessa definição de tema, resta determinar como uma tematização dessa ordem está materializada na linguagem verbal. Na descrição do plano da expressão, feita no primeiro item do capítulo três deste trabalho, está proposto que há caracterizantes responsáveis pela discursivização dos constituintes. Os caracterizantes, descritos de acordo com a categoria formal *intenso vs. extenso*, realizam-se na expressão lingüística como acentos tônicos que demarcam intensamente a extensão da curva entoacional. Na seqüencialização dos fonemas, esses caracterizantes realizam-se em metrificações. Essas metrificações, uma vez consagradas pelo uso, formam temas entoacionais que estão prontos para ser recobertos com figuras fonológicas. Assim, esses percursos temáticos modulam os percursos figurativos na geração do sentido da expressão lingüística.

Uma vez consagrados pelo uso, esses temas entoativos estão prontos para sofrer as variações determinadas pela categoria formal *identidade vs. alteridade* e, então, produzir os efeitos de sentido sonoro já descritos neste trabalho, na análise do plano da expressão. Contudo, assim como foi feito para os constituintes, resta examiná-los novamente e determinar, com mais atenção, os seus efeitos de sentido.

O verso decassílabo acentuado na terceira, sexta e décima sílabas poéticas, por exemplo, é um tema consagrado pelo uso. Esse tema sofre variações figurativas toda vez que ele for realizado em

³¹ A relação entre temas e figuras no plano do conteúdo é discutida com mais atenção na descrição da formação do conteúdo, apresentada em seguida.

diferentes seqüências de fonemas, permanecendo como um mesmo percurso temático presente em vários percursos figurativos. A aplicação do termo *identidade*, além de definir o tema, porque o define em sua repetição, produz a regularidade sonora que acompanha certas peças poéticas. A aplicação do termo *não-identidade* produz quiasmas entoativos, que se realizam como reordenações de modulações sonoras já fixadas pelo tema construído. È o que acontece quando, em poesia, um decassílado com esta forma vv-vvv-vvv- é modificado nesta outra forma vvv-vvv-v-, com a função de variar a entonação repetitiva que a aplicação do termo *identidade* produz. A aplicação do termo *alteridade* introduz novas entoações, capazes de subdividir um poema em seqüências entoativas distintas. A aplicação do termo *não-alteridade*, por suspender o fluxo da seqüência sonora, produz pausas entoativas. E, por fim, a aplicação do termo neutro produz o efeito entoativo da prosa, isento de regularidades temáticas, e a aplicação do termo complexo produz os efeitos entoativos, já metrificadas e consagrados pelo uso, aplicados na poesia.

Desse modo, há um nível discursivo no percurso gerativo do sentido de expressão sonora em que temas sonoros são realizados em uma expressão figurativa própria de um sistema semiótico determinado. Nessa colocação em discurso, por meio de categoria formal *identidade vs. alteridade*, há a realização de efeitos de sentido temáticos e figurativos. No caso do sistema semiótico verbal, os efeitos temáticos são produzidos pelas modulações caracterizantes, realizadas na curva entonacional, formada por melodia, ritmo e fluência, e os efeitos figurativos são produzidos pela colocação em discurso dos elementos constituintes, realizada no uso da rede fonológica.

A formação do conteúdo

A formação do conteúdo é descrita no modelo do percurso gerativo do sentido, que está apresentado no primeiro capítulo deste trabalho e utilizado nos demais capítulos para muitas demonstrações.

Tal como está proposto pela Semiótica, no nível fundamental desse percurso há a articulação de uma semântica mínima. Isso quer dizer que é possível determinar conteúdos conceituais mínimos, capazes de organizar e orientar o sentido de grandezas semânticas em níveis conceituais mais complexos. A partir desse ponto de vista, é possível formalizar esse nível fundamental em um quadrado semiótico, que explica a distribuição paradigmática e a orientação sintagmática de uma categoria semântica que, por sua vez, dá conta de descrever esse mínimo de sentido conceitual. Como se trata do plano do conteúdo, o sentido descrito nesse nível fundamental é de ordem conceitual.

Ao propor um nível fundamental para o sentido da expressão, tomou-se essa proposta da Semiótica para o sentido do conteúdo e levou-se em consideração a proposta de L. Hjelmslev de definir-se um sentido para a expressão. Já que o plano da expressão depende do sistema semiótico que o realiza, é possível considerar propriedades comuns entre a expressão de sistemas semióticos distintos. Assim, pode-se considerar uma expressão de ordem sonora que é comum a sistemas semióticos como o musical e o lingüístico, por exemplo. É nesse nível genérico de uma expressão sonora que se propôs definir um nível fundamental de geração dessa ordem de sentido.

Tratando-se de nível fundamental do sentido, o modelo do quadrado semiótico, na medida em que descreve relações de distribuição e orientação de sentido, é mantido no nível fundamental do tipo de expressão considerado. Como se trata de sentido sonoro, e não conceitual, o que tem de ser modificado é a ordem da categoria formal, que se é de ordem conceitual no plano do conteúdo, é de ordem sonora em um plano de expressão sonora. Assim como a categoria semântica orienta o sentido das figuras do conteúdo do nível discursivo desse plano, a categoria *som vs. ruído* deve orientar o sentido das figuras de expressão próprias do plano de expressão de realização sonora.

Ainda no percurso gerativo do sentido, em conformidade com as orientações de sentido determinadas pelo nível fundamental, define-se um nível narrativo que, no plano do conteúdo, descreve as relações entre um *sujeito* e um *objeto* narrativos. Assim, há uma narratividade definida em termos de estado de coisas e estados de alma, respectivamente, ações e paixões. Nos cantos d' *O paraíso perdido*, de Milton (Milton, s.d.), por exemplo, Satã, orientado pela paixão do orgulho, executa muitas ações em direção aos seus objetivos contra Deus e o homem. Assim, há um aspecto durativo nos movimentos de um sujeito apaixonado em suas ações pontuais. Com base nesses aspectos durativo e pontual, é possível definir uma narratividade também para o sentido de expressão sonora, de modo que o que é descrito em termos conceituais como paixão no plano do conteúdo pode ser definido como melodia nessa ordem de expressão, e o que é descrito como ação em termos conceituais no plano do conteúdo pode ser definido como ritmo nessa ordem de expressão.

Até o nível narrativo do percurso gerativo do sentido, tanto em sua aplicação no plano do conteúdo quanto em sua aplicação no plano de expressão sonora, tanto o nível fundamental quanto o nível narrativo são considerados como determinantes de um sentido de ordem geral, que independe do siste-

ma semiótico que o realiza. No entanto, a conversão desse sentido em um sistema semiótico determinado está sendo descrita no nível discursivo do percurso gerativo. Nesse nível, está definido um sujeito de enunciação, que é responsável pela construção do enunciado que, por sua vez, também está construído em conformidade com as orientações de sentido dos níveis fundamental e narrativo.

Na semântica do nível discursivo do conteúdo, há a definição de temas e figuras. Os temas são considerados da ordem do sentido geral, já as figuras são consideradas como definidas em um sistema semiótico determinado. Portanto, na formação do conteúdo no nível discursivo, propõe-se um ponto de vista diferente do adotado pela Semiótica. Na formação do conteúdo, a Semiótica define duas instâncias na semântica do nível discursivo, uma instância temática, em que são definidos temas cujos conteúdos não referencializam elementos do mundo natural, e uma instância figurativa, em que são definidas figuras cujos conteúdos referencializam elementos do mundo natural. Na discursivização, portanto, ou um tema é realizado, dando origem a discursos temáticos, ou há, no mínimo, um tema recoberto por figuras, dando origem a discursos figurativos. A diferença entre temas e figuras é estabelecida, assim, dentro dos domínios da referencialização, e tanto os temas quanto as figuras fazem parte da descrição de um conteúdo semiótico que ainda não está manifestado em nenhum sistema semiótico.

O que se propõe é que o tema seja considerado de ordem semiótica, por isso, como pertencente ao domínio geral do sentido conceitual, ainda não manifestado em nenhum sistema semiótico. Já as figuras são consideradas como próprias do conteúdo de um sistema semiótico determinado. Desse modo, o conceito de figura adotado está mais próximo da concepção de L. Hjelmslev que da Semiótica. Ao tratar das figuras da expressão, no item *A formação da expressão*, há esta citação do *Dicionário de semiótica*, que confirma a aproximação ao conceito de figura de L. Hjelmslev:

L. Hjelmslev emprega o termo figura para designar os não-signos, ou seja, as unidades que constituem separadamente quer o plano de expressão, quer o do conteúdo. A fonologia e a semântica são assim, no sentido hjelmsleviano, descrições de figuras e não de signos.
(Greimas e Courtés, s.d.: 184)

Ainda na citação do *Dicionário de semiótica*, há uma consideração que autoriza a definição de figura que está sendo proposta:

É oportuno, a partir daí, restringir um pouco o sentido da palavra figura. Se se considera que os dois planos da linguagem tem, como unidade mínima, as categorias figurativas (fêmicas e sêmicas), pode-se reservar o nome de figuras exclusivamente para as combinações de femas ou de semas, que são os fonemas e os sememas, bem como, eventualmente, também para as diferentes organizações destes últimos. Do ponto de vista terminológico, quando se trata de semióticas não-linguísticas, o emprego das denominações “semema” e, sobretudo, “fonema” se revelam claramente incômodo: preferível falar então de figuras da expressão e de figuras do conteúdo.
(Greimas e Courtés, s.d.: 184)

Como este estudo trata do sistema verbal, não se revela incômodo empregar as denominações fonema e semema. Nesse ponto de vista, as figuras de conteúdo do sistema verbal são os sememas. Quando se trata do plano do conteúdo no segundo item do terceiro capítulo deste trabalho, está proposto que a diferença entre um discurso temático e um discurso figurativo não está na realização de temas ou de figuras, mas na modulação de sentido que se faz sobre as figuras de conteúdo linguístico quando os

sememas são colocados em discurso, de modo que uma modulação intensa produz um discurso temático, e uma modulação extensa produz um discurso figurativo.

Recapitulando, no percurso gerativo do sentido de um plano de conteúdo conceitual, no nível fundamental e no nível narrativo são descritos fatos de sentido geral, ainda não realizados em um sistema semiótico específico. No nível discursivo, há uma instância temática que também pertence aos domínios do sentido geral conceitual, no entanto, quando esse tema é recoberto por figuras, há a conversão desse sentido geral em um sentido próprio de um sistema semiótico. No caso do sistema verbal, trata-se da discursivização dos sememas.

Ao enunciar o plano de conteúdo, o enunciador coloca em seqüência os constituintes conceituais de um sistema semiótico determinado. No caso de uma descrição lingüística, deve-se pensar em um sistema semântico. Para enunciar linearmente esses sememas, o enunciador constrói uma curva tensiva, de modo que o discurso é realizado por meio de constituintes discretos, os sememas, e de caracterizantes contínuos, as curvas de modulação do sentido. Quando o conteúdo desses sememas é modulado intensamente, geram-se isotopias temáticas que produzem os discursos temáticos, e quando o conteúdo desses sememas é modulado extensamente, geram-se isotopias figurativas que produzem os discursos figurativos. Esse processo é organizado pela aplicação da categoria formal *identidade vs. alteridade*, como está descrito no segundo item do capítulo três deste trabalho. De acordo com sua aplicação, seja na seqüência dos sememas, seja na modulação da curva tensiva que os coloca em discurso, efeitos de sentido conceituais podem ser produzidos. Desse modo, há efeitos de sentido oriundos da distribuição dos sememas e efeitos de sentido oriundos da modulação *intensa* ou *extensa* do sentido desses sememas. Embora descritos, também no primeiro item do capítulo três, resta examiná-los novamente e verificar como têm sido descritos nas teorias lingüísticas, retóricas e poéticas.

A aplicação do termo *identidade* é comum no discurso tanto da prosa quanto da poesia, e raramente gera um efeito de sentido em se dá um destaque ao semema repetido. Os pronomes e o léxico que superordenam campos semânticos repetem constantemente conteúdos semêmicos ao longo do discurso verbal. A aplicação do termo *não-identidade*, na medida em que resulta de reordenação de uma seqüência já colocada, aparece em frase como “ele comprou um livro e um CD, este é novo e aquele é usado”, pois os conteúdos dos pronomes demonstrativos apresentam uma inversão na ordem da seqüência dos conteúdos dos substantivos a que eles se referem, formando o que se poderia definir como um quiasma semêmico. A aplicação do termo *alteridade* gera um efeito de sentido que aparece na figura de construção que a retórica classifica como diáfora, que se dá quando uma palavra é repetida mas com o seu conteúdo modificado. Na frase “na Física moderna, massa não é a quantidade de matéria de um corpo, mas massa é a resistência inercial de um corpo”, há uma diáfora em que, embora a expressão fonológica seja a mesma, o conteúdo semântico da palavra “massa” foi alterado. A aplicação do termo *não-alteridade*, por resultar na elisão de um conteúdo, sentida pela exclusão de um semema que funcionalmente estaria realizado, aparece em frase como “seus olhos brilharam como os de um lobo”, em que o período composto é percebido pelo verbo oculto “brilham”, predicado do sujeito “lobo” da oração subordinada adverbial conformativa. Com exceção da aplicação do termo *alteridade*, todos os efeitos de sentido resultantes da aplicação dos demais termos da categoria *identidade vs. alteridade* são fenômenos de coesão textual, portanto, como são freqüentes no uso do sistema semiótico verbal, não produzem efeitos de sentido que merecem destaque nas teorias poéticas, sendo tratados somente nas teorias lingüísticas.

Esses efeitos de sentido são devidos à seqüencialização dos sememas, dependendo, por isso, de

sua ordem de colocação em discurso. São efeitos de sentido próprios dos constituintes do plano de conteúdo lingüístico. Há ainda os efeitos de sentido próprios da modulação desses conteúdos, que são os efeitos de sentido próprios dos caracterizantes do plano de conteúdo lingüístico.

No segundo item do terceiro capítulo deste trabalho, há a descrição desses efeitos de sentido. Devido à aplicação da categoria formal *identidade vs. alteridade*, o sentido de um semema pode ser confirmado monossemicamente ou abrir-se em polissemias, de modo que é a essa tensão de sentido que se está chamando modulação. A confirmação de um único sentido revela a aplicação do termo *identidade*, o que produz um efeito de sentido de denotação. Quando o termo não-identidade é aplicado, a monossemia é negada e é produzido um efeito de sentido que se chama de comparação. A afirmação da polissemia é estabelecida pela aplicação do termo *alteridade*, o que produz a metáfora, e a aplicação do termo *não-alteridade* produz a metonímia. O termo *identidade* realiza uma modulação de sentido *intensa* no semema, e o termo *alteridade* realiza uma modulação *extensa* no sentido do semema. Nessa proposta, os sememas, como figuras de conteúdo lingüístico, são os constituintes do plano de conteúdo que, para serem colocados em discurso, devem ser modulados. Assim, o que se costuma chamar de figuras de palavra são efeitos de sentido produzidos no discurso.

A modulação intensa produz um discurso temático, já que as figuras moduladas assim lexicalizam a construção de um tema. Quando uma modulação extensa amplia o sentido do semema, essas figuras assumem outros sentidos, o que produz a lexicalização de dois ou mais temas simultaneamente através de uma mesma distribuição de figuras. Nessa proposta, então, uma modulação intensa produz uma isotopia temática, e uma modulação extensa produz uma isotopia figurativa e, no mínimo, uma isotopia temática.

Em síntese, o que está proposto para a formação do sentido do conteúdo é isomórfico em relação ao que está proposto para a formação do sentido da expressão. Tomando como princípio a idéia de uma sentido conceitual genérico, considera-se um percurso gerativo do sentido com três níveis, em que em um nível fundamental e um nível narrativo descrevem-se domínios desse sentido geral, e em um nível discursivo, em que também domínios desse sentido geral são descritos. No entanto, nesse nível discursivo, há ainda a produção de sentido do conteúdo das figuras que formam esse plano de um sistema semiótico determinado.

A formação do texto

De acordo com a Semiótica, a conversão do conteúdo em expressão dá-se por meio de um desvio, como se pode verificar nesta explicação:

O texto define-se, assim, em relação à manifestação a que precede e unicamente em relação a ela; ele não é o ponto de chegada do percurso gerativo total, considerado como passagem do simples ao complexo, do abstrato ao figurativo. A textualização constitui, pelo contrário, uma parada desse percurso num momento qualquer do processo e um desvio em direção à manifestação. Assim, quando se quer dar uma representação deste ou daquele nível do percurso gerativo (da gramática profunda, da gramática de superfície, da instância figurativa, etc.), procede-se necessariamente à textualização desse nível (vale dizer, dos dados fornecidos pela análise desse patamar). (Greimas e Courtés, s. d.: 461)

A textualização, portanto, dá-se no momento em que o percurso gerativo do sentido é interrompido e há um desvio em relação à manifestação. Nessa proposta, o sentido é da ordem do humano e as diferentes formas em que ele pode ser expresso são da ordem dos sistemas semióticos. Assim, é somente no plano da expressão que as línguas, por exemplo, são diferentes da música, da pintura, dos gestos, etc.

A proposta deste trabalho é diferente. O conceito de sentido que está sendo usado é pensado a partir de L. Hjelmeliv, em que tanto o plano de expressão quanto o plano de conteúdo são dotados de sentido.

Com esse conceito amplo de sentido, é possível pensar em descrevê-lo de acordo com os resultados que a Semiótica consegue em seu trabalho com o sentido do plano do conteúdo. Assim, o percurso gerativo do sentido, obtido e formalizado a partir da análise do sentido do conteúdo, pode ser usado na descrição de qualquer ordem de sentido, seja o sentido do conteúdo, seja o sentido da expressão. Esse procedimento pode ser justificado a partir do princípio da isomorfia dos planos da linguagem. Se há isomorfia entre eles, o que a Semiótica determina como a formação do sentido no plano do conteúdo pode ser válido também para a formação do sentido no plano da expressão. Desse modo, os princípios gerais do percurso gerativo do sentido, válidos para o conteúdo, podem ser usados na análise na expressão.

A textualização, portanto, pode ser definida como a correlação entre duas ordens de sentido, uma de expressão e outra de conteúdo. Essas ordens de sentido são geradas a partir do percurso gerativo do sentido, tomado como percurso gerativo de quaisquer ordens de sentido. Esse sentido tem um domínio geral e um domínio específico. O domínio geral é coberto pelos níveis fundamental, narrativo e pela instância temática do nível discursivo; e o domínio específico é coberto pela instância figurativa que, por sua vez, é própria de um sistema semiótico determinado.

Se o sistema semiótico é o sistema verbal, o plano de conteúdo geral especifica-se em figuras de conteúdo lingüístico, os sememas, e o plano de expressão geral especifica-se em figuras de expressão lingüística, os fonemas. Desse modo, por meio da discursivização, orientada pela categoria formal *identidade vs. alteridade*, forma-se um sistema de constituintes para cada plano de sentido específico, e

aplicam-se modulações caracterizantes na distribuição desses constituintes, ou seja, em sua colocação em discurso.

É por meio dessas correlações entre os planos de expressão e de conteúdo lingüísticos que são formadas as figuras de construção. Na colocação em discurso, por meio da enunciação, pode-se aplicar de forma correlata a categoria formal *identidade vs. alteridade* aos dois planos no mesmo momento enunciativo, produzindo assim efeitos de sentido que serão realizados através da textualização, e não apenas na enunciação de somente um desses dois planos.

Quando o termo *identidade* é aplicado à discursivização dos dois planos concomitantemente, há a produção de uma anáfora, de modo que há a repetição de uma mesma seqüência de fonemas no plano da expressão correlacionada a uma repetição do mesmo semema no plano do conteúdo, como é possível verificar nestes versos de Cruz e Souza, do poema *A caveira* (Cruz e Souza, s.d.: 89-90), em cuja textualização tanto a imagem acústica /kavejra/ quanto o semema que conceitua o sentido da palavra caveira são repetidos concomitantemente:

I

Olhos que foram olhos, dous buracos
Agora, fundos, no ondular da poeira...
Nem negros, nem azuis e nem opacos.
Caveira!

II

Nariz de linhas, correções audazes,
De expressão aquilina e feiticeira,
Onde os olfatos virginais, falazes?!
Caveira! Caveira!!

III

Boca de dentes límpidos e finos,
De curva leve, original, ligeira,
Que é feito dos teus risos cristalinos?!
Caveira! Caveira!! Caveira!!!

Na primeira estrofe do poema, a palavra “caveira” aparece apenas uma vez, mas na linearidade da seqüência enunciada de fonemas, a imagem acústica /kavejra/ é enunciada novamente duas vezes na segunda estrofe e três vezes na terceira estrofe. Em todas as repetições, não houve alteração de seu semema, de modo que essa figura de conteúdo é repetida em correlação com a repetição das mesmas figuras de expressão. Como o texto trata de um tema fúnebre, há na palavra “caveira” uma metáfora da morte, mas como ela é mantida em todas as ocorrências de seu semema no texto, sua realização não interfere na correlação entre a repetição de um mesmo semema e uma mesma imagem acústica.

A repetição gera uma concentração de sentido, a qual é explorada pelo poeta em torno da anáfora

utilizada. Sem o seu recurso, a inexorabilidade da morte não seria tematizada com a intensidade que é sugerida pela repetição da mesma correlação entre expressão e conteúdo construída no texto.

Entre as figuras de construção geradas pela aplicação da categoria *identidade*, o termo anáfora é usado genericamente. Quando o conectivo coordenativo é repetido, a figura de construção chama-se polissíndeto. Nos versos de Machado de Assis, *Sombras* (Machado de Assis, 1997: 45), há o uso do polissíndeto:

Quando, assentada, à noite, a tua fronte inclinas,
E cerras descuidada as pálpebras divinas,
E deixas no regaço as tuas mãos cair,
E escutas sem falar, e sonhas sem dormir,
Acaso uma lembrança, um eco do passado,
Em teu seio revive?

A repetição do conectivo “e” corresponde à repetição de um mesmo semema correlacionada à repetição de uma mesma imagem acústica. Como a anáfora, ele gera uma concentração do sentido, que, devido à função sintática coordenativa do conectivo, recai também sobre os elementos coordenados.

Na anáfora e no polissíndeto, o termo *identidade* é aplicado nos dois planos concomitantemente, no entanto, ele pode ser aplicado em apenas um deles e gerar outras figuras de construção. Quando ele é aplicada apenas ao plano da expressão, além de rimas, assonâncias e aliterações, geram-se também paranomásias. Em uma paranomásia, há uma repetição de figuras da expressão entre palavras com figuras de conteúdo diferentes. Nos versos de Camões “Todas as nove nos braços o tomaram,/ criando-o com seu *leite* no seu *leito*.” (Cherubim, 1989: 51), há paranomásia entre as palavras “leite” e “leito”. A seqüência de figuras de expressão /lejt/ é repetida, mas o semema ao qual elas correspondem não se repete. Nesse caso, a concentração de sentido ocorre apenas no plano da expressão, enquanto no plano de conteúdo há uma difusão entre os sentidos dos sememas de “leite” e de “leito”. No entanto, essa concentração de sentido no plano da expressão aproxima os sentidos difusos do conteúdo, gerando uma aproximação entre eles. No caso do verso de Camões, a aproximação ocorre em função do fazer das nove musas.

Contrariamente ao que ocorre na paranomásia, pode haver a repetição de um mesmo conteúdo sem, necessariamente, a repetição de uma mesma expressão. Nesse caso, geram-se amplificações, pleonasmos e gradações. Na amplificação, há o desenvolvimento das particularidades de um tema, como faz João de Deus nos versos de seu poema *A vida* (Cherubim, 1989: 12):

A vida é o dia de hoje,
A vida é um ai que mal soa,
A vida é a sombra que foge,
A vida é nuvem que voa,
A vida é sonho tão leve,
Que se desfaz com a neve
E como o fumo se esvai;
A vida não dura um momento
Mais leve que o pensamento

A vida leva-a o vento
A vida é folha que cai!

Além da anáfora da palavra “vida”, em que há uma correlação entre a repetição de um mesmo semema e de uma mesma imagem acústica, há uma amplificação em torno do tema realizado por essa anáfora. Assim discursivizado, o tema da vanidade da vida é comentado em percursos figurativos diferentes, em que variam tanto figuras de expressão quanto figuras de conteúdo. No entanto, como o percurso temático é o mesmo, há uma concentração de sentido no plano do conteúdo, que minimiza a difusão de sentido da figuras discursivizadas.

No pleonasma, repete-se o mesmo conteúdo redundantemente, gerando, assim, concentração de sentido nos conteúdos discursivizados. Os tradicionais exemplos de pleonasma vicioso atestam esse efeito de sentido, como em “monografia de um só tema”. No entanto, em um uso poético, a repetição de conteúdo do pleonasma pode ser acompanhada de uma repetição de elementos do plano da expressão sem, com isso, gerar anáforas, já que não há a repetição de uma correlação concomitante entre um semema e uma imagem acústica. No verso de Guilherme de Almeida “Eu *canto* um *canto* matinal”, há um pleonasma, já que há redundância de conteúdos em se cantar um canto. Os sememas das duas ocorrências da palavra “canto”, porém, são diferentes, já que um é um verbo e o outro é um substantivo, embora tenham a mesma imagem acústica /kãto/.

Na gradação, um mesmo tema do conteúdo é discursivizado em figuras de conteúdo que ou intensificam o seu sentido, gerando uma gradação ascendente, ou o atenuam, gerando um gradação descendente. Assim como em todos os mecanismos discursivos em que há a repetição de um mesmo elemento, o efeito gerado é uma concentração de sentido. Nesse caso, como a aplicação da categoria *identidade* está restrita ao plano do conteúdo, essa concentração de sentido fica restrita aos domínios do conteúdo. Em seu *Dicionário de figuras de linguagem* (Cherubim, 1989), S. Cherubim fornece os seguintes exemplos de gradação (Cherubim, 1989: 37): “Um sopro, uma sombra, um nada, tudo lhe dava febre” para a gradação ascendente, e “Anda, corre, voa aonde a honra o chama”, para a gradação descendente. Na gradação ascendente, os versos são da fábula *A lebre e as rãs*, de La Fontaine, e as figuras de conteúdo da gradação descendente são usadas para a concentração de sentido em torno da paixão da covardia, tematizada na fábula. Na gradação ascendente, os versos são d’*Estante de couro*, de Boileau, e as figuras de conteúdo da gradação ascendente são usadas para a concentração de sentido em torno da paixão da audácia, tematizada nos fazeres impostos pela honra.

Quando o termo *não-identidade* é aplicado à discursivização dos dois planos concomitantemente, há a produção de quiasmos, já que nessa figura de construção ocorre a alteração dos elementos de uma seqüência dada. Nesse caso, tanto a seqüência de fonemas quanto a seqüência de sememas colocadas em discurso sofrem concomitantemente a alteração, como é possível verificar nestes versos do poema *Nel mezzo del camin*, de Olavo Bilac (Bilac, s.d.: 123):

Ceguei. Chegaste. Vinhas fatigada
E triste, e triste e fatigado eu vinha,
Tinhas a alma de sonhos povoada,
E a alma de sonhos povoada eu tinha...

Se a aplicação do termo *identidade* gera uma concentração de sentido, a aplicação do termo *não-identidade* gera uma negação dessa concentração de sentido. Refazendo o enunciado a partir dos mes-

mos elementos, há a negação de um mesmo sentido sem, no entanto, afirmar-se uma difusão sua em elementos alteres.

Quando o termo *alteridade* é aplicado à discursivização dos dois planos concomitantemente, há a produção de antíteses, em que tanto a seqüência dos fonemas quanto a seqüência dos sememas é discursivizada em imagens acústicas e conceito alteres entre si. Neste trecho dos versos de Carlos Drummond de Andrade, *Os dois vigários* (Drummond de Andrade, 1983: 375), há antíteses tanto de imagens acústicas quanto de conceitos:

Há cinquenta anos passados,
Padre Olímpio bendizia,
Padre Júlio fornicava.
E Padre Olímpio advertia
e Padre Júlio triscava.
Padre Júlio excomungava quem se erguesse a censurá-lo
e Padre Olímpio em seu canto
antes de cantar o galo
pedia a Deus pelo homem.
Padre Júlio em seu jardim
colhia flor e mulher
num contentamento imundo.
Padre Olímpio suspirava,
Padre Júlio blasfemava.

Entre os muitos exemplos que se pode colher nesse texto, há as antíteses sonoras entre as seqüências que formam as palavras “bendizia” e “fornicava” e seus respectivos conteúdos. Na aplicação do termo *alteridade*, gera-se o efeito de difusão do sentido, contrário ao efeito de concentração gerado pela aplicação do termo *identidade*.

Ao lado da antítese, deve-se considerar também o oxímoro. O oxímoro diferencia-se da antítese porque, no arranjo estabelecido entre temas e figuras no plano do conteúdo, enquanto na antítese há a alteridade entre os percursos temáticos e seus respectivos percursos figurativos, no oxímoro há alteridade entre percursos figurativos de um mesmo percurso temático. Se no poema de Drummond há um percurso figurativo que recobre o percurso temático do vício, contrário ao percurso figurativo que recobre o percurso temático da virtude (Fiorin, 1989: 90), há uma antítese. Já, neste trecho do poema *Mensagem*, de Fernando Pessoa (Pessoa, 1985: 72), ocorre um oxímoro, já que em seus versos há um mesmo tema recoberto por percursos figurativos contrários entre si:

O MYTHO é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
É um mytho brilhante e mudo -
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.

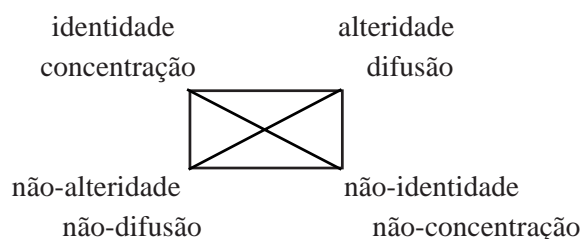
Quando o termo *não-alteridade* é aplicado à discursivização dos dois planos concomitantemente, há a produção de elipses e zeugmas, pois a omissão de um semema só é percebida quando o seu respectivo

significante, com sua cadeia de fonemas, é omitido também. A aplicação da *não-alteridade* produz uma negação da difusão de sentido. Ao negar a difusão de sentido afirmada na aplicação do termo *alteridade*, e sem afirmar uma concentração de sentido própria da aplicação do termo *identidade*, cabe à *não-alteridade* gerar uma não-difusão sem afirmar, ainda, uma concentração de sentido.

Antes de encerrar esse item são necessárias, ainda, duas observações. Uma é uma restrição, e a outra é uma síntese.

A restrição diz respeito a duas figuras de linguagem que não estão explicadas, o anacoluto e o hipérbato, pois elas estão fora dos domínios deste trabalho. No final do segundo capítulo, está colocado que o *corpus* desta pesquisa está restrito às figuras de linguagem próprias do *verborum exornatio*, o que exclui as figuras do *sententiarum exornatio*. Assim, são analisadas apenas as figuras de linguagem geradas por um arranjo entre temas e figuras, tanto da expressão quanto do conteúdo, e não as que são geradas por arranjos entre a enunciação e o enunciado. As mudanças abruptas de construção de frase produzidas pelo anacoluto podem ser explicados por meio de realizações da enunciação-enunciada frente ao enunciado-enunciado. Nesta frase de Machado de Assis (Cherubim, 1989: 12), por exemplo, “Essas criadas de hoje não se pode confiar nelas”, o anacoluto é produzido por uma realização da enunciação-enunciada “não se pode confiar nelas” frente ao enunciado-enunciado “Essas criadas”. Quanto ao hipérbato, há em sua produção questões próprias da sintaxe da frase que estão fora do escopo deste trabalho. Contrariamente ao quiasmo, no hipérbato não há uma seqüência de figuras enunciada sobre a qual é aplicada o termo *não-identidade*, de modo que o hipérbato envolve um estudo sobre as relações entre o sintaxe da língua e a sua colocação em discurso, e não sobre arranjos entre temas e figuras.

A síntese é a homologação entre a categoria *identidade vs. alteridade* e a categoria *concentração vs. difusão* de sentido, esquematizada no seguinte quadrado semiótico, que pode ser aplicada tanto no plano de expressão quanto no plano do conteúdo, assim como em correlações de sentido entre os dois planos concomitantemente:



Desse modo, por meio da textualização, o arranjo entre o sentido da expressão e o sentido do conteúdo, realizado durante a colocação em discurso das figuras de ambos os planos, produz as figuras de construção.

O semi-simbolismo

O estudo das relações entre o plano da expressão e o plano do conteúdo é realizado, em Semiótica, dentro da teoria dos sistemas semi-simbólicos. De acordo com a teoria do semi-simbolismo, um texto pode ser construído em torno de relações entre categorias do plano do conteúdo e categorias do plano da expressão.

Contudo, embora a teoria do semi-simbolismo possa ser aplicada em quaisquer sistemas semióticos, ela tem sido aplicada, com mais regularidade, nos sistemas semióticos visuais, como a pintura e a fotografia. Basicamente, nas análises semi-simbólicas de textos, o que é homologado são categorias semânticas do nível fundamental do conteúdo com categorias fundamentais do plano da expressão, que no caso dos sistemas visuais são categorias plásticas, como *luz vs. sombra, esquerda vs. direita, englobante vs. englobado*, e outras.

No sistema semiótico verbal, essa aplicação raramente é feita. Ela, porém, aparece em poemas como *A onda* (Bandeira, 1980: 255), de Manuel Bandeira, em que a categoria de conteúdo *continuidade vs. descontinuidade* pode ser homologada com a categoria de expressão *som vs. ruído*, com as vogais realizando o termo *som* e as consoantes realizando o termo *ruído*:

a onda anda
aonde anda
a onda?
a onda ainda
ainda onda
ainda anda
aonde?
aonde?
a onda a onda

Na proposta deste trabalho, tanto o sentido do plano da expressão quanto o sentido do plano do conteúdo estão sendo descrito pelo percurso gerativo do sentido, de modo que não apenas as categorias de nível fundamental podem ser homologadas. Nessa proposta, é possível conceber homologações entre os demais níveis do percurso gerativo do sentido, e definir correlações de sentido entre os níveis narrativo e discursivo dos percursos gerativos dos sentidos de ambos os planos da linguagem, expandindo, desse modo, o conceito de semi-simbolismo para outras relações entre expressão e conteúdo além daquelas estabelecidas entre categorias fundamentais.

No nível narrativo, por exemplo, pode haver uma homologação entre o ritmo do plano da expressão e as ações do plano do conteúdo, ou entre a melodia do plano da expressão e as paixões do plano do conteúdo. Neste trecho da canção *Vô bate pa tu* (Anísio e Rodrigues, 1974), de Arnaud Rodrigues e Orlandino, há estes versos:

Eu vô bate pa tu bate pa tu
Pa tu bate

Que é prá amanhã
Tu não pode dize
Que eu não bati pa tu
Pa tu pode bate

No plano do conteúdo destes versos, há uma ação que pode ser descrita por meio das trocas do objeto modal /saber/ entre sujeitos narrativos, enquanto que no plano da expressão há uma ritmização que se realiza nas consoantes oclusivas colocadas em discurso.

De acordo com a semiótica da canção de L. Tatit, as consoantes são usadas com destaque nas canções temáticas porque com elas é possível fazer os ataques rítmicos necessários para caracterizá-las, e também para opô-las às canções passionais (Tatit, 1986: 47-59). Em versos desse tipo, há uma correlação semi-simbólica entre duas narratividades, uma rítmica do plano de expressão sonora, e um percurso de ação do plano de conteúdo. Um exemplo em poesia é este trecho da *Profissão de fé* (Bilac, s.d.: 5), de Olavo Bilac:

Não quero o Zeus Capitolino,
Hercúleo e belo,
Talhar no mármore divino
Com o camartelo.

Que outro — não eu! — a pedra corte
Para, brutal,
Erguer de Atene o altivo porte
Descomunal.

Mais que esse vulto extraordinário,
Que assombra a vista,
Seduz-me um leve relicário
De fino artista.

Invejo o ourives quando escrevo:
Imito o amor
Com que ele, em ouro, o alto relevo
Faz de uma flor.

Imito-o. E, pois, nem de Carrara
A pedra firo:
O alvo cristal, a pedra rara,
O ônix prefiro.

Esse texto de O. Bilac pode ser considerado como um manifesto da poesia parnasiana. No poema, há a defesa de um fazer poético próprio do parnasianismo, que insiste mais no valor dado ao detalhe das coisas pequenas, mas preciosas, que na grandiloquência dos monumentos. Nele, o fazer do poeta deve insistir em trabalhar o verso como um ourives, e não como um escultor. Como um ourives, o fazer do poeta é comparado ao trabalho sobre o ouro e as pedras preciosas. Narrativizando um fazer, o poema trata da ação.

No plano da expressão, trata-se de um poema em que há uma repetição de consoantes oclusivas, gerando, assim, aliterações. Isso confere ao texto um ritmo consonantal, próprio do ataque das consoantes oclusivas. Além do mais, todas as estrofes da *Profissão de fé* são regulares, elas são sempre quartetos formados por versos octassílabos e tetrassílabos intercalados, de modo que os octassílabos são acentuados na quarta e na oitava sílabas e os tetrassílabos são acentuados na segunda e na quarta sílabas:

v v v - v v v -
v - v -
v v v - v v v -
v - v -

Nesse poema de O. Bilac, portanto, o fazer do poeta parnasiano, no plano do conteúdo, é correlacionado com o ritmo das consoantes, no plano da expressão.

Se uma inflexão rítmica aparece nas consoantes, há uma inflexão melódica que aparece nas vogais (Tatit, 1986: 26-46). Quando essa melodização vocálica, no plano da expressão, é correlacionada com um conteúdo passional, há uma outra correlação entre os sentidos narrativos dos dois planos da linguagem, diferente da correlação anterior.

A canção *Olhos nos olhos*, de Chico Buarque (Buarque, 1989:145) trata da paixão do mágoa. Em seus versos, uma amada, ainda magoada por ter sido abandonada por seu amado, fala com ele procurando disfarçar sua mágoa.

Quando você me deixou, meu bem
Me disse pra ser feliz e passar bem
Quis morrer de ciúme, quase enlouqueci
Mas depois, como era de costume, obedeci

Quando você me quiser rever
Já vai me encontrar refeita, pode crer
Olhos nos olhos, quero ver o que você faz
Ao sentir que sem você eu passo bem demais

E que venho até remoçando
Me pego cantando
Sem mais nem porquê
E tantas águas rolaram
Quantos homens me amaram
Bem mais e melhor que você

Quando talvez precisar de mim
'Cê sabe que a casa é sempre sua, venha sim
Olhos nos olhos, quero ver o que você diz
Quero ver como suporta me ver tão feliz

No enunciado, a amada diz que está tudo bem, na enunciação, porém, sua mágoa transparece.

Além de trechos como “Quis morrer de ciúmes, quase enlouqueci / Mas depois, como era de costume, obedeci” e “Quantos homens me amaram / Bem mais e melhor que você”, em que a mágoa aparece obediência ao abandono e na ofensa dirigida à virilidade do amado, há na enunciação da expressão musical as características do que se pode chamar de uma música “triste”. Seu componente musical é formado por frases musicais longas, que cobrem intervalos musicais distantes e é bastante melodiosa. Para gerar esse tipo de formação musical, no componente verbal do texto da canção há uma insistência, em sua dicção, mais nas vogais que nas consoantes, já que, por meio das vogais, a melodia pode ser construída.

Na canção de Chico Buarque, portanto, há uma correlação entre sentidos passionais tanto da expressão quanto do conteúdo. Em um poema, em que os elementos musicais não são tão destacados quanto na canção, pode-se encontrar a mesma correlação. Este trecho do *Mar português* (Pessoa, 1985: 82), de Fernando Pessoa, trata da paixão da tristeza, já que, falando das grandes navegações portuguesas, o poeta trata das baixas sofridas nessas viagens de conquista e da saudade e da tristeza dos que ficaram em Portugal:

Ó Mar Salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Ao enunciar seu plano de expressão, causa estranhamento imaginar sua curva entoativa insistindo nos ritmos das consoantes, como ocorre com os versos de O. Bilac, devidamente marcados por aliterações. O poema de Pessoa é marcado por assonâncias, o que conduz para uma insistência, em sua curva entoativa, para as vogais. Se no plano de expressão dos versos de F. Pessoa há uma narratividade melódica, no seu plano de conteúdo há a narrativização da paixão da tristeza correlacionada a essa melodização.

Assim, há uma tendência para a melodização da curva entoativa em F. Pessoa e há uma tendência para a ritmização da curva entoativa nos versos de O. Bilac. Nas duas correlações indicadas, ritmo com ação e melodia com paixão, não há motivação, e sim uma correlação semi-simbólica de sentidos. Em ambas, as narratividades da expressão sonora e do conteúdo conceitual estão adequadas pelos mesmos aspectos, pontual no caso da narratividade rítmica e dos percursos de ação, e durativa no caso da narratividade melódica e dos percursos passionais. No entanto, há a possibilidade teórica de correlacionar ritmo e paixão e melodia e ação. Contudo, devido à desidentificação aspectual, elas não são usuais. Pode-se observar, então, que nas propostas de L. Tatit (Tatit, 1986 e Tatit, 1996), no que diz respeito à sua semiótica da canção, há uma correlação semi-simbólica entre melodia e paixão, e ritmo e ação.

Pode haver também correlações semi-simbólicas em nível discursivo. Nos domínios temáticos, por exemplo, há uma correlação entre temas de expressão e de conteúdo nestes versos de Álvares de Azevedo, do poema *Meu sonho* (Azevedo, 1942: 230-231):

Eu
Cavaleiro das armas escuras,

Onde vais pelas trevas impuras
Com a espada sangrenta na mão?
Por que brilham teus olhos ardentes
E gemidos nos lábios frementes
Vertem fogo do teu coração?

Cavaleiro, quem és? o remorso?
Do corcel te debruças no dorso...
E galopas do vale através. .
Oh! da estrada acordando as poeiras
Não escutas gritar as caveiras
E morder-te o fantasma nos pés?

Onde vais pelas trevas impuras,
Cavaleiro das armas escuras,
Macilento qual morto na tumba?..
Tu escutas... Na longa montanha
Um tropel teu galope acompanha?
E um clamor de vingança retumba?

Cavaleiro, quem és? — que mistério,
Quem te força da morte no império
Pela noite assombrada a vagar?

O Fantasma

Sou o sonho de tua esperança,
Tua febre que nunca descansa,
O delírio que te há de matar!.

Na conhecida análise desse poema, de Antonio Candido (Candido, 1985: 38-53), o teórico da literatura mostra que há uma correlação entre o verso eneassílabo acentuado nas terceira, sexta e nona sílaba, e o tema do galope. É evidente que um galope não tem a sonoridade desse tipo de verso, no entanto, na discursivização deste tema, há uma correlação entre esse sentido e aquela sonoridade. Como está proposto neste trabalho, a versificação usada é um tema sonoro do plano da expressão, e o galope é um tema do plano conteúdo. O efeito conseguido, portanto, pode ser explicado como uma correlação semi-simbólica de sentidos temáticos entre o plano da expressão e o plano do conteúdo lingüísticos.

Pode haver também correlações semi-simbólicas entre sentidos figurativos, envolvendo figuras de expressão e figuras de conteúdo. O poema *No meio do caminho* (Drummond de Andrade, 1983: 15), de Carlos Drummond de Andrade, há um exemplo de correlação de sentido entre figuras de expressão e figuras de conteúdo:

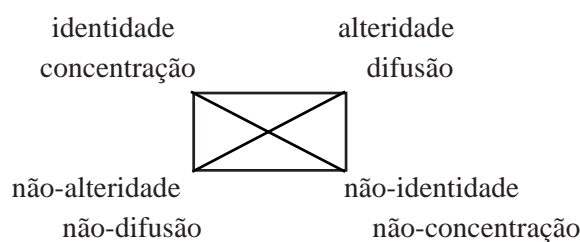
No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho

tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

No plano do conteúdo, há a aplicação do termo *identidade* da categoria formal *identidade vs. alteridade* quando os sememas das palavras “caminho” e “pedra” são repetidos, e uma aplicação do termo *alteridade* quando esses sememas são colocados em contraste. O mesmo se dá com as seqüências de fonemas que formam o plano da expressão das duas palavras, eles são repetidos de acordo com o termo *identidade* e contrastados de acordo com o termo *alteridade*. Assim, há uma correlação entre o sentido das figuras dos dois planos diferentes do sistema semiótico verbal, na instância figurativa do nível discursivo desses planos da linguagem.

Ainda no que diz respeito aos arranjos figurativos nos dois planos da linguagem, deve-se considerar a homologação entre a categoria formal *identidade vs. alteridade* com outra categoria formal que orienta os seus efeitos de sentido, já que a categoria formal *identidade vs. alteridade* é própria do nível discursivo e orienta a colocação em discurso dessas figuras. Pode-se afirmar que a aplicação da *identidade* promove uma *concentração* de sentido, e a aplicação da *alteridade* promove uma *difusão* de sentido, independentemente do plano de sentido em questão, como está proposto no item *A formação do sentido*, deste quarto capítulo. Com a aplicação do quadrado semiótico, geram-se quatro possibilidades com essa homologação:



No poema *No meio do caminho*, há a aplicação do termo *identidade* nas anáforas das palavras “pedra” e “caminho”, em que tanto as imagens acústicas da expressão quanto os sememas do conteúdo são repetidos. No entanto, as duas anáforas contraem uma relação de *alteridade*, o que gera uma antítese, provocando no texto do poema uma tensão entre as concentrações de sentido provocadas pelo termo *identidade* e as difusões de sentido provocadas pelo termo *alteridade*.

Um outro exemplo dessa relação entre concentração e difusão de sentido pode ser encontrado no poema *Passagem da noite* (Drummond de Andrade, 1983: 127), também de Carlos Drummond de Andrade. Em seu texto, há nas duas primeiras estrofes uma concentração de sentido no plano de expressão e no plano de conteúdo demarcado pela palavra “noite”, mostrando uma *concentração* no sentido própria de cada plano textualizado:

É noite. Sinto que é noite
Não porque a sombra descesse
(bem me importa a face negra)
Mas porque dentro de mim,
no fundo de mim, o grito
se calar, fez-se desânimo.
Sinto que nós somos noite,
que palpítamos no escuro
e em noite nos dissolvemos.
Sinto que é noite no vento,
noite nas águas, na pedra
E que adianta uma lâmpada?
E que adianta uma voz?
É noite no meu amigo.
É noite no submarino.
É noite na roça grande
É noite, não é morte, é noite
de sono espesso e sem praia.
Não é dor, nem paz, é noite
é perfeitamente a noite.

Na última estrofe, porém, há uma aplicação do termo *alteridade* na discursivização do sentido de expressão e de conteúdo demarcado pela palavra “dia”, o que gera uma *difusão* do sentido concentrado nos versos anteriores:

Mas salve, olhar de alegria!
E salve, dia que surge!
Os corpos saltam do sono,
o mundo se recompõe.
Que gozo na bicicleta!
Existir: seja como for.
A fraterna entrega do pão.
Amar: mesmo nas canções.
De novo andar: as distâncias,
as cores, posse das ruas.
Tudo que à noite perdemos
se nos confia outra vez.
Obrigado, coisas fiéis!
Saber que ainda há florestas,
sinos, palavras; que a terra
prosegue seu giro, e o tempo
não murchou; não nos diluimos!
Chupar o gosto do dia!
Clara manhã, obrigado,
o essencial é viver!

A aplicação do termo *não-alteridade* gera uma negação da *concentração* de sentido, porque, como os elementos alterados da seqüência enunciada são os mesmos, ainda não se realiza uma difusão do sentido. Neste trecho da canção *Qualquer coisa* (Veloso, 1975), de Caetano Veloso, pode-se observar essa *não-concentração* de sentido:

Mexe qualquer coisa dentro doida
Já qualquer coisa doida dentro mexe

Os sentidos de expressão e de conteúdo realizados na frase “Mexe qualquer coisa dentro doida” é alterado em um quiasmo em uma negação de sua identidade, já que não há uma difusão dele na afirmação de alteridades.

A aplicação do termo *não-identidade* gera uma negação da *difusão* de sentido. Na omissão que é realizada pela aplicação do termo *não-identidade*, uma alteridade é negada mas ainda não se afirma uma identidade, por isso a difusão do sentido é negada sem afirmar-se a sua concentração. Um exemplo dessa ocorrência é a elipse que aparece nos já citados versos de Oswald de Andrade, de seu *Poema da colonização* (Andrade, 1978: 95):

No baile da Corte
Foi o Conde d’Eu quem disse
Pra Dona Benvinda
Que farinha de Suruí
Pinga de Parati
Fumo de Baependi
É comê bebê pitá e caí

As elipses do sujeito no último verso do poema mostram uma negação da difusão de sentido nos dois planos da linguagem, já que não há uma difusão de sentido na afirmação de elementos alteres, e uma concentração de sentido ainda não está afirmada na seqüencialização discursiva dos constituintes figurativos desses dois planos.

A formação do sentido

Entre as últimas considerações deste trabalho, deve-se recuperar um princípio que está colocado no seu primeiro capítulo. Trata-se das questões da imanência e da transcendência das relações entre o sentido e a linguagem. O ponto de vista deste trabalho, como está defendido no primeiro capítulo, é o da língua como imanência e a do sentido como transcendência, de acordo com L. Hjelmslev.

Para a Semiótica, no entanto, o sentido está no plano do conteúdo e imana dele, de modo que é no plano da expressão que ocorre a manifestação desse sentido. Assim, o sentido é uma imanência e a sua manifestação em planos de expressão é uma transcendência. Como a língua só é definida, pela Semiótica, nos domínios do plano da expressão, ela é transcendente em relação ao sentido. No entanto, em nenhum lugar deste trabalho, a teoria Semiótica deixou de ser considerada em quase todas as demonstrações. Deve-se, portanto, ajustar alguns detalhes conceituais para evitar contradições teóricas.

Partindo do ponto de vista de L. Hjelmslev, é da língua que emana o sentido. Assim, se a língua é uma forma, e não uma substância, é a partir de sua forma que o sentido é gerado. Neste trabalho, seguindo as propostas de L. Hjelmslev, busca-se descrever esta forma da língua. Essa forma, por sua vez, pode ser descrita em termos de dois tipos de formantes, os formantes constituintes e os formantes caracterizantes.

Os constituintes são seus formantes discretos, aqueles que permitem que uma língua possa ser descrita como um sistema, ou seja, como um conjunto organizado em que um elemento se define pelos demais elementos. Os caracterizantes são os seus formantes contínuos, aqueles que são os responsáveis pela colocação dos constituintes em discurso. Assim, na forma da língua, pode-se descrever o seu sistema e o seu processo discursivo.

Essa é uma teoria lingüística, no entanto, deve-se relacioná-la com uma teoria semiótica. Se o sentido emana da forma da língua na proposta de L. Hjelmslev, cabe verificar o que o autor do *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* define como sentido, tendo em vista que, para ele, o conceito de sentido cobre os domínios da expressão e do conteúdo:

Uma experiência que, contrariamente, parece justificada, consiste em comparar diferentes línguas e daí extrair, a seguir, aquilo que há de comum em todas elas, seja qual for o número de línguas que se esteja considerando. Se se procede a uma abstração do princípio de estrutura propriamente dito, que comporta a função semiótica e todas as funções que dela se pode deduzir — princípio que, enquanto tal, é naturalmente comum a todas as línguas, mas cuja execução é diferente em cada uma delas — descobre-se que esse fator comum é uma grandeza que só se define pela função que a une ao princípio de estrutura da língua e a todos os fatores que fazem com que as línguas se distingam umas das outras. A este fator comum chamaremos *sentido*.

(Hjelmslev, 1975: 55-56)

Ora, se a forma da língua gera um sentido que pode ser tomado como comum, pode-se afirmar que o percurso gerativo do sentido, aplicado ao plano de conteúdo das línguas, descreve esse sentido de conteúdo comum, de modo que considerá-lo como transcendente à forma da língua não invalida nenhuma das deduções da teoria semiótica. Quando L. Hjelmslev trata da formação do sentido comum, ele faz a seguinte demonstração (Hjelmslev, 1975: 56-57):

Podemos ver assim que, em diferentes línguas, as cadeias,

<i>jeg véd det ikke</i>	(dinamarquês)
<i>I do not know</i>	(inglês)
<i>je ne sais pas</i>	(francês)
<i>en tiedji</i>	(finlandês)
<i>naluvara</i>	(esquimó)

apesar de todas as diferenças, têm um fator comum: o sentido, o mesmo pensamento que, assim considerado, apresenta-se provisoriamente como uma massa amorfa, uma grandeza não analisada, definida apenas por suas funções externas, isto é, por sua função contraída com cada uma das proposições citadas. Seria possível pensar que o sentido é analisável a partir de vários pontos de vista, e que análises diferentes podem fazê-lo surgir como outros tantos objetos diferentes. Seria possível, por exemplo, analisá-lo de um ponto de vista lógico qualquer ou de um ponto de vista psicológico qualquer. Percebe-se que ele deve ser analisado de um modo particular em cada uma dessas línguas, coisa que só podemos compreender do seguinte modo: o sentido é ordenado, articulado, formado de modo diferente segundo as diferentes línguas:

em dinamarquês, tem-se inicialmente *jeg* (eu), a seguir *véd* (sei — presente do indicativo), a seguir um objeto, *det* (o) e enfim a negação, *ikke*;

em inglês, tem-se de início “eu”, a seguir um conceito verbal que não tem existência autônoma na proposição dinamarquesa, a seguir a negação e finalmente o conceito “saber” (mas nada que corresponda a “sei”, e nenhum objeto);

em francês, tem-se de início *eu* seguido por uma espécie de negação (que, no entanto, é algo bem diferente das negações dinamarquesa e inglesa, pois nem sempre ela tem o sentido de negação), a seguir *sei* e um outro signo curioso que é às vezes chamado de negação mas que também pode significar “um passo”; tal como em inglês, não há objeto;

em finlandês, vem de início um verbo que significa “eu-não” (ou, mais exatamente, “não-eu”, com o signo para eu” vindo em segundo lugar; nesta língua, a negação é um verbo que assume as marcas da pessoa e do número: *en* eu-não”, *ei* “tu-não”, *ei* “ele-não”, *emme* nos-não etc.), a seguir o conceito “saber” sob uma forma que pode significar o imperativo em outras combinações; aqui ainda não há objeto;

em esquimó, tem-se “não-sabendo-sou-eu-isso”, isto é, um verbo derivado de *nalo* “ignorância” com sufixos de primeira pessoa, sujeito, e de terceira pessoa, objeto .

Vemos, portanto, que o sentido “não-formado” que se pode extrair dessas cadeias lingüísticas assume uma forma de modo diferente em cada língua.

Em termos narrativos, o sentido comum pode ser descrito, pela Semiótica, como a disjunção de um *sujeito* narrativo com o *objeto* modal saber. Assim, esse sentido comum torna-se o objeto de estudos da Semiótica. Descrevendo seu objeto de estudos, A. J. Greimas define deste modo o sentido do conteúdo:

Quando um crítico fala da pintura ou da música, pelo próprio fato de que fala, pressupõe ele a existência de um conjunto significante “pintura”, “música”. Sua fala constitui-se pois, em relação ao que vê ou ouve, uma metalíngua. Assim, qualquer que seja a natureza do significante ou o estatuto hierárquico do conjunto significante considerado, o estatuto de sua significação se encontra situado num nível metalinguístico em relação ao conjunto estudado. Essa diferença de nível é ainda mais visível quando se trata do estudo de línguas naturais: assim o alemão ou o inglês podem ser estudados numa metalíngua que utiliza o francês e vice-versa.

Isso nos permite a formulação de um princípio de dimensão mais geral: diremos que esta metalíngua transcritiva ou descritiva não apenas serve ao estudo e qualquer conjunto significante, mas também que ela própria é indiferente à escolha da língua natural utilizada.

(Greimas, s.d.: 23)

O objeto definido por A.J. Greimas está, portanto dentro dos domínios da definição de sentido de L. Hjelmslev, só que restrito ao sentido do conteúdo. Desse modo, considerar o sentido como transcendente à forma da língua não desautoriza uma abordagem semiótica desse sentido de conteúdo comum.

A Semiótica, como se pode verificar na citação de A. J. Greimas, inclui em seus domínios teóricos outros sistemas semióticos além do sistema verbal. Em Semiótica, todos os sistemas semióticos, e não apenas o sistema verbal, têm um sentido comum, de modo que as diferenças entre eles dá-se no plano de expressão. O ponto de vista com o qual L. Hjelmslev considera os sistemas semióticos é diferente. Para ele, há uma metassemiótica quando “um ou vários planos é (são) uma semiótica” (Hjelmslev, 1975: 126), de modo que:

Normalmente, uma metassemiótica será (ou poderá ser) inteiramente ou parcialmente idêntica à sua semiótica-objeto. A lingüística, por exemplo, que descreve uma língua, recorre a essa mesma língua em sua descrição. Do mesmo modo, as semiologias que descrevem semióticas que não são línguas poderão fazer essa descrição numa língua. Se este não for o caso, a semiótica de que se servirão sempre poderá ser traduzida numa língua.

(Hjelmslev, 1975: 127)

Isso coloca uma questão teórica a respeito de como tratar os sistemas semióticos, pois a demonstração de L. Hjelmslev trata de questões basicamente lingüísticas, embora deixe a possibilidade de estender seus *Prolegômenos* à análise de outros sistemas semióticos, e as considerações de A. J. Greimas incluem outros sistemas semióticos além do verbal. No entanto, isso é um falso problema. Para resolvê-lo, basta considerar que o sentido não imana somente da forma dos sistemas verbais, mas da forma do sistema semiótico realizado. Um sistema semiótico, em Semiótica, é considerado diferente do outro apenas em suas figuras de expressão, caracterizando uma imanência para com um sentido comum. Se o sistema passa a ser considerado imanente, tanto as suas figuras de expressão quanto as suas figuras de conteúdo passam a ser propriedades dele.

No que diz respeito ao plano de conteúdo, os sememas são próprios do conteúdo lingüístico, ou seja, seu percurso figurativo. Os temas, a narratividade e a fundamentação do sentido de conteúdo são comuns ao conteúdo conceitual de quaisquer sistemas semióticos, constituindo o objeto “sentido comum” que a Semiótica estuda.

Quanto ao plano de expressão, ele também pode gerar sentidos comuns. A tipologia dos sistemas

semióticos é baseada em suas figuras de expressão, no entanto, ela podem ser reduzida a dois tipos básicos, há aquelas expressões que se realizam em seqüências temporais, e há aquelas expressões que se realizam em distribuições espaciais. Dentre as de realização temporal, incluem-se o sistema semiótico musical e o sistema semiótico verbal. Realizando-se por meio de imagens acústicas, tanto a música quanto os “sons da língua” podem gerar um sentido comum que, por sua vez, pode ser descrito em percursos temáticos, uma narratividade e uma fundamentação do sentido próprios dos sistemas semióticos de expressão sonora, em um percurso gerativo do sentido desse tipo de expressão.

Nesse ponto de vista, mais hjelmsleviano que greimasiano, considera-se que o sentido imana de uma forma semiótica, porém, não de uma forma geral do sentido do conteúdo, mas de uma forma específica de um sistema semiótico determinado. Resta saber, ainda, qual é o estatuto desse sentido. Para determiná-lo, recorre-se a A. J. Greimas mais uma vez, quando considera que “o homem é o significado de todas as linguagens” (Greimas, s. d*.: 116). Construindo o sentido tanto da expressão quanto do conteúdo, o homem não é apenas o sentido do conteúdo de todas as linguagens, ele é também parte de sua expressão, por isso, parafraseando A. J. Greimas, com uma inspiração hjelmsleviana, pode-se afirmar que o homem é o *sentido* de todas as linguagens.

No entanto, qual o sentido dessa afirmação? Uma postura científica, do ponto de vista da ideologia que ela defende, pode estudar seu objeto entre duas crenças: ou há uma crença em universais científicos, ou há uma crença no processo histórico. Na primeira crença deve haver, necessariamente, o ideal de uma verdade objetiva das coisas, que, por meio de um suporte material, físico para a natureza e biológico para o homem, pode ser determinada. Na segunda crença, não há uma verdade objetiva a ser determinada, mas uma relação entre o sujeito e seus objetos, que determina um processo histórico.

Como tratar o estudo do sentido e da significação entre essas duas crenças? Na primeira, o sentido e a significação ganham um estatuto de verdade a ser determinada, o que distingue um sentido objetivo, correspondente à verdade, de um sentido subjetivo, considerado falso. Assim, há um sentido naturalmente verdadeiro, e a quem for possível determinar esse sentido é apresentada a verdade das coisas. É evidente que, se essa consideração é levada a cabo, ou ela redundará na loucura, ou no fanatismo, que não deixa de ser uma tipo de demência. Entretanto, muitos sistemas de pensamento funcionam assim. Os extremismos de algumas correntes religiosas, políticas e artísticas levaram seus porta vozes a se considerarem como os detentores da verdade e do sentido das coisas.

Na segunda crença, subjetividade e objetividade são tratadas em um outro ponto de vista. Não há uma objetividade interpretada pela subjetividade, mas uma realidade histórica determinada na relação dialética entre sujeito e objeto. Sem ser superada, a questão da objetividade e da subjetividade é complexificada, pois ela é definida em uma relação. Participante dessa relação na determinação histórica, não cabe ao sujeito tentar desvendar uma verdade, mas modificar a história, já que ele participa da realização de seu processo. Nessa segunda crença, o sentido é construído, e não desvendado.

L. Hjelmslev, com certeza, participa dessa segunda crença. Em 1953, ele fez as seguintes afirmações em seu texto *A forma de conteúdo da linguagem como um fator social* (Hjelmslev, 1991: 107):

Em 1939 veio visitar-me em Copenhague um colega tcheco; a moderna teoria dos signos constitui seu campo de estudo, e naquela época ele me dizia: “Em que perfeito Eldorado dos signos estamos nós vivendo, agora que o signo simplesmente enlouqueceu”. *Le signe est devenu fou*, eis o que ele

realmente disse na compa-nhia em que nos achávamos, onde se falava francês. E esta foi, certamente, outra revolução lingüística: com os modernos meios postos à nossa disposição, o sistema de signos, a linguagem e a forma do conteúdo converteram-se numa força cuja aplicação nenhum governante poderá negligenciar. Hitler afirmou que poderia moldar a vontade das massas de modo a fazê-las mover-se como bem entendesse, e nem ele nem ninguém com semelhantes intenções poderia desconhecer a importância dos signos e símbolos para a realização de seus objetivos. O rádio, agora em combinação com a televisão, que amplia consideravelmente o efeito da palavra falada, é um importante instrumento da política interna-cional. Quem tiver o desejo e a habilidade de servir-se de tais aparelhos pode influir na vontade das massas não apenas mediante o uso de palavras e gestos, mas também mediante símbolos como a suástica ou a foice e o martelo, ou por meio de orquestras de metais e trompetes; desse modo, uma espécie de *Weltanschauung*, como se dizia outrora, é martelado no consciente e no inconsciente de todo indivíduo, a tal ponto que a realidade já superou as grotescas visões do futuro pintadas por Aldous Huxley no *Admirável Mundo Novo*. A propaganda é capaz de explorar a língua como nunca se fez antes: é capaz de transformá-la, de adaptá-la às suas necessidades, e aquele que pretender tornar-se um ditador faria bem em estudar semântica. A linguagem está constituída de tal forma que novos signos podem ser formados constantemente a partir dos componentes do signo, e como a relação entre forma e substância e entre conteúdo e expressão é arbitrária, a forma do conteúdo lingüístico e o sistema semântico lingüístico podem desde que tenha suficiente habilidade e conhecimento - ser manipulados; e não só se podem criar novas palavras com novos sentidos, como ainda novos sentidos ou sentidos distorcidos podem ser imperceptivelmente incorporados a velhas palavras.

L. Hjelmslev, assim, mantém-se fiel ao princípio da imanência da língua na construção do sentido, sempre como algo construído e nunca como uma verdade que precisa ser descoberta. Além do sentido do conteúdo, L. Hjelmslev também considera a formação do sentido da expressão, quando se refere ao som de metais e orquestras, e considera também outros sistemas semióticos além do verbal, quando se refere ao rádio e à televisão, por exemplo.

Nesse texto, L. Hjelmslev chama a atenção para a possibilidade de um uso apocalíptico de manipulação do sentido, historicamente marcado pelo pós guerra e pelos ecos que o nazismo e o estalinismo deixaram no pensamento de sua época. No entanto, ele cita também Aldous Huxley, que em 1960 estava com Timothy Leary, em Cambridge, no Centro de Pesquisas da Personalidade de Harvard, participando de discussões a respeito da expansão da consciência por meio do uso de drogas como a psilocibina (Leary, 1999: 45-56), insistindo em outras possibilidades de construção do sentido que aquelas em que o nazismo e a extrema direita sempre insistiram.

J. L. Fiorin, em seu texto *Fruição artística e catarse* (Fiorin, 2000: 32), faz uma afirmação que aponta para uma possibilidade de formação de sentido contrária àquela temida por L. Hjelmslev:

Essa vivência de uma nova ordem durante a temporalidade da fruição artística não é algo alienante, mas, ao contrário, altamente revolucionário, porque indica ao homem que a alteração do que é estabelecido pode ser feita.

É essa possibilidade de fazer sentido, própria do homem, que está implícita na afirmação de que ele é o sentido de todas as linguagens. Contudo, em uma relação dialética com seu objeto, o sujeito da

enunciação não apenas constrói o seu objeto sentido, ele também é construído por ele, pois o sentido que esse sujeito forma também o envolve, formando o simulacro semiótico que o sujeito faz de si mesmo.

Uma contradição, no entanto, pode ser considerada. Buscar determinar a forma da língua não coincide, em algum momento, com a busca da determinação de uma verdade? Se a forma gera a substância, determinar a forma não corresponde a determinar a causa primeira de todas as coisas? Enfim, não se está, ideologicamente, participando da crença em universais científicos?

Se assim for, cabe a essa concepção formal de língua a mesma crítica que L. Trotsky (Eikhenbaum, 1978: 85) faz às escolas formalistas:

Na biologia, o vitalismo é uma variante do mesmo fetiche da apresentação dos vários aspectos do processo universal separadamente, sem ser compreendida a sua íntima relação. Um Criador é tudo o que falta a uma moralidade e a uma estética metassocial ou a uma “força vital” metafísica e absoluta. A multiplicidade dos “fatores” independentes, “fatores” sem princípio nem fim, não passa de um politeísmo mascarado. Como o idealismo kantiano representa historicamente uma tradução do cristianismo na linguagem da filosofia racionalista, da mesma maneira todas as variantes do formalismo idealista conduzem, aberta ou secretamente, a Deus como a causa de todas as coisas. Frente à oligarquia de uma dúzia de subabsolutos da filosofia idealista, um criador pessoal e único é já um elemento de ordem. Aqui reside o nexos mais profundo entre as refutações formalistas do marxismo e as refutações teológicas do darwinismo.

A escola formalista representa um idealismo frustrado, aplica-do às questões da arte. Os formalistas revelam uma religiosidade que amadurece rapidamente; são discípulos de São João: crêem que “no princípio era o Verbo”. Nós, por outro lado, cremos que no princípio era a ação, e a palavra acompanhou-a, como sua sombra fonética.

Contudo, na tradição de pesquisas da qual participam F. Saussure, L. Hjelmslev e A. J. Greimas, essa crítica não procede.

Para F. Saussure, não há buscas de verdades, mas determinações baseadas em um ponto de vista (Saussure, s.d.: 15):

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. Alguém pronuncia a palavra *nu*: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto lingüístico concreto; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão duma idéia, como correspondente ao latim *nudum* etc. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras.

Além do mais, F. Saussure concebe o sentido como algo que é construído. Ao justificar suas definições terminológicas a respeito do conceito de *langue*, ele afirma que (Saussure, s.d.: 22):

Cumprir notar que definimos as coisas e não os termos; as distinções estabelecidas nada têm a rezear, portanto, de certos termos ambíguos, que não têm correspondência entre duas línguas. As-

sim, em alemão, *Sprache* quer dizer “língua” e “linguagem” *Rede* corresponde aproximadamente a “palavra”, mas acrescentando-lhe o sentido especial de “discurso”. Em latim, *sermo* significa antes “linguagem” e “fala”, enquanto *língua* significa a língua, e assim por diante. Nenhum termo corresponde exatamente a uma das noções fixadas acima; eis porque toda definição a propósito de um termo é vã; é um mau método partir dos termos para definir as coisas.

L. Hjelmslev traça considerações semelhantes ao tratar do que ele define como o princípio do empirismo (Hjelmslev, 1975: 11):

A descrição deve ser não contraditória, exhaustiva e tão simples quanto possível. A exigência da não contradição prevalece sobre a da descrição exhaustiva, e a exigência da descrição exhaustiva prevalece sobre a exigência de simplicidade.

Assumimos o risco de denominar esse princípio de *princípio do empirismo*, mas estamos preparados para abandonar esse termo se a epistemologia, examinando-o, considerá-lo impróprio. Trata-se apenas de uma questão de terminologia que não afeta em nada a manutenção do princípio.

A. J. Greimas, ao estudar o discurso nas ciências sociais, considera o discurso científico como um processo de construção de sentido, e não como uma investigação sobre a verdade das coisas (Greimas, s.d.*: 29):

Se levarmos em conta não apenas as incertezas metodológicas que caracterizam atualmente as ciências sociais — algumas das quais não parecem ter ultrapassado o estado doxológico — mas também as recaídas conjecturais de uma crise da cultura em geral, é normal que seu estatuto científico seja recolocado em questão — não sem razão, às vezes — e que elas sejam consideradas como ideologias. O que é menos normal é o fato de esses julgamentos serem pronunciados não por aqueles que reivindicam uma ciência, mas por aqueles que falam em nome de outras ideologias, inscrevendo assim o debate científico num quadro de lutas ideológicas.

Conscientes de suas fraquezas, as ciências sociais são reconhecidas não por seu estatuto científico, mas por seu projeto e por um certo fazer científico que exercem em nome desse projeto. Como todo projeto humano, este só pode ser ideológico: nós o aceitamos explicitamente propondo dar uma estrutura actancial à instância do sujeito da enunciação científica. Entretanto, assim que nos pomos a examinar mais de perto os componentes que entram na constituição desse modelo, reconhecemos características que os distinguem dos outros modelos ideológicos. Não voltaremos a isso. Talvez seja prematuro, no estado atual de nossos conhecimentos sobre as condições de produção e sobre a tipologia dos discursos, procurar fixar definitivamente os traços específicos do discurso científico, tanto mais que todo discurso ocorrencial efetivamente realizado só manifesta tendências e os critérios estabelecidos correm o risco de serem relativos e não categóricos — o discurso científico está destinado a esgotar seu próprio projeto ideológico.

O ponto vista de A. J. Greimas (Greimas, s.d.*: 30), a respeito da formação dos conceitos científicos, é a mesma de F. Saussure e de L. Hjelmslev:

Supondo-se que examinemos, procurando defini-los, todos os conceitos constitutivos de um campo qualquer do saber e que, por meio de suas interdefinições, cheguemos a estabelecer um encadeamento ao mesmo tempo lógico e hierárquico desses conceitos, encadeamento garantido pelo fato de que eles se pressupõem mutuamente, no fim só conseguiremos dar conta de um pequeno número de

conceitos pressupostos, não-definidos e não-definíveis, dos quais se poderá dizer que constituem o nível epistemológico, ao mesmo tempo não fundado e fundador desse campo do saber. Então, partindo desse inventário de conceitos epistêmicos, é possível dar uma forma axiomática à teoria científica que cobre esse campo e que justifica, por meio de processos dedutivos, a instalação dos conceitos operatórios. Nessas condições, o nível epistêmico poderia ser considerado ao mesmo tempo como fundador do bom uso do fazer científico e como o lugar de exame da consistência e da força da própria teoria.

Assim, a descrição metalingüística também é o produto de uma construção discursiva e, como tal, também pode ser modificada na relação do sujeito com seu ponto de vista, também indicando “ao homem que a alteração do que é estabelecido pode ser feita” (Fiorin, ??).

Desse modo, conceber a construção do sentido a partir de uma forma está longe de impedir a concepção histórica e social do sentido. Definir o homem a partir de um fazer semiótico, que também faz dele o sentido de todas as linguagens, faz da construção do sentido uma ação, que sem se basear na crença de que no “princípio era o verbo”, coloca o sentido em revolução permanente.

Conclusão

Em suas *Astúcias da enunciação*, J. L. Fiorin nos diz que a conclusão é “o último esforço de persuasão” (Fiorin, 1996: 301). Do latim *persuadere*, persuadir também quer dizer convencer até o fim. No entanto, convencer não é vencer pelo cansaço, extenuando o leitor até que ele desista. Não se trata, então, de repetir ponto por ponto os conteúdos trabalhados ao longo deste texto, mas de harmonizá-los.

Há propostas, em todos os domínios do saber, que extraem a sua vitalidade em torno das questões que são capazes de enunciar. Antes de resolver problemas, essas propostas apresentam novos pontos de vista com os quais se pode olhar para as coisas. Assim, definem-se novos objetos de estudo e os campos do conhecimento são renovados nessas revoluções conceituais. Na Lingüística, sem dúvida, as propostas de F. Saussure e N. Chomsky fazem parte desse tipo de revolução conceitual.

Contudo, a herança saussuriana de que se vale a Lingüística está complexificada pelos estudos de L. Hjelmslev, de modo que não está errado atribuir a ele parte da revolução conceitual iniciada por F. Saussure. Dentro da mesma linha de pesquisas, há um objeto de estudo lingüístico que se vai definindo no *Curso de lingüística geral* e nos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. L. Hjelmslev, entretanto, não motiva apenas os estudos lingüísticos, pois há uma corrente de estudos semióticos, contruída em torno das idéias de A. J. Greimas, baseada em muitas de suas propostas.

Dentro desses domínios, definidos por F. Saussure, L. Hjelmslev e A. J. Greimas, que muitos trabalhos em lingüística são apresentados, e é assim que nosso trabalho foi construído. Longe de apresentar novidades, ele retorna aos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* em busca de algumas orientações. Em primeiro lugar, nele busca-se confirmar duas propostas de L. Hjelmslev: uma diz respeito a uma metodologia de trabalho, e a outra, a um princípio.

A metodologia de trabalho tem esta orientação, baseada na proposta de articular a língua nos planos de expressão e de conteúdo:

Partindo desse ponto de vista, será fácil organizar os domínios secundários da lingüística segundo um esquema judicioso e superar de uma vez por todas a subdivisão atual da gramática em fonética, morfologia, sintaxe, lexicografia e semântica, subdivisão pouco satisfatória, claudicante sob vários aspectos e cujos domínios em parte se sobrepõem.

(Hjelmslev, 1975: 63)

O princípio é o da isomorfia dos dois planos, apresentada nesta afirmação:

Uma vez realizada, a análise mostra além do mais que o plano da expressão e o do conteúdo podem ser descritos, exhaustivamente e não contraditoriamente, como construídos de modo inteiramente análogo, de modo que se pode prever nos dois planos categorias definidas de modo inteiramente idêntico. Isso só fará confirmar novamente a correção da concepção segundo a qual expressão e conteúdo são grandezas da mesma ordem, iguais sob todos os aspectos.

(Hjelmslev, 1975: 63-64)

Em seguida, toma-se como orientação a dicotomia sistema lingüístico vs. processo lingüístico (Hjelmslev, 1975: 8). Para L. Hjelmslev, o processo lingüístico realiza o sistema lingüístico:

Em todo caso, parece legítimo propor *a priori* a hipótese de que a todo *processo* corresponde um *sistema* que permite analisá-lo e descrevê-lo através de um número restrito de premissas. Deve ser possível considerar todo processo como composto por um número limitado de elementos que constantemente reaparecem em novas combinações. Baseando-se na análise do processo, deveria ser possível reagrupar esses elementos em classes, sendo cada classe definida pela homogeneidade de suas possibilidades combinatórias, e a partir dessa classificação preliminar deveria ser igualmente possível estabelecer um cálculo geral exaustivo das combinações possíveis. Assim entendida, a história superaria o estágio primitivo da simples descrição e se constituiria em ciência sistemática, exata, generalizadora: sua teoria permitiria prever todos os eventos possíveis (isto é, todas as combinações possíveis de elementos) e as condições de realização de tais eventos. (Hjelmslev, 1975: 8)

Por meio dessa proposta, determinar a forma da língua é determinar o sistema lingüístico. No entanto, essa definição de forma pode ser expandida, para não apenas dar conta dos aspectos sistemáticos da língua, mas também de seus aspectos processuais, de modo que determinar a forma da língua pode ser determinar a relação sistema-processo.

Valendo-se dos conceitos de constituintes e de caracterizantes, propõe-se que os constituintes possam descrever os formantes sistemáticos da língua e os caracterizantes, os formantes processuais. Ora, o processo lingüístico pode ser definido como a colocação da língua em discurso e, a partir dessa definição, a teoria Semiótica pode ser escolhida para descrever o processo lingüístico, já que o nível discursivo do percurso gerativo do sentido é uma teoria do discurso.

Assim, a partir da definição de sentido de L. Hjelmslev (Hjelmslev, 1975: 60), resultante do princípio da isomorfia entre os dois planos, que vale tanto para o sentido da expressão quanto para o sentido do conteúdo, é possível aplicar a Semiótica, cujos domínios teóricos valem para o sentido do plano de conteúdo, também nos domínios do sentido da expressão. Dessa maneira, é possível descrever as correlações semi-simbólicas entre os dois planos em cada nível do percurso gerativo do sentido no processo de textualização.

No percurso figurativo do nível discursivo, no qual é possível isolar as figuras próprias do sistema semiótico verbal, é possível descrever as figuras de construção, o ponto de partida e também o de chegada de nosso trabalho.

Resta uma última conclusão. L. Hjelmslev, estudando está afirmação de F. Saussure:

Considerado em si mesmo, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não há idéias preestabelecidas, e nada se distingue antes do aparecimento da língua ... A substância fônica não é nem mais fixa nem mais rígida; não é um molde cujas formas o pensamento deva necessariamente tomar, mas sim uma matéria plástica que se divide, por sua vez, em partes distintas a fim de fornecer os significantes de que o pensamento necessita. Portanto, podemos representar (...) a língua (...) como uma série de subdivisões contíguas desenhadas simultaneamente no plano indefinido das idéias confusas (...) e no plano não menos indeterminado dos sons

(...); a língua elabora suas unidades ao constituir-se entre duas massas amorfas (...) esta combinação produz uma forma, não uma substância .
(Hjelmslev, 1975: 55)

...demonstra, contrariamente a F. Saussure, que a forma antecede a substância:

Mas esta experiência pedagógica, por mais feliz que seja sua formulação, na realidade não tem sentido, e o próprio Saussure deve tê-lo imaginado. Numa ciência que evita qualquer postulado não necessário, nada autoriza que se faça preceder a língua pela “substância do conteúdo” (pensamento) ou pela “substância da expressão” (cadeia fônica) ou o contrário, quer seja numa ordem temporal ou numa ordem hierárquica. Se conservamos a terminologia de Saussure, temos então de nos dar conta — e justamente a partir de seus dados — de que a substância depende exclusivamente da forma e que não se pode, em sentido algum, atribuir-lhe uma existência independente.
(Hjelmslev, 1975: 55)

L. Hjelmslev, analisando a relação entre o sistema e o processo, também faz as suas afirmações a respeito do que antecede o que nessa relação:

Um processo e o sistema subentendido contraem uma função mútua que, conforme o ponto de vista adotado, pode ser considerada como uma relação ou como uma correlação. Um exame aprofundado dessa função mostra facilmente que é uma determinação cujo sistema é a constante: *o processo determina o sistema*. Não é essencial que, visto do exterior, o processo seja mais imediatamente perceptível à observação, enquanto que o sistema deve ser antes “relacionado” com o processo “descoberto” atrás dele mediante um procedimento; é apenas por isso que o único modo de conhecê-lo é o modo indireto, a menos que ele se apresente de imediato a partir de um procedimento preliminar. Esta situação poderia levar a pensar que o processo pode existir sem o sistema, e não o contrário. Mas o importante é que a existência de um sistema seja uma condição necessária para a existência de um processo. O processo só existe em virtude do sistema subjacente que o governa e que determina sua formação possível. Não seria possível imaginar um processo sem um sistema por trás dele porque neste caso tal processo seria inexplicável, no sentido absoluto da palavra. Um sistema, pelo contrário, não é inconcebível sem um processo. A existência de um sistema não pressupõe a existência de um processo. O sistema não existe em virtude de um processo.
(Hjelmslev, 1975: 44)

Talvez seja possível, do mesmo modo que L. Hjelmslev inverte a afirmação de F. Saussure a respeito da relação entre forma e substância, inverter a sua afirmação sobre a relação entre sistema e processo e dizer que não existe sistema sem processo, também a partir de seus próprios dados. O próprio L. Hjelmslev reconhece que o processo determina o sistema, portanto, sem o primeiro, o segundo não pode ser organizado e nem sofrer as alterações que aparecem nas mudanças lingüísticas. É por meio do processo lingüístico que a língua ganha vida, varia e muda, é por meio dele que o sistema pode ser deduzido porque é por meio dele que ele é formado.

No entanto, também essa conclusão não é nossa. Se o processo pode ser definido como a colocação de um sistema semiótico em discurso, nossa conclusão está no final d’ *As astúcias da enunciação*:

Seguimos a tradição: o que é autorizado pelo sistema existe. No entanto, cabe lembrar que o discurso, sendo da ordem da História, pode mudar o sistema.
(Fiorin, 1996: 303)

Bibliografia

- ALENCAR, J. de (1978). *O gaúcho*. São Paulo, Ática.
- ____ (1981). *A pata da gazela*. São Paulo, Ática.
- ANDRADE, O. (1978). *Poesias reunidas*. 5. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. ANTUNES, A. (1993). *Tudos*. 3. ed., São Paulo, Iluminuras.
- ____ (1997). *2 ou + corpos no mesmo espaço*. São Paulo, Perspectiva.
- ARISTÓTELES, s. d.. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo, Ediouro.
- AZEVEDO, A de (1942). *Obras completas*. São Paulo, Nacional.
- BAKHTIN, M (1988). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 4. ed., São Paulo, HUCITEC.
- BANDEIRA, M. (1980). *Estrela da vida inteira*. 8. ed., Rio de Janeiro, José Olympio.
- BARROS, D.L.P. de. (1988). *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo, Atual.
- ____ (1990). *Teoria semiótica do texto*. São Paulo, Ática.
- BENVENISTE, E. (1976). *Problemas de lingüística geral*. São Paulo, Nacional.
- BILAC, O. (1977). *Poesias*. 29. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BOCAGE, s.d.. *Poemas escolhidos*. São Paulo, Cultrix.
- BREAL, M. (1992). *Ensaio de semântica*. São Paulo, EDUC/Pontes.
- BUARQUE, C. (1989). *Letra e música 1*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BYRON, Lorde (1989). *Poesias de Lorde Byron*. São Paulo, Art.
- CAMÕES, L. de s.d.. *Os Lusíadas*. Europa América.
- CAMPOS, A. (1988). *Verso- reverso- controverso*. 2. ed., São Paulo, Perspectiva.
- ____ (1997). *Hopikins, a beleza difícil*. São Paulo, Perspectiva.
- CANDIDO, A. (1985). *Na sala de aula*. São Paulo, Ática.
- CATULO, (1996). *O livro de Catulo*. São Paulo, Edusp.
- CASTRO ALVES, s.d.. *Poesias completas*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro.
- CARONE, F. de B. (1986). *Morfossintaxe*. São Paulo, Ática.
- CHERUBIM, S. (1989). *Dicionário de figuras de linguagem*. São Paulo, Pioneira.
- CHOMSKY, N. (1975). *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra, Arménio Amado.
- COHEN, J. e outros (1975). *Pesquisas de retórica*. Petrópolis, Vozes.
- COSERIU, E. (1987). *Teoria da linguagem e lingüística geral*. 2. ed., Rio de Janeiro, Presença.
- CRUZ, San Juan de la (1991). *Obra completa (1)*. Madri, Alianza.
- CRUZ E SOUSA s.d.. *Poesias completas de Cruz e Sousa*. São Paulo, Ediouro.
- DRUMMOND DE ANDRADE, C. (1983). *Nova reunião*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- ____ (1994). *O amor natural*. 4. ed., Rio de Janeiro, Record.
- DUBOIS, J. e outros (1974). *Retórica geral*. São Paulo, Cultrix/EDUSP.
- ____ e outros (1980). *Retórica da poesia*. São Paulo, Cultrix/EDUSP.
- ____ e outros (s.d.). *Dicionário de lingüística*. São Paulo, Cultrix.
- EIKHENBAUM, B. e outros (1978). *Os formalistas russos*. 4. ed., Porto Alegre, Globo.
- FAUSTINO, M. (1985). *Poesia completa, poesia traduzida*. São Paulo, Max Limonad.
- FIORIN, J. L. (1988). *Linguagem e ideologia*. São Paulo, Ática.
- ____ (1989). *Elementos de análise do discurso*. São Paulo, Contexto/EDUSP.
- ____ (1996). *As astúcias da enunciação*. São Paulo, Ática.
- ____ (2000). *Fruição artística e catarse*. Letras. Revista do Curso de Mestrado em Letras da UFSM. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 20; 11-38, janeiro/junho de 2000.
- FLOCH, J. M. (1985). *Petites mythologie de l'oeil et de l'esprit*. Hadès-Benjamins.
- ____ (1995). *Sémiotique, marketing et communication*. 2. ed., Paris, PUF.
- ____ (1995). *Identités visuelles*. Paris, PUF.
- FONTANILLE, J. & ZILBERBERG, C. (1998). *Tension et signification*. Belgique, Mardaga.
- GONÇALVES DIAS, (1944). *Obras completas II*. Rio de Janeiro, Zelio Valverde.
- GREIMAS, A. s.d.. *Semântica estrutural*. São Paulo, Ática.

- _____. s. d.*. *Semiótica e ciências sociais*. São Paulo, Cultrix
- _____. & COURTÈS, J. s.d.. *Dicionário de semiótica*. São Paulo, Ática.
- _____. (1970). *Du sens*. Paris, Seuil.
- _____. e outros (1975). *Ensaio de semiótica poética*. São Paulo, Cultrix/EDUSP.
- _____. (1976). *Maupassant*. Paris, Seuil.
- _____. (1976). *Semiótica do discurso científico/Da modalidade*. DIFEL/SBPL.
- _____. e outros (1977). *Semiótica narrativa e textual*. São Paulo, Cultrix/EDUSP.
- _____. (1983). *Du sens II*. Paris, Seuil.
- _____. & LANDOWSKI, E. (1986). *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo, Global.
- _____. (1997). *De la imperfección*. México, Fondo de Cultura Económica.
- _____. & FONTANILLE, J. (1993). *Semiótica das paixões*. São Paulo, Ática.
- GULLAR, F. (1981). *Toda poesia*. 2. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HJELMSLEV, L. (1975). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (1991). *Ensaio lingüísticos*. São Paulo, Perspectiva.
- HOMERO, (1996). *Ilíada*. 6. ed., Rio de Janeiro, Ediouro.
- JAKOBSON, R. (s.d.) *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix.
- LANDOWSKI, E. (1992). *A sociedade refletida*. São Paulo, Pontes/EDUC.
- LAUSBERG, H. (1993). *Elementos de retórica literária*. 4. ed., Lisboa, Calouste Gulbekian.
- LEARY, T. (1999). *Flashbacks*. 1. ed., São Paulo, Beca.
- LÓTMAN, I. e outros (1981). *Ensaio de semiótica soviética*. Lisboa, Horizonte Universitário.
- MACHADO DE ASSIS (1959). *Papéis avulsos*. São Paulo, W. M. Jackson.
- _____. (1959). *Várias histórias*. São Paulo, W. M. Jackson.
- _____. (1997*). *Obras completas, volume I*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- _____. (1997). *Obras completas, volume III*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- MAIAKÓVSKI, (1997). *Poemas*. São Paulo, Perspectiva.
- MARTINET, A. (1978). *Elementos de lingüística geral*. 8. ed., Brasil, Martins Fontes.
- MATOS, G. de (1968). *Obras completas*. Salvador, Janaína.
- MELO NETO, J. C. de (1986). *Poesias completas*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- MENEZES, P. (1998). *Roteiro de leitura: poesia concreta e visual*. São Paulo, Ática.
- MILLER, H. (1983). *Trópico de câncer*. 10. ed., São Paulo, IBRASA.
- MILTON, s.d.. *O paraíso perdido*. São Paulo, Edigraf.
- PAIS, C. T. (1981). *Introdução à fonologia*. São Paulo, Global.
- PEIRCE, C. S. (1977). *Semiótica*. São Paulo, Perspectiva.
- PESSOA, F. (1985). *Obra Poética*. São Paulo, Nova Aguilar.
- PETERFALVI, J. L. (1973). *Introdução à psicolingüística*. São Paulo, Cultrix/EDUSP.
- PLATÃO, F. e FIORIN, J. L. (1996). *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo, Ática.
- POTTIER, B. (1978). *Lingüística geral / teoria e descrição*. Rio de Janeiro, Presença / USU.
- POUND, E. (1983). *Poesia*. São Paulo, HUCITES; Brasília, Universidade de Brasília.
- PRETI, D. (1998). *Estudos de língua falada/ variações e confrontos*. São Paulo, Humanitas.
- SADE, Marquês de (1998). *Escritos ímpios*. São Paulo, Imaginário.
- SAPIR, E. (1969). *Lingüística como ciência*. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- SAUSSURE, F. de s. d.. *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix.
- SCHNAIDERMAN, B. (1979). *Semiótica russa*. São Paulo, Perspectiva.
- SILVA, I. A. (1995). *Figurativização e metamorfose*. São Paulo, UNESP.
- _____. e outros (1996). *Corpo e sentido*. São Paulo, UNESP.
- SIMON, I. M. & DANTAS, V. (1982). *Literatura comentada: poesia concreta*. São Paulo, Abril.
- SLOBIN, D. I. (1980). *Psicolingüística*. São Paulo, EDUSP.
- STEELE, V. (1997). *Fetice, moda, sexo e poder*. Rio de Janeiro, Rocco.
- TATIT, L. (1986). *A canção*. São Paulo, Atual.
- _____. (1994). *Semiótica da canção*. São Paulo, Escuta.
- _____. (1996). *O cancionista*. São Paulo, EDUSP.
- TESNIÈRE, L. (1965). *Éléments de syntaxe structurale*. Paris, Librairie C. Klincksieck.

TODOROV, T. s. d.. *Teorias do símbolo*. Lisboa, Edições 70.
____ e DUCROT, O. (1977). *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo, Perspectiva.
TRUBETZKOY, N. S. s.d..*Principios de fonologia*. Madrid, Cincel.
ZILBERBERG, C. (1988). *Raison et poétique du sens*. Paris, PUF.

Discografia

ANÍSIO, C. e RODRIGUES, A. (1974). *E?*. Matiz.
ANTUNES, A. (1996). *O silêncio*. São Paulo, BMG/Ariola.
BOSCO, J. (1992). *Acústico MTV*. Columbia.
VELOSO, C. (1975). *Qualquer coisa*. Philips.

